



# RELATÓRIO ANUAL DE INFORMAÇÕES 2013

---

FUNDAÇÃO ELETROBRÁS DE SEGURIDADE SOCIAL - ELETROS

# ÍNDICE

MENSAGEM DA DIRETORIA

3

FATOS RELEVANTES

5

ELETROS EM NÚMEROS

10

GESTÃO DE INVESTIMENTOS

13

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

51

- DEMONSTRAÇÕES DO PLANO BD ELETROBRÁS – 59 A 61
- DEMONSTRAÇÕES DO PLANO CD ELETROBRÁS – 62 A 64
- DEMONSTRAÇÕES DO PLANO CD ONS – 65 A 66
- DEMONSTRAÇÕES DO PLANO CV EPE – 67 A 68
- DEMONSTRAÇÕES DO PLANO CD CERON – 69 A 70

PARECERES

98

- PLANO BD ELETROBRÁS – 102 A 106
- PLANO CD ELETROBRÁS – 107 A 110
- PLANO CD ONS – 111 A 113
- PLANO CV EPE – 114 A 116
- PLANO CD CERON – 117 A 119

DESPESAS

120

ELETROS-SAÚDE

124

ADMINISTRAÇÃO

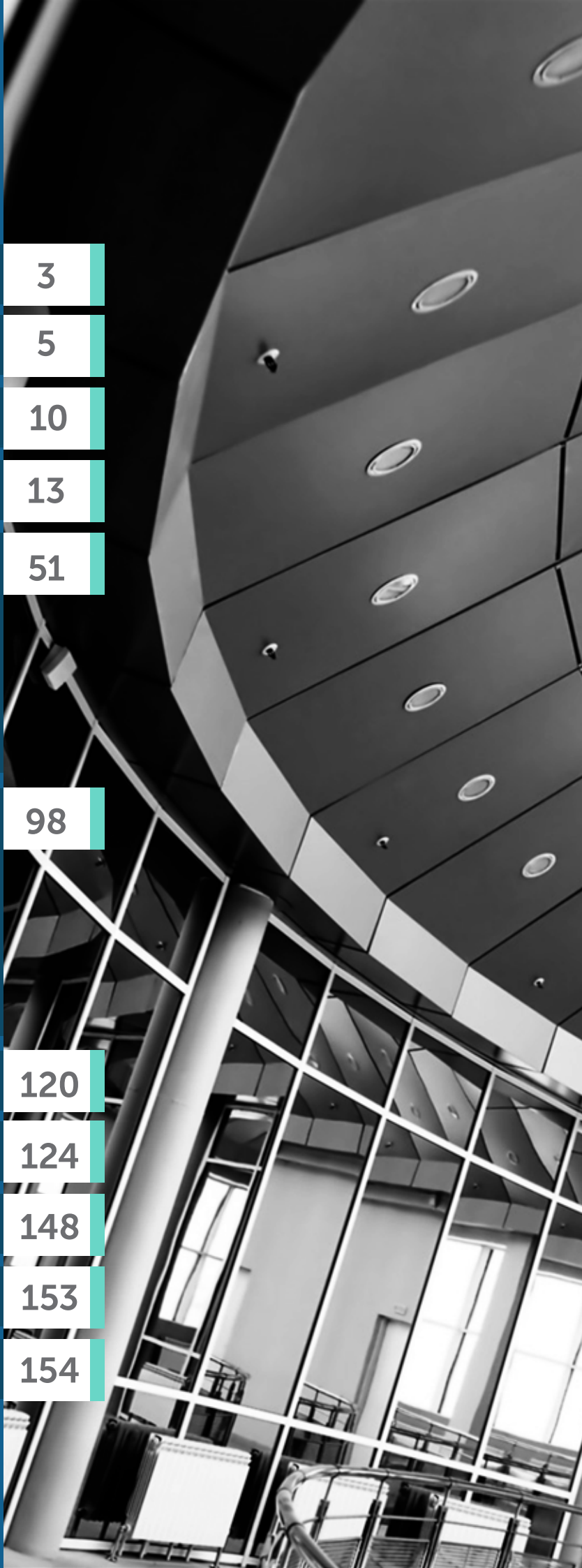
148

CONTATOS

153

EXPEDIENTE

154





[ CAPÍTULO 1 ]

# MENSAGEM DA DIRETORIA

---

**Relatório Anual de Informações**

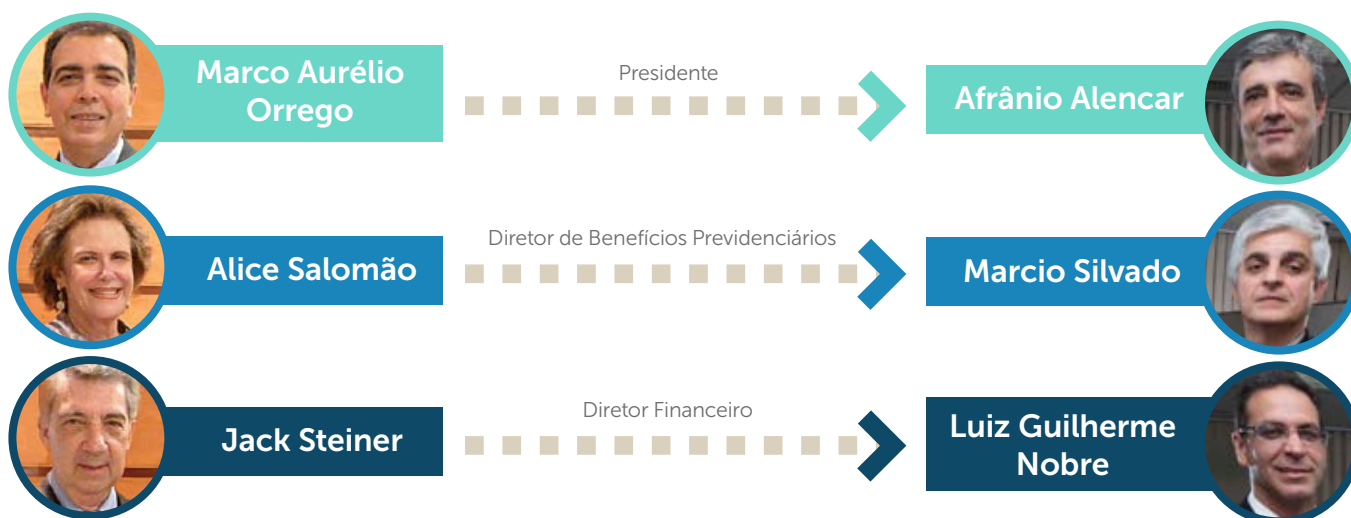
Fundação Eletrobrás de Seguridade Social - ELETROS

Fatos importantes marcaram o ano de 2013 na Fundação e um dos mais representativos foi a mudança ocorrida na Diretoria Executiva da ELETROS. Após seis anos de dedicação voltados para a excelência na gestão da Entidade, Marco Aurélio Orrego da Costa e Silva e Alice Valdez de Andrade Salomão passaram seus cargos de Presidente e Diretora de Benefícios Previdenciários para Afrânio Barreira de Alencar Matos Filho e Marcio Peres Silvado, respectivamente, em cerimônia de posse realizada no final do mês de setembro.

Os dois profissionais que anteriormente eram membros do Conselho Deliberativo da ELETROS (CDE), assumem por três anos e podem ser reconduzidos por outros três, como ocorreu com a Diretoria anterior.

A escolha do Diretor Financeiro da ELETROS se deu por meio de eleição, realizada entre os dias 29 de novembro e 06 de dezembro de 2013, sendo eleito pelo voto dos participantes e assistidos da Fundação.

Em 09 de dezembro, o candidato Luiz Guilherme de França Nobre Pinto foi escolhido, com 68,2% dos votos válidos, como Diretor Financeiro, tomando posse em janeiro de 2014, em substituição ao Jack Nottingham Steiner.




Uma das principais realizações foi reconhecer a necessidade de atualizar e aperfeiçoar os processos internos da Entidade para alcançar ainda mais eficiência na gestão dos planos de benefícios administrados pela Fundação.

A Diretoria destaca outros pontos relevantes, como: aumentar a rentabilidade dos Planos de Benefícios; intensificar a comunicação com os participantes e assistidos; reduzir as despesas administrativas; integrar os sistemas de informação da ELETROS; captar novas patrocinadoras; segregar as atividades de Previdência e Saúde e buscar permanentemente o equilíbrio do Plano BD.

Com relação ao cenário econômico para este ano, a elevação das taxas de juros traz boas perspectivas para a rentabilidade dos títulos de renda fixa. Os ganhos mais elevados para a renda fixa contribuirão para uma maior rentabilidade do patrimônio dos planos, mesmo que os demais segmentos não desempenhem o que é esperado.

A ELETROS começou 2014 com novos ares e reafirma o compromisso e a responsabilidade de manter com transparência e segurança o patrimônio de seus participantes e assistidos.

  
Afrânio Barreira de Alencar Matos Filho  
Presidente

  
Marcio Peres Silvado  
Diretor de Benefícios Previdenciários

  
Luiz Guilherme de França Nobre Pinto Filho  
Diretor Financeiro



[ CAPÍTULO 2 ]

# FATOS RELEVANTES

---

**Relatório Anual de Informações**  
Fundação Eletrobrás de Seguridade Social - ELETROS

Relacionamos neste capítulo os principais feitos da ELETROS ao longo de 2013, que representam o empenho da Fundação em trabalhar com transparência e atender você de forma cada vez mais eficaz.

## Reajuste da Taxa Real Anual de Juros

Para se adequar às determinações da PREVIC (Superintendência Nacional de Previdência Complementar) e ao cenário econômico daquele momento, a ELETROS revisou, em fevereiro de 2013, a Taxa Real Anual de Juros dos planos CD ONS e CV EPE. O índice referencial para o cálculo dos benefícios de aposentadoria sofreu uma redução, e a taxa, anteriormente fixada em 6% a.a., passou para 4,2% a.a.. Esta mesma decisão já havia sido adotada pela ELETROS anteriormente, em julho de 2012, para o Plano CD Eletrobrás.

Por tratar-se de uma revisão anual, em dezembro de 2013, no entanto, esta taxa de todos os planos foi reajustada para 5,5%, vigorando a partir de 01 de janeiro de 2014. O novo valor foi definido com base em estudos atuariais e na Política de Investimento para 2014.

## Plano BD: reajuste de contribuição extraordinária para equacionamento do déficit

Conforme avaliação atuarial realizada pela Fundação e após a aprovação do Conselho Deliberativo da ELETROS, a contribuição extraordinária para equacionamento do déficit do Plano BD Eletrobrás foi reajustada em abril de 2013 em cerca de 21,3%, passando de 2,0431% para 2,478%. Este percentual incide sobre o benefício para os assistidos ou salário real de contribuição, para os ativos.

## Isenção da taxa de aporte dos Planos CD e CV

Desde abril de 2013, a ELETROS isenta os participantes dos planos de contribuição definida e variável (CD e CV) da cobrança de taxa sobre as contribuições esporádicas. A isenção do pagamento da sobrecarga administrativa é mais um estímulo para quem quer aproveitar rendimentos extras para turbinar o investimento de previdência.

## Revisão dos riscos estratégicos da Fundação

Conforme ocorre anualmente, o Comitê de Gestão de Riscos e Auditoria da ELETROS – CGRA reuniu-se nos dias 06 de setembro e 01 de novembro com os membros do Conselho Deliberativo, Conselho Fiscal e Diretoria Executiva para revisar os riscos estratégicos da Fundação.

Com foco na gestão baseada em risco e nas boas práticas de governança, o evento foi marcado por debates acerca dos objetivos estratégicos, riscos inerentes aos investimentos, equilíbrio patrimonial do Plano BD, equilíbrio financeiro do plano de gestão administrativa, práticas de compliance, compromisso com a qualidade na prestação de serviços, entre outros.

Os resultados deste trabalho serviram de base para o estabelecimento do Planejamento Estratégico do período 2014-2016, buscando o alinhamento entre as diretrizes, processos e pessoas.

## Atendimento à IN 1343/2013 da Receita Federal

Para atender à Instrução Normativa (IN) 1343, a ELETROS disponibilizou, em agosto de 2013, um extrato para seus assistidos do período de janeiro de 2008 a dezembro de 2012, informando o valor de suas contribuições.

A IN 1343/2013, divulgada pela Receita Federal em abril, regulamenta a devolução/compensação do Imposto de Renda sobre as contribuições de participantes ativos dos fundos de pensão, feitas entre 1º de janeiro de 1989 e 31 de dezembro de 1995. O tratamento aplicado aos beneficiários foi diferenciado, de acordo com a data de início de recebimento da aposentadoria. Esta Instrução Normativa não contempla as complementações de pensão; em suas orientações, a Receita Federal esclareceu que não ocorre a bitributação nos benefícios de pensão por morte.

## Estudo de ALM indica alongamento do prazo dos investimentos

Periodicamente a área de Gestão de Alocação de Ativos faz um estudo de ALM (Asset Liability Management), para avaliar se os investimentos do plano de benefício definido estão adequados a seu passivo atuarial. O resultado considerou os cenários econômicos, as premissas de cada segmento e o comportamento do fluxo de caixa líquido do passivo até 2030. A principal indicação da última simulação, realizada no segundo semestre 2013, foi a de um alongamento do prazo dos investimentos, que começou a ser implementado no final do mesmo ano.

## Eleições do **SINDAPP**

Em dezembro de 2013, a ELETROS foi eleita com a maioria dos votos para constituir, durante o triênio 2014/2016, o Conselho Fiscal e a Diretoria do Sindicato Nacional das Entidades Fechadas de Previdência Complementar – SINDAPP, demonstrando a confiança e o respeito das demais associadas com a Fundação. A Diretoria Executiva da ELETROS indicou o presidente Afrânio Barreira de Alencar Matos Filho para representar a ELETROS neste importante órgão do Sistema de Previdência Complementar do País.

## Pesquisa de Educação **Financeira e Previdenciária**

Em novembro de 2013, a ELETROS realizou uma pesquisa para verificar o grau de satisfação dos seus participantes e assistidos quanto ao seu Programa de Educação Financeira e Previdenciária. A iniciativa teve como objetivo identificar pontos a serem melhorados e a necessidade de estabelecer novas ações.

De maneira geral, a pesquisa apontou que mais de 3/4 dos participantes e assistidos continuam satisfeitos com a ELETROS e que o número de insatisfeitos é inferior a 4%.

A Pesquisa de Satisfação 2013 envolveu participantes e assistidos de todos os planos de benefícios administrados pela ELETROS e foi realizada por meio de entrevistas respondidas em questionários eletrônicos, enviados por e-mail e telefone.

## ELETROS apoia empregados **elegíveis ao PID da Eletrobras**

Com a finalidade de auxiliar os empregados elegíveis ao Programa de Incentivo ao Desligamento (PID) da Eletrobras, a ELETROS realizou no segundo semestre de 2013 reuniões nas sedes das patrocinadoras Eletrobras e Cepel, orientou os empregados da Eletrobras Distribuição Rondônia e fez atendimentos presenciais na Fundação para apoiar os participantes nesta importante decisão. Devido ao PID, a ELETROS passa a ter 341 novos assistidos, que hoje usufruem do benefício do Plano de Previdência ao qual estavam filiados, e mais 25 autopatrocinadores.



## OUTROS DESTAQUES

### Colaborador da ELETROS lança livro sobre riscos de mercado

O consultor responsável pela Gestão de Alocação de Ativos da ELETROS, Jair Ribeiro, lançou, em setembro de 2013, o livro "Risco de Mercado dos Investimentos de Fundos de Pensão", durante o 34º Congresso Brasileiro dos Fundos de Pensão – um dos principais eventos deste segmento no País. A publicação aborda sobre as dinâmicas financeiras que podem influenciar a gestão dos recursos administrados pelas Entidades Fechadas de Previdência Complementar.

### Pró-Equidade de **Gênero e Raça**

Juntamente com cerca de 60 instituições públicas e privadas, a ELETROS recebeu da Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM) o Selo da 4ª Edição do Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça. Este foi o segundo ano consecutivo que a Fundação é homenageada pela iniciativa, sendo incluída no seletivo grupo de empresas brasileiras que promovem ações voltadas para a equidade de gênero e raça no ambiente de trabalho.

### ELETROS é novamente dispensada do envio do RAI impresso

Pelo terceiro ano consecutivo, a ELETROS foi dispensada pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC de encaminhar o Relatório Anual de Informações (RAI) aos seus participantes e assistidos na forma impressa. A medida foi tomada em reconhecimento às ações do Programa de Educação Financeira e Previdenciária da Fundação.

A 3D bar chart with four bars of increasing height from left to right. A large, white, 3D arrow points upwards and to the right, starting from the top of the first bar and extending over the top of the fourth bar. The background is a light gray gradient.

[ CAPÍTULO 3 ]

# ELETROS EM NÚMEROS

---

**Relatório Anual de Informações**

Fundação Eletrobrás de Seguridade Social - ELETROS

## 3.1. RELATÓRIO DE PARTICIPANTES ATIVOS E ASSISTIDOS POR PLANO / 2013

### PLANO BD ELETROBRÁS

Eletrabras	159	
Cepel	129	
ELETROS	3	
BPD	24	
Autopatrocinador	13	
<b>TOTAL DE ATIVOS</b>	<b>328</b>	
Assistidos	1308	
Pensão por Morte	381	
<b>TOTAL DE ASSISTIDOS</b>	<b>1689</b>	
<b>TOTAL DO PLANO BD ELETROBRÁS</b>	<b>2017</b>	

### PLANO CD ELETROBRÁS

Eletrabras	876	
Cepel	284	
ELETROS	122	
BPD	70	
Autopatrocinador	65	
<b>TOTAL DE ATIVOS</b>	<b>1417</b>	
Assistidos	239	
Pensão por Morte	14	
<b>TOTAL DE ASSISTIDOS</b>	<b>253</b>	
<b>TOTAL DO PLANO CD ELETROBRÁS</b>	<b>1670</b>	

## PLANO CD ONS

ONS	793	
Autopatrocinator	74	
BPD	35	
<b>TOTAL DE ATIVOS</b>	<b>902</b>	
Assistidos	48	
Pensão por Morte	10	
<b>TOTAL DE ASSISTIDOS</b>	<b>58</b>	
<b>TOTAL DO PLANO CD ONS</b>	<b>960</b>	

## PLANO CV EPE

EPE	260	
Autopatrocinator	30	
BPD	8	
<b>TOTAL DE ATIVOS</b>	<b>298</b>	
Assistidos	-	
Pensão por Morte	-	
<b>TOTAL DE ASSISTIDOS</b>	<b>-</b>	
<b>TOTAL DO PLANO CV EPE</b>	<b>298</b>	

## PLANO CD CERON

CERON	600	
Autopatrocinator	5	
BPD	-	
<b>TOTAL DE ATIVOS</b>	<b>605</b>	
Assistidos	1	
Pensão por Morte	1	
<b>TOTAL DE ASSISTIDOS</b>	<b>2</b>	
<b>TOTAL DO PLANO CD CERON</b>	<b>607</b>	

**TOTAL GERAL****5552**



[ CAPÍTULO 4 ]

# GESTÃO DE INVESTIMENTO

---

**Relatório Anual de Informações**

Fundação Eletrobrás de Seguridade Social - ELETROS



# INTRODUÇÃO

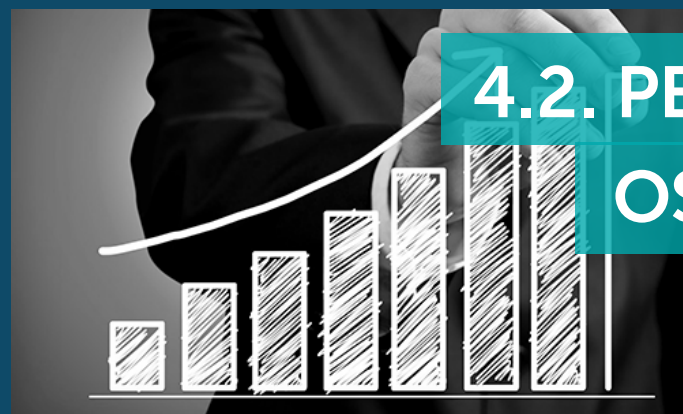
Esta seção apresenta informações sobre os investimentos da ELETROS. Nela, os participantes e assistidos terão acesso a detalhes acerca da rentabilidade alcançada por cada plano, do patrimônio da Fundação e da composição das carteiras de renda fixa e renda variável.



## 4.1. CONJUNTURA ECONÔMICA

Em 2013, a economia brasileira apresentou uma conjuntura pouco comum, com as autoridades da área monetária tendo que elevar as taxas de juro mesmo com o crescimento moderado do Produto Interno Bruto (PIB) e a tendência à desaceleração das atividades produtivas.

O ano anterior nos leva a supor que a cautela permaneça orientando o comportamento da economia, pois as perspectivas para 2014 também são de um crescimento moderado, inflação em patamar um tanto desconfortável e juros em alta.



## 4.2. PERSPECTIVAS PARA OS INVESTIMENTOS

A alta dos juros tem sido a principal alteração no cenário dos investimentos, e esse movimento deve continuar em 2014, embora mais suave do que no ano anterior, mas o suficiente para elevar a atratividade dos títulos de renda fixa.

A boa perspectiva para a renda fixa, contudo, não se estende para os outros tipos de investimento, especialmente para a renda variável, muito dependente dos fatos econômicos. São poucas as opções fora da tradicional renda fixa e da renda variável, mas a Política de Investimento de 2014 é flexível e permite que aplicações alternativas sejam realizadas de forma moderada, incluindo investimentos no exterior.

## ► Alocação entre os Segmentos - Geral

Posição em 31/12/2013

(R\$ mil)																
Segmentos	31.12.13	%	31.12.12	%	31.12.11	%	31.12.10	%	31.12.09	%	31.12.08	%	31.12.07	%	31.12.06	%
Renda Fixa*	2.174.009	66,91	2.293.603	69,65	2.055.319	70,18	2.086.541	74,71	1.998.251	83,64	1.764.867	80,38	1.616.202	71,64	1.494.873	76,36
Renda Variável	599.004	18,44	574.708	17,45	479.866	16,39	358.295	12,83	199.446	8,35	246.472	11,23	471.701	20,91	294.114	15,02
Estruturados	112.057	3,45	50.550	1,53	45.482	1,55	40.962	1,47	-	-	-	-	-	-	-	-
Imóveis	229.642	7,07	234.905	7,13	215.893	7,37	104.572	3,74	75.693	3,17	76.154	3,47	69.030	3,06	76.111	3,89
Empréstimos	134.510	4,14	139.423	4,23	132.005	4,51	125.474	4,49	115.618	4,84	108.054	4,92	99.031	4,39	92.450	4,72
Consolidado**	3.249.222	100,00	3.293.189	100,00	2.928.565	100,00	2.793.015	100,00	2.389.008	100,00	2.195.547	100,00	2.255.964	100,00	1.957.548	100,00

\*\*2013 - Em comparação ao balanço, existe no ativo e, em contrapartida no passivo, valores judiciais de R\$ 9.194.

\*\*2012 - Em comparação ao balanço, existe no ativo valores a receber judiciais de R\$ 17.347 e valores provisionados judiciais de R\$ 10.181.

\*\*2011 - Em comparação ao balanço, existe no ativo, depósitos judiciais no valor de R\$ 9.461 e, em contrapartida no passivo, há provisões judiciais de mesmo valor.

\*2010 - No segmento de renda fixa constam os ativos relacionados ao plano assistencial no valor de R\$ 8.876 milhões.

\*\*2010 - No consolidado consta o valor a receber das OFND's de R\$ 77.171 milhões (com 3% de participação nos investimentos), pois não há segmento de investimento ao qual se insira.

## ► Alocação entre os Segmentos - por Planos

Posição em 31/12/2013

	BD ELETROBRÁS		CD ELETROBRÁS		CD ONS		CV EPE		CD CERON		PGA*	
	(R\$ mil)	%	(R\$ mil)	%	(R\$ mil)	%	(R\$ mil)	%	(R\$ mil)	%	(R\$ mil)	%
Renda Fixa	1.141.668	64,4	764.928	67,9	162.880	69,0	23.095	78,4	16.220	86,6	65.217	99,9
Renda Variável	314.074	17,7	220.386	19,6	56.525	23,9	5.503	18,7	2.516	13,4	-	-
Estruturados	65.683	3,7	38.189	3,4	7.314	3,1	872	3,0	-	-	-	-
Imóveis	166.551	9,4	63.047	5,6	-	-	-	-	-	-	44	0,1
Empréstimos	84.355	4,8	40.692	3,6	9.459	4,0	-	-	-	-	-	-
Consolidado	1.772.331	100,0	1.127.242	100,0	236.178	100,0	29.470	100,0	18.736	100,0	65.261	100,0

\*Plano de Gestão Administrativa

## ► Alocação entre os Segmentos - Gestão Terceirizada

Posição em 31/12/2013

CARTEIRA	R\$ MIL	% TOTAL	% TERCEIROS
<b>RENDA FIXA</b>	<b>837.041</b>	<b>25,76</b>	<b>68,93</b>
Fundo Votorantim Geribá	285.490	8,79	23,51
Fundo Bradesco Ipanema	263.807	8,12	21,72
Fundo Alfa Itaipava	287.744	8,86	23,70
<b>RENDA VARIÁVEL</b>	<b>265.263</b>	<b>8,16</b>	<b>21,84</b>
Bradesco Leblon	94.519	2,91	7,78
Gap Arpoador	121.723	3,75	10,02
Farma Leme	22.120	0,68	1,82
Guepardo Pontal	26.901	0,83	2,22
<b>ESTRUTURADOS</b>	<b>112.057</b>	<b>3,45</b>	<b>9,23</b>
Fundo Itaú Búzios	107.737	3,32	8,87
Fundo BNY Mellon GTD	4.320	0,13	0,36
<b>TOTAL</b>	<b>1.214.361</b>	<b>37,37</b>	<b>100,00</b>

## ► Indicadores de Mercado

	2013	DEZ/2013
INPC	<b>5,56%</b>	<b>0,72%</b>
CDI	<b>8,06%</b>	<b>0,78%</b>



## ► Rentabilidades Líquidas dos Planos de Benefícios

Posição em 31/12/2013

	BD ELETROBRÁS		CD ELETROBRÁS		CD ONS		CV EPE		CD CERON		PGA	
	Meta Atuarial	INPC + 5,5%	Meta Referência	INPC + 4,2%	Meta Referência	INPC + 6,0%	Meta Referência	INPC + 6,0%	Meta Referência	INPC + 3,8%	Meta Referência	INPC + 6,0%
Segmentos	Nominal	Nominal sobre Meta Atuarial	Nominal	Nominal sobre Meta Atuarial	Nominal	Nominal sobre Meta Atuarial	Nominal	Nominal sobre Meta Atuarial	Nominal	Nominal sobre Meta Atuarial	Nominal	Nominal sobre Meta Atuarial
Renda Fixa	-3,74%	-13,56%	4,57%	-4,93%	4,57%	-6,55%	4,57%	-6,55%	4,57%	-4,57%	8,28%	-3,23%
Renda Variável	-1,35%	-11,42%	-1,33%	-10,30%	-1,70%	-12,15%	-1,70%	-12,15%	-1,70%	-10,29%	-	-
Imóveis	6,03%	-4,79%	6,03%	-3,60%	-	-	-	-	-	-	-	-
Empréstimos	12,25%	0,79%	11,70%	1,55%	12,01%	0,11%	-	-	-	-	-	-
Investimentos Estruturados	9,08%	-2,05%	9,39%	-0,55%	8,17%	-3,33%	8,17%	-3,33%	-	-	-	-
Consolidado	-1,24%	-11,32%	4,04%	-5,41%	3,63%	-7,39%	3,62%	-7,39%	3,65%	-5,41%	8,28%	-3,23%

## ► Rentabilidades Brutas dos Planos de Benefícios

Posição em 31/12/2013

	BD ELETROBRÁS		CD ELETROBRÁS		CD ONS		CV EPE		CD CERON		PGA	
	Meta Atuarial	INPC + 5,5%	Meta Referência	INPC + 4,2%	Meta Referência	INPC + 6,0%	Meta Referência	INPC + 6,0%	Meta Referência	INPC + 3,8%	Meta Referência	INPC + 6,0%
Segmentos	Nominal	Nominal sobre Meta Atuarial	Nominal	Nominal sobre Meta Atuarial	Nominal	Nominal sobre Meta Atuarial	Nominal	Nominal sobre Meta Atuarial	Nominal	Nominal sobre Meta Atuarial	Nominal	Nominal sobre Meta Atuarial
Renda Fixa	-3,70%	-13,53%	4,64%	-4,87%	4,68%	-6,45%	4,68%	-6,45%	4,81%	-4,35%	8,45%	-3,08%
Renda Variável	-0,44%	-10,60%	-0,16%	-9,24%	-0,84%	-11,38%	-1,37%	-11,86%	-1,70%	-10,29%	-	-
Imóveis	6,20%	-4,64%	6,20%	-3,45%	-	-	-	-	-	-	-	-
Empréstimos	12,35%	0,88%	11,84%	1,68%	12,17%	-	-	-	-	-	-	-
Investimentos Estruturados	9,81%	-1,40%	10,10%	0,09%	9,03%	-2,56%	9,26%	-2,35%	-	-	-	-
Consolidado	-1,09%	-11,18%	4,23%	-5,24%	3,86%	-7,18%	3,87%	-7,17%	3,96%	-5,12%	8,45%	-3,08%

Obs: A rentabilidade bruta é aquela encontrada após retornarmos com os valores descontados, como despesas de investimentos, corretagem, emolumentos e demais taxas.

## 4.3. Avaliação dos gestores quanto às rentabilidades dos Planos de Benefícios

### Plano BD

A expressiva alta das taxas de juro de mercado em 2013 impactou a rentabilidade dos títulos de renda fixa de longo prazo. A rentabilidade negativa no plano de benefício definido foi causada, principalmente, pela carteira exclusiva deste plano composta por Notas do Tesouro Nacional série B –(NTN-B). Tendo em vista que os títulos são marcados a mercado, com a alta das taxas, os títulos sofreram correção momentânea. Apesar da participação da carteira de ações no plano não ser expressiva, a renda variável também prejudicou a rentabilidade do plano, dado a queda da bolsa no período. Quanto ao segmento de imóveis, este apresentou retorno abaixo do esperado devido à forte valorização desta carteira no ano anterior. O segmento de empréstimo apresentou o retorno superior ao previsto na Política de Investimento de 2013 devido à diferença de inflação prevista e realizada e também de ganhos com a reversão de inadimplência. O segmento de estruturados<sup>1</sup> apresentou rentabilidade em linha com o que estava previsto na política.

### Planos CD e CV

A rentabilidade abaixo das taxas de referência dos planos foi causada por parte da carteira de renda fixa que é composta por títulos indexados à inflação, as NTN-B. Tendo em vista que os títulos são marcados a mercado, com a alta das taxas, os mesmos sofreram correção momentânea. A renda variável foi o segmento que também afetou a rentabilidade dos planos, dado a queda da bolsa no ano. Apesar da rentabilidade da carteira de renda variável superar o índice da bolsa (IBrX), tal fato não foi suficiente para compensar a queda do índice. Já a carteira de imóveis pertencente aos planos CD Saldado e CD Eletrobrás teve retorno abaixo do esperado devido à forte valorização desta carteira no ano anterior. O segmento de empréstimo, que pertence a todos os planos, com exceção do CD Ceron e CV EPE, apresentou o retorno ligeiramente superior ao informado na Política de Investimento, em razão da diferença de inflação prevista x realizada. Por fim, o segmento de estruturados<sup>1</sup>, referente a todos os planos, com exceção do CD Ceron, apresentou rentabilidade em linha com a política.

### Perfis de Investimento

Os Perfis de Investimento possuem as mesmas carteiras dos planos de contribuição definida, por isso as rentabilidades seguiram em linha com o retorno dos segmentos de renda fixa e renda variável dos planos. A rentabilidade de cada perfil se distingue por possuírem participações diferentes, com percentuais de aplicação que variam de 15% a 45%, nestes dois segmentos. Em 2013, por exemplo, o perfil com o menor retorno foi o Agressivo dada sua participação de 45% em ações, já o Super Conservador, por não possuir ações, apresentou um desempenho melhor.

<sup>1</sup> Neste caso, segmento composto por investimentos que possuem relação de risco e retorno mais elevado que a renda fixa tradicional de mercado.

## 4.4. Relação descritiva dos Perfis de Investimento

Os Perfis de Investimento são uma tendência mundial e vieram para agregar flexibilidade aos planos de contribuição definida (CD). Cada vez mais, os planos de previdência têm possibilitado que o participante escolha o perfil de investimento que atenda melhor às suas necessidades e que a sua reserva seja constituída de acordo com essa escolha.

A mudança para um novo perfil de investimento pode ser feita pelo participante ou assistido (aposentado ou pensionista) da ELETROS que, no ato da alteração, escolhe a faixa percentual de alocação em renda variável de acordo com seu perfil de risco. Os demais segmentos se referem aos permitidos pela legislação vigente, permanecendo o participante sem a opção de decidir entre eles.

Ao optar por um determinado perfil, o participante ou assistido deve considerar que tanto o valor total das reservas acumuladas até a data de sua decisão, quanto às contribuições a serem realizadas a partir de então seguirão de acordo com o perfil escolhido.

### ► Tipos de Perfis de Investimento

#### Super Conservador

O Perfil Super Conservador é aquele que agrupa investimentos considerados de menor risco e, por esta razão, exclui a alocação de recursos em renda variável. Este perfil é destinado a participantes e assistidos com baixa tolerância a risco.

#### Conservador

O Perfil Conservador é destinado ao participante ou assistido que, por admitir certo grau de risco em seus investimentos, deseja aplicar um percentual de 15% da sua reserva em renda variável. Este investidor almeja retornos acima da média e, para isso, aceita correr um pouco de risco, embora considere a segurança importante. Neste caso, a relação esperada entre risco e retorno é superior a do Perfil Super Conservador.

#### Perfil Moderado

Ao optar por este perfil, o participante ou assistido deve estar disposto a suportar maiores riscos em troca de resultados mais consistentes no longo prazo. Para isso, aceita investir cerca de 30% de sua reserva no segmento para desfrutar da boa rentabilidade que a renda variável pode oferecer no médio e longo prazo. Neste perfil, a relação esperada entre risco e retorno é superior a do Perfil Conservador.

#### Perfil Agressivo

O Perfil Agressivo destina-se ao participante ou assistido que conhece mais o mercado financeiro e suas dinâmicas apresentando, dessa forma, maior tolerância ao risco, com o objetivo de buscar retornos mais elevados no longo prazo. Neste caso, a composição dos investimentos se dará em uma proporção de 45% para a renda variável e 55% para os demais segmentos. No Perfil Agressivo, a relação entre risco e retorno situa-se acima da existente no Perfil Moderado.

## Perfil ELETROS

O Perfil ELETROS é destinado a participantes e assistidos que desejam manter a decisão de alocação de recursos sob total responsabilidade da Fundação. Neste caso, a ELETROS continuará a oferecer o seu perfil padrão praticado atualmente, onde a alocação entre os segmentos acompanha as análises da equipe interna de investimentos e aplicações, bem como as tendências do mercado. No Perfil ELETROS, todas as ações de alocação de investimentos e recursos está em conformidade com a Política de Investimento previamente aprovada pelo Conselho Deliberativo da ELETROS.

### ► Tolerância **a risco**

A tolerância a risco significa quanto o participante ou assistido está disposto a arriscar quando escolhe seus investimentos. O fator que diferencia os perfis é a alocação em renda variável: quanto maior o percentual aplicado nesse segmento, maior também é o risco do investimento e o retorno esperado no longo prazo.

Na hora de tomar sua decisão, é necessário que o participante ou assistido tenha claro o nível de tolerância ao risco que julgar confortável para investir seus recursos com mais tranquilidade.

Antes de definir qual perfil é o mais adequado, o participante deverá levar em consideração alguns fatores, tais como: quantos anos faltam para a aposentadoria; sua situação financeira; se aceita assumir riscos no curto prazo acreditando que terá retorno maior no longo prazo; volatilidade dos investimentos; o quanto conhece a respeito dos investimentos, entre outros.

Salientamos que a rentabilidade passada não representa garantia de rentabilidade futura.

## ► Rentabilidade em 2013 dos Perfis de Investimento Plano CD Eletrobrás

Posição em 31/12/2013

CD ELETROBRÁS										
	AGRESSIVO		MODERADO		ELETROS		CONSERVADOR		SUPER CONSERVADOR	
	Nominal	Real (Desc. Inflação)	Nominal	Real (Desc. Inflação)	Nominal	Real (Desc. Inflação)	Nominal	Real (Desc. Inflação)	Nominal	Real (Desc. Inflação)
Renda Fixa	4,57%	-0,94%	4,57%	-0,94%	4,57%	-0,94%	4,57%	-0,94%	4,57%	-0,94%
Renda Variável	-1,56%	-6,75%	-1,48%	-6,67%	-1,37%	-6,57%	-1,26%	-6,47%	-	-
Imóveis	6,03%	0,44%	6,03%	0,44%	6,03%	0,44%	6,03%	0,44%	6,03%	0,44%
Empréstimos	11,60%	5,72%	11,60%	5,72%	11,60%	5,72%	11,60%	5,72%	11,60%	5,72%
Investimentos Estruturados	9,28%	3,52%	9,28%	3,52%	9,53%	3,76%	9,30%	3,54%	8,17%	2,47%
Consolidado	2,77%	-2,64%	3,63%	-1,83%	3,70%	-1,76%	4,29%	-1,20%	4,98%	-0,55%

## ► Rentabilidade em 2013 dos Perfis de Investimento Plano CD ONS

Posição em 31/12/2013

CD ONS										
	AGRESSIVO		MODERADO		ELETROS		CONSERVADOR		SUPER CONSERVADOR	
	Nominal	Real (Desc. Inflação)	Nominal	Real	Nominal	Real (Desc. Inflação)	Nominal	Real	Nominal	Real (Desc. Inflação)
Renda Fixa	4,57%	-0,94%	4,57%	-0,94%	4,57%	-0,94%	4,57%	-0,94%	4,57%	-0,94%
Renda Variável	-1,70%	-6,88%	-1,70%	-6,88%	-1,70%	-6,88%	-1,70%	-6,88%	-	-
Imóveis	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Empréstimos	12,01%	6,11%	12,01%	6,11%	12,01%	6,11%	12,01%	6,11%	12,01%	6,11%
Investimentos Estruturados	8,17%	2,47%	8,17%	2,47%	8,17%	2,47%	8,17%	2,47%	8,17%	2,47%
Consolidado	2,62%	-2,79%	3,40%	-2,05%	3,59%	-1,87%	4,22%	-1,28%	4,97%	-0,56%

## ► Aderência à Política de Investimento - PI

Posição em 31/12/2013

SEGMENTOS	BD ELETROBRÁS		CD ELETROBRÁS		CD ONS		CV EPE		CD CERON		PGA	
	PI	dez-13	PI	dez-13	PI	dez-13	PI	dez-13	PI	dez-13	PI	dez-13
Renda Fixa	53,00% a 86,00%	64,4%	47,00% a 84,00%	67,87%	51,00% a 86,00%	68,96%	69,00% a 90,00%	78,37%	80,00% a 90,00%	86,57%	0,00% a 100,00%	99,93%
Renda Variável	5,00% a 25,00%	17,7%	10,00% a 35,00%	19,55%	10,00% a 35,00%	23,93%	10,00% a 25,00%	18,67%	10,00% a 20,00%	13,43%	-	-
Investimentos Estruturados	0,00% a 6,00%	3,7%	0,00% a 6,00%	3,39%	0,00% a 6,00%	3,10%	0,00% a 6,00%	2,96%	-	-	-	-
Imóveis	6,00% a 9,00%	9,4%	4,00% a 6,00%	5,59%	-	-	-	-	-	-	-	0,07%
Empréstimos	3,00% a 7,00%	4,8%	2,00% a 6,00%	3,61%	4,00% a 8,00%	4,01%	-	-	-	-	-	-

## ► Rentabilidade Nominal Prevista na PI x Realizada

PLANOS	Prevista	Realizada
BD Eletrobrás	<b>9,20%</b>	<b>-1,24%</b>
CD Eletrobrás Puro	<b>9,30%</b>	<b>3,90%</b>
CD Eletrobrás Saldado	<b>9,40%</b>	<b>0,00%</b>
CD ONS	<b>9,00%</b>	<b>3,63%</b>
CV EPE	<b>9,20%</b>	<b>3,62%</b>
CD CERON	<b>8,60%</b>	<b>3,65%</b>
PGA	<b>8,40%</b>	<b>8,28%</b>

## ► Seleção de Ativos

(Investimentos por Modalidade de Aplicação)

Posição em 31/12/2013

	BD ELETROBRÁS		CD ONS		CD ELETROBRÁS		CV EPE		CD CERON		PGA	
	R\$ Mil	%	R\$ Mil	%	R\$ Mil	%	R\$ Mil	%	R\$ Mil	%	R\$ Mil	%
<b>Investimentos em Renda Fixa</b>	1.141.668	64,42	162.880	68,96	764.928	67,87	23.095	78,37	16.220	86,57	65.217	99,93%
Notas Tesouro Nacional	778.559	-	21.128	-	99.225	-	2.996	-	2.104	-	-	-
Letras Hipotecárias	164.370	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Letras Financeiras	48.516	-	30.518	-	143.319	-	4.327	-	3.039	-	-	-
Fundos de Renda Fixa	126.370	-	111.234	-	522.384	-	15.772	-	11.077	-	65.217	-
Debêntures Não Conversíveis	23.853	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Investimentos em Renda Variável</b>	314.074	17,72	56.525	23,93	220.386	19,55	5.503	18,67	2.516	13,43	-	-
Mercado à Vista	174.988	-	31.493	-	122.789	-	3.066	-	1.402	-	-	-
Bônus de Subscrição	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Fundos de Ações	139.086	-	25.032	-	97.597	-	2.437	-	1.114	-	-	-
<b>Investimentos Estruturados</b>	65.683	3,71	7.314	3,10	38.189	3,39	872	2,96	-	-	-	-
Fundos Multimercado	65.683	-	7.314	-	38.189	-	872	-	-	-	-	-
<b>Investimentos em Imóveis</b>	166.551	9,40	-	-	63.047	5,59	-	-	-	-	44	0,07%
Imóveis para Aluguel e Renda	158.694	-	-	-	60.073	-	-	-	-	-	-	-
Imóveis de Uso Próprio	5.988	-	-	-	2.267	-	-	-	-	-	-	-
Outros Valores	1.869	-	-	-	707	-	-	-	-	-	44	-
<b>Empréstimos</b>	84.355	4,76	9.459	4,01	40.692	3,61	-	-	-	-	-	-
Emergência	249	-	-	-	35	-	-	-	-	-	-	-
Financeiro	75.787	-	9.494	-	41.202	-	-	-	-	-	-	-
Vesting	8.741	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
FABES	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisãop/Devedores Duvidosos	(422)	-	(35)	-	(545)	-	-	-	-	-	-	-
<b>TOTAL DOS INVESTIMENTOS</b>	<b>1.772.331</b>	<b>100,00</b>	<b>236.178</b>	<b>100,00</b>	<b>1.127.242</b>	<b>100,00</b>	<b>29.470</b>	<b>100,00</b>	<b>18.736</b>	<b>100,00</b>	<b>65.261</b>	<b>100,00</b>

## 4.5. Distribuição dos Recursos de Renda Fixa

### ► Carteiras de Investimentos (Renda Fixa e Investimentos Estruturados)

Posição em 31/12/2013

ATIVOS R\$ MIL	DISTRIBUIÇÃO DE RECURSOS DE RENDA FIXA						ESTRUTURADO		TOTAL	%
	ELETROS	Estratégica	Índices	Votorantim	Bradesco	ALFA	ITAÚ	GTD		
CDB-PÓS	-	-	-	68.740	47.401	67.070	-	-	183.211	8,01
DEBÊNTURES	23.853	-	-	27.403	-	-	-	-	51.256	2,24
Fundo FIDC	15.013	-	-	-	15.013	5.324	-	-	35.350	1,55
Fundos Multimercado	-	-	-	-	-	-	102.193	4.320	106.513	4,66
Fundos Renda Fixa	-	-	-	-	-	-	5.544	-	5.544	0,24
LETRAS FINANCEIRAS	48.516	-	181.203	64.611	79.354	-	-	-	373.684	16,35
LETRAS HIPOTECÁRIAS	164.370	-	-	-	-	-	-	-	164.370	7,19
NTN-B	386.761	125.453	-	-	-	-	-	-	512.214	22,41
NTN-C	391.798	-	-	-	-	-	-	-	391.798	17,14
OVER	-	-	-	124.736	122.039	215.350	-	-	462.125	20,21
<b>TOTAL</b>	<b>1.030.311</b>	<b>125.453</b>	<b>181.203</b>	<b>285.490</b>	<b>263.807</b>	<b>287.744</b>	<b>107.737</b>	<b>4.320</b>	<b>2.286.065</b>	<b>100,00</b>
<b>%</b>	<b>45,07</b>	<b>5,49</b>	<b>7,93</b>	<b>12,49</b>	<b>11,54</b>	<b>12,59</b>	<b>4,71</b>	<b>0,19</b>	<b>100,00</b>	

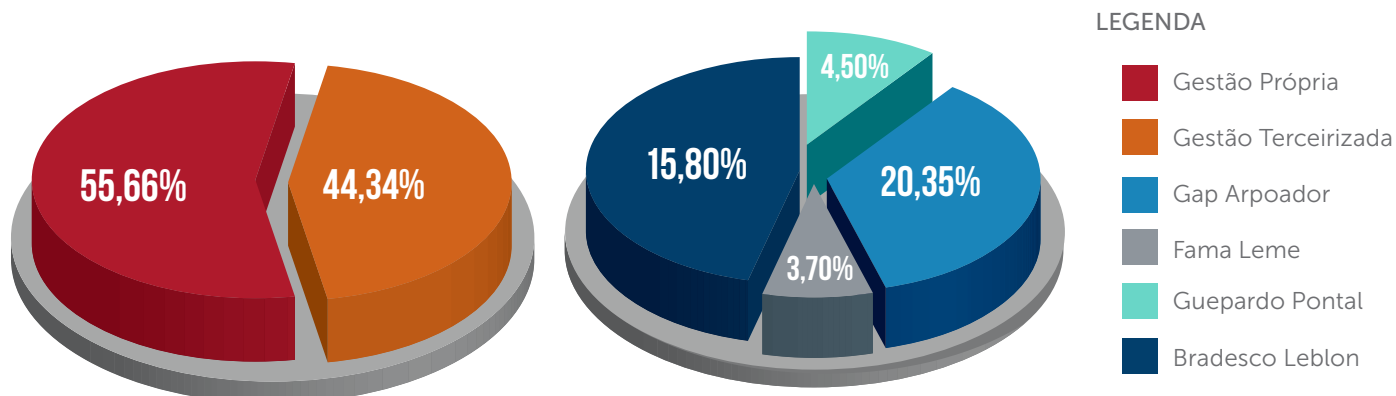


## 4.6. Distribuição dos Recursos entre Gestão Própria e Terceirizada

### ► Renda Variável

Posição em 31/12/2013

CARTEIRA	R\$	% TOTAL
Gestão Própria	<b>332.933</b>	<b>55,66</b>
Gestão Terceirizada	<b>265.263</b>	<b>44,34</b>
Bradesco Leblon	<b>94.519</b>	<b>15,80</b>
Gap Arpoador	<b>121.723</b>	<b>20,35</b>
Fama Leme	<b>22.120</b>	<b>3,70</b>
Guepardo Pontal	<b>26.901</b>	<b>4,50</b>
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>598.197</b>	<b>100,00</b>



### ► Renda Fixa

#### GESTÃO PRÓPRIA

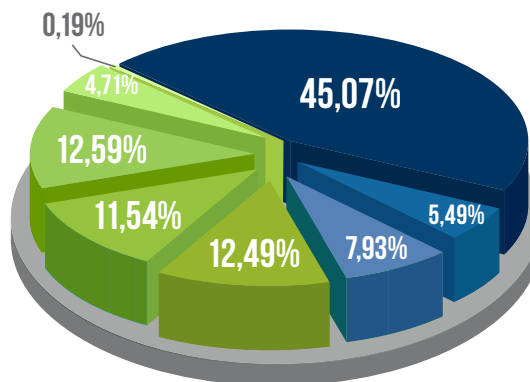
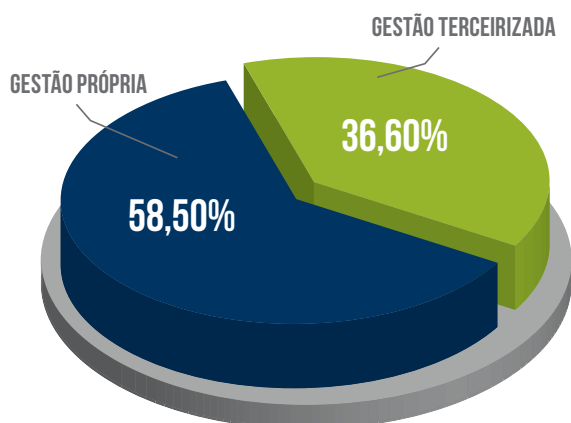
Posição em 31/12/2013

CARTEIRA	R\$	% TOTAL
CARTEIRA PRÓPRIA (ALM)	<b>1.030.311</b>	<b>45,07</b>
CARTEIRA ESTRATÉGICA	<b>125.453</b>	<b>5,49</b>
CARTEIRA ÍNDICE DE PREÇOS	<b>181.203</b>	<b>7,93</b>

**GESTÃO TERCEIRIZADA**

Posição em 31/12/2013

CARTEIRA	R\$	% TOTAL
FUNDO VOTORANTIM GERIBÁ	285.490	12,49
FUNDO BRADESCO IPANEMA	263.807	11,54
FUNDO ALFA ITAIPAVA	287.744	12,59
FUNDO ITAÚ BÚZIOS	107.737	4,71
FUNDO BNY MELLON GTD	4.320	0,19
<b>TOTAL</b>	<b>2.286.065</b>	<b>100,00</b>



**LEGENDA**

- Carteira Própria (ALM)
- Carteira Estratégica
- Carteira Índice de Preços
- Fundo Votorantim Geribá
- Fundo Bradesco Ipanema
- Fundo Alfa Itaipava
- Fundo Itaú Búzios
- Fundo BNY Mellon GTD

Do total das aplicações em Renda Variável (R\$ 598.197 mil), cerca de 44,3% (R\$ 265.263,00) são administrados pelos gestores externos Gap, Bradesco, Guepardo e Fama. A maior parte, 55,6%, é administrada internamente.

Na renda fixa, R\$ 1.336.967 mil (58,5%) compõem a carteira própria ou interna. Os demais recursos (R\$ 837.041 mil ou 36,6%) estão alocados em 3 (três) fundos de investimentos externos. No segmento estruturado aparecem 2 (dois) fundos, Búzios Multimercado FIC FI e BNY Mellon GTD, com participação de 4,9% ou recursos de R\$ 112.057 mil.

A ELETROS participa no Comitê de Investimentos de todos os fundos.

## 4.6.1. GESTÃO PRÓPRIA - RENDA VARIÁVEL

## ► Renda Variável - Carteira Própria

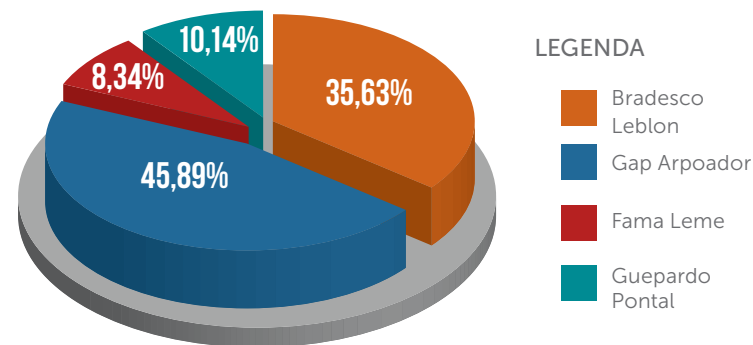
ACÇÕES	QUANTIDADE	PREÇO	FINANCEIRO (R\$ MIL)	PARTICIPAÇÃO (%)	<i>Posição em 31/12/2013</i>
Ambev ON	1.539.275	17,32	26.660	8,01	<b>Alimentos &amp; Bebidas &amp; Fumos</b>
Anhanguera ON	120.100	14,90	1.789	0,54	<b>Educação</b>
All Amer Lat ON	139.100	6,56	912	0,27	<b>Logística</b>
Brasil ON	238.500	24,40	5.819	1,75	<b>Bancos</b>
Bradesco ON	147.100	31,95	4.700	1,41	<b>Bancos</b>
Bradesco PN	755.795	29,09	21.986	6,60	<b>Bancos</b>
Brasil Seguridade ON	72.400	24,50	1.774	0,53	<b>Seguro</b>
Bradespar PN	74.800	25,08	1.876	0,56	<b>Mineração</b>
BRF Foods ON	317.100	49,25	15.617	4,69	<b>Alimentos &amp; Bebidas &amp; Fumos</b>
Braskem PNA	93.300	21,00	1.959	0,59	<b>Químico &amp; Petroquímico</b>
BR Malls Par ON	152.000	17,05	2.592	0,78	<b>Shopping &amp; Properties</b>
BR Properties ON	119.400	18,60	2.221	0,67	<b>Shopping &amp; Properties</b>
BMF Bovespa ON	645.500	11,06	7.139	2,14	<b>Outros</b>
CCR SA ON	330.000	17,77	5.864	1,76	<b>Rodovias</b>
Cesp PNB	61.400	22,42	1.377	0,41	<b>Elétrico</b>
Cielo ON	119.300	65,65	7.832	2,35	<b>Varejo &amp; Serviços</b>
Cemig PN	245.934	14,01	3.446	1,03	<b>Elétrico</b>
CPFL Energia ON	102.400	19,09	1.955	0,59	<b>Elétrico</b>
Copel PNB	32.500	30,53	992	0,30	<b>Elétrico</b>
Souza Cruz ON	74.500	24,11	1.796	0,54	<b>Alimentos &amp; Bebidas &amp; Fumos</b>
Cosan ON	36.000	39,58	1.425	0,43	<b>Bio-Combustíveis</b>
Sid Nacional ON	170.100	14,38	2.446	0,73	<b>Siderurgia</b>
Cetip ON	87.300	24,20	2.113	0,63	<b>Outros</b>
Cyrela Realty ON	88.700	14,40	1.277	0,38	<b>Construção</b>
Duratex ON	88.310	13,15	1.161	0,35	<b>Construção</b>
Embraer ON	249.800	18,89	4.719	1,42	<b>Transporte</b>
Energias BR ON	85.500	11,35	970	0,29	<b>Elétrico</b>
Equatorial ON	46.800	23,15	1.083	0,33	<b>Elétrico</b>
Estacio Part ON	146.400	20,41	2.988	0,90	<b>Educação</b>
Even ON	62.600	8,15	510	0,15	<b>Construção</b>
Fibra ON	73.100	27,65	2.021	0,61	<b>Papel &amp; Celulose</b>

Gerdau PN	399.900	18,34	7.334	2,20	Siderurgia
Hypermarcas ON	153.300	17,65	2.706	0,81	Farmácia
Itausa PN	1.041.894	8,90	9.273	2,79	Bancos
ItauUnibanco PN	812.900	31,35	25.484	7,65	Bancos
JBS ON	556.900	8,77	4.884	1,47	Alimentos & Bebidas & Fumos
Klabin S/A PN	159.800	12,26	1.959	0,59	Papel & Celulose
Kroton ON	83.500	39,26	3.278	0,98	Educação
Lojas Americ PN	114.775	15,73	1.805	0,54	Varejo & Serviços
Lojas Renner ON	43.300	61,00	2.641	0,79	Varejo & Serviços
Mills ON	55.200	33,00	1.822	0,55	Outros
MRV ON	149.300	8,43	1.259	0,38	Construção
Multiplan ON	27.800	49,90	1.387	0,42	Shopping & Properties
Natura ON	59.000	41,37	2.441	0,73	Varejo & Serviços
Odontoprev ON	194.600	9,83	1.913	0,57	Saúde
P.Acucar-Cbd PN	51.242	104,91	5.376	1,61	Varejo & Serviços
Petrobras ON	854.100	15,99	13.657	4,10	Petróleo & Gás
Petrobras PN	1.485.776	17,08	25.377	7,62	Petróleo & Gás
Porto Seguro ON	37.700	29,75	1.122	0,34	Seguro
Qualicorp ON	65.500	22,50	1.474	0,44	Saúde
RaiaDrogasil ON	65.100	14,78	962	0,29	Farmácia
Localiza ON	42.600	33,28	1.418	0,43	Varejo & Serviços
Santander BR UNITS	301.700	13,98	4.218	1,27	Bancos
Sabesp ON	117.500	26,46	3.109	0,93	Saneamento
Suzano Papel PNA	102.900	9,24	951	0,29	Papel & Celulose
Tractebel ON	168.500	35,94	6.056	1,82	Elétrico
Tim Part S/A ON	263.700	12,33	3.251	0,98	Telecom & Tecnologia
Totvs ON	44.900	36,96	1.660	0,50	Telecom & Tecnologia
Ultrapar ON	204.300	55,95	11.431	3,43	Químico & Petroquímico
Usiminas ON	54.600	12,40	677	0,20	Siderurgia
Usiminas PNA	102.600	14,21	1.458	0,44	Siderurgia
Vale ON	465.108	35,71	16.609	4,99	Mineração
Vale PNA	641.200	32,73	20.986	6,30	Mineração
Telef Brasil PN	90.900	44,83	4.075	1,22	Telecom & Tecnologia
Weg ON	59.700	31,16	1.860	0,56	Máquinas & Equipamentos
<b>TOTAL DE MERCADO</b>	-	-	<b>332.933</b>	<b>100,00</b>	

## 4.6.2. TERCEIRIZADOS

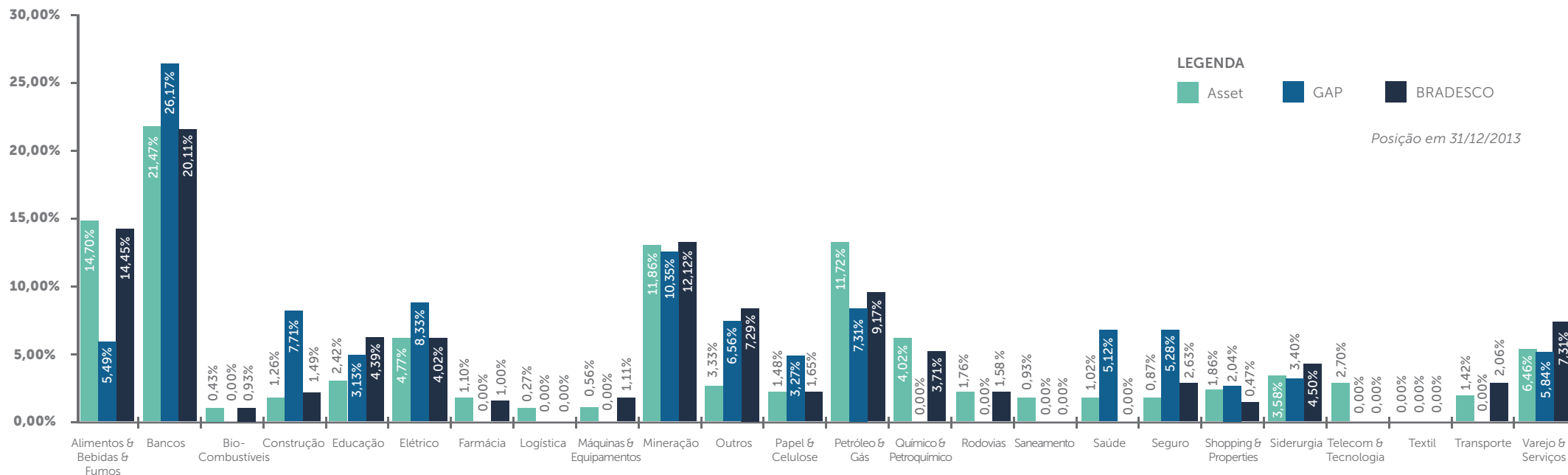
Posição em 31/12/2013

FUNDO DE INVESTIMENTOS EM AÇÕES	FINANCEIRO (R\$ MIL)	PARTICIPAÇÃO (%)
BRADESCO LEBLON	94.519	35,63
GAP ARPOADOR	121.723	45,89
FAMA LEME	22.120	8,34
GUEPARDO PONTAL	26.901	10,14
<b>TOTAL</b>	<b>265.263</b>	<b>100,00</b>



Total Geral: **598.197**  
(Soma da Carteira Própria + Terceirizados)

### ► Composição das carteiras de **renda variável por setores**



\* As ações das Carteiras Especiais não estão alocadas nessa distribuição.

## Enquadramento

Posição em 31/12/2013

	LIMITE	BD ELETROBRÁS	CD ONS	CD ELETROBRÁS	CV EPE	CD CERON	PGA
DESCRIÇÃO	3792	31/12/2013	31/12/2013	31/12/2013	31/12/2013	31/12/2013	31/12/2013
Investimentos (R\$ Mil)	-	1.772.331	236.178	1.127.242	29.470	18.736	65.261
% do total de investimentos	-	54,5%	7,3%	34,7%	0,9%	0,6%	2,0%
Investimentos em Renda Fixa (R\$ Mil)	-	1.141.668	162.880	764.928	23.095	16.220	65.217
% Renda Fixa Total	100%	64,4%	69,0%	67,9%	78,4%	86,6%	99,9%
% Títulos Públicos Federais	100%	46,0%	30,4%	29,8%	37,2%	38,4%	74,2%
% Outros Títulos de Renda Fixa	80%	18,4%	38,6%	38,1%	41,2%	48,2%	25,7%
Investimentos em Renda Variável (R\$ Mil)	-	314.074	56.525	220.386	5.503	2.516	-
% Renda Variável Total	70%	17,7%	23,9%	19,6%	18,7%	13,4%	-
% Novo Mercado	70%	6,8%	9,2%	7,5%	7,2%	5,2%	-
% Nível 1	60%	6,3%	8,5%	6,9%	6,6%	4,8%	-
% Nível 2	50%	0,2%	0,3%	0,2%	0,2%	0,2%	-
% Outras ações	35%	3,2%	4,4%	3,6%	3,4%	2,5%	-
% Valores a receber/ a pagar	-	1,2%	1,6%	1,3%	1,2%	0,9%	-
Investimentos Estruturados (R\$ Mil)	-	65.683	7.314	38.189	872	-	-
% Investimentos Estruturados Total	20%	3,7%	3,1%	3,4%	3,0%	-	-
Investimentos no Exterior (R\$ Mil)	-	-	-	-	-	-	-
% Investimentos no Exterior Total	10%	-	-	-	-	-	-
Investimentos em Imóveis (R\$ Mil)	-	166.551	-	63.047	-	-	44
% Imóveis Total*	8%	9,4%	-	5,6%	-	-	0,1%
Empréstimos e Financiamentos (R\$ Mil)	-	84.355	9.459	40.692	-	-	-
% Empréstimos e Financiamentos Total	15%	4,8%	4,0%	3,6%	-	-	-

\*O desenquadramento verificado no segmento de imóveis no Plano BD em 2011 deveu-se à reavaliação dos ativos da referida carteira realizada em dezembro daquele ano. Por se tratar de um desenquadramento passivo, o prazo para o reenquadramento estipulado na legislação é de 24 meses. Desde o referido desenquadramento, ELETROS traçou uma estratégia para se enquadrar, que passava pela alienação do Edifício Mário Bhering após sua entrega em 2013, por parte do então locador, conforme acordo realizado em 2012.

Assim a ELETROS empenhou os melhores esforços para a venda do referido ativo fato que pode ser comprovado pelos registros das atas das reuniões do CDE (Conselho Deliberativo da ELETROS) nº 228 de 08/03/2013, nº 231 de 12/04/2013, nº 233 de 07/06/2013, nº 234 de 05/07/2013, nº 235 de 02/08/2013, nº 239 de 11/10/2013, nº 242 de 06/12/2013, nº 243 de 20/12/2013 e nº 246 de 24/01/2014. Dentre as reuniões citadas acima, merecem destaque a de nº 234, que deliberou sobre a autorização da alienação do Edifício Mário Bhering por um valor não inferior a R\$ 75 milhões (conforme estudos da época), e a de nº 246, que autorizou a negociação do prédio por um valor presente equivalente a R\$ 69 milhões. Mesmo com os esforços empenhados pela Fundação para venda, o êxito não foi alcançado já que as propostas recebidas até o momento ficaram muito abaixo do valor justo de mercado. Sendo assim, continuaremos focados no enquadramento deste segmento, mas evitando alienação a qualquer preço para não gerar prejuízos aos participantes.

Atendendo à Resolução nº. 3792 do Conselho Monetário Nacional, de 28 de setembro de 2009, que regula os limites de investimentos das Entidades Fechadas de Previdência Complementar, assim como sua divulgação, demonstramos as informações constantes do Demonstrativo de Investimentos referente ao ano de 2013.

## 4.7. Política de Investimento 2014

A Política de Investimento da ELETROS para o exercício de 2014 ("PI 2014") deve ser aplicada aos planos de benefícios previdenciários e administrativo geridos pela entidade.

Após cumprir as etapas do processo decisório interno, que inclui a avaliação e a recomendação dos comitês internos, a PI 2014 é submetida pela Diretoria Executiva da ELETROS à aprovação do Conselho Deliberativo da ELETROS. Para a função de Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado (AETQ) está designado o Diretor Financeiro que, por esta razão, é o responsável pelos investimentos junto ao órgão supervisor.

A PI 2014 está em conformidade com a legislação, regulamentos, políticas e demais condições estabelecidas para cada plano e, em linha com as

melhores práticas de gestão em fundos de pensão, é uma importante ferramenta do planejamento estratégico dos investimentos.

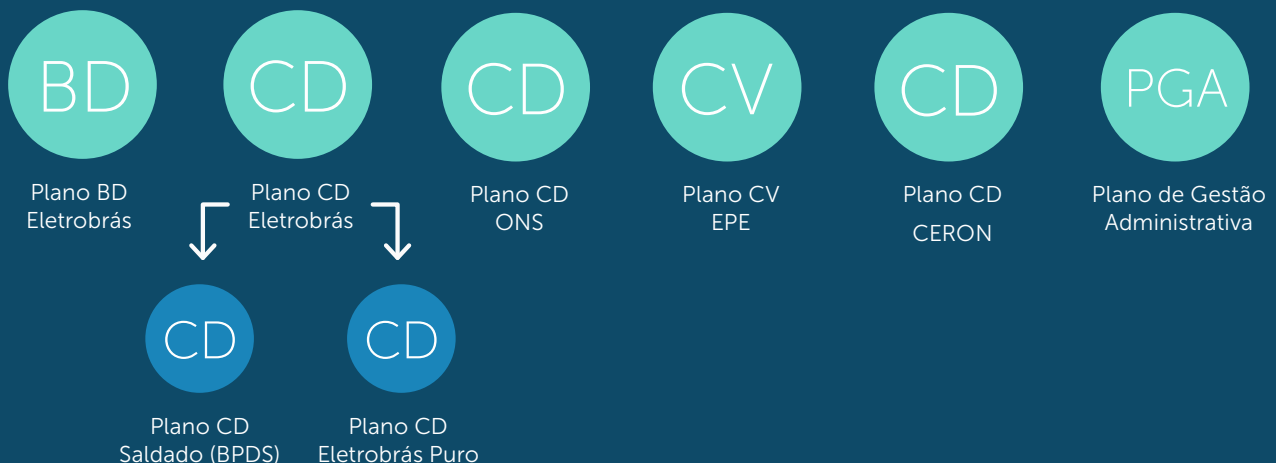
Em 2014, a expectativa é de que as taxas de juro real no Brasil sejam mais elevadas do que nos anos anteriores e aumente a atratividade do segmento de renda fixa, especialmente a dos títulos com prazos mais longos.

A PI 2014 apresenta e define diretrizes, objetivos, alocação e seleção de ativos, administração de riscos, responsabilidade e dá outras orientações. Destina-se aos participantes, em especial, mas também aos colaboradores e público em geral que precisem entender e se integrar aos seus objetivos, facilitando a comunicação, a transparência, o acompanhamento da gestão e o desempenho dos planos.

### 4.7.1. DIRETRIZES DE INVESTIMENTOS

A PI 2014 baseia-se nas seguintes diretrizes:

- ▶ Na aplicação por plano, a saber:



- ▶ Buscar superar as seguintes metas reais de rentabilidade, as quais devem estar ajustadas aos riscos dos investimentos.
- ▶ Na alocação de ativos como fator determinante da rentabilidade, razão pela qual as decisões a ela relacionadas são as mais importantes a serem tomadas ao longo do exercício.

- ▶ Na diversificação entre os segmentos e entre os ativos que os compõem como princípio geral de redução de risco dos investimentos, orientada por fatores específicos de administração de riscos da entidade.
- ▶ Na integração com o cenário macroeconômico e dos investimentos apresentados no anexo (página 51), os quais, pela sua dinâmica, estão sujeitos a revisões ao longo do ano.

## 4.7.2. OBJETIVOS PARA 2014

A preservação do valor econômico-financeiro do patrimônio é uma meta permanente da ELETROS e adicionam-se os seguintes objetivos para 2014, por ordem de prioridade:

- ▶ Na integração com o cenário macroeconômico e dos investimentos apresentados no anexo (página 51), os quais, pela sua dinâmica, estão sujeitos a revisões ao longo do ano.

### ▶ Taxa Real Anual **de Juros Esperada\***

	Posição em 31/12/2013		
	EXERCÍCIO DE (2014)	MÉDIO PRAZO (2014 A 2016)	LONGO PRAZO (2014 A 2018)
Plano BD Eletrobrás	5,7%	6,7%	6,8%
Plano CD Eletrobrás Puro	5,1%	6,4%	6,6%
Plano CD Eletrobrás Saldado (BPDS)	5,1%	6,3%	6,4%
Plano CD ONS	5,2%	6,6%	6,7%
Plano CV EPE	5,1%	6,4%	6,5%
Plano CD CERON	5,0%	6,3%	6,5%
PGA	4,2%	5,5%	5,6%

\* real acima do INPC

- ▶ Obter rentabilidade adicional a fim de contribuir para o equilíbrio econômico-financeiro do Plano BD Eletrobrás e para aumentar o valor do patrimônio dos demais planos.

Para o alcance dos objetivos acima, a ELETROS buscará implementar as propostas de alocação e seleção de ativos, sujeitas aos limites e parâmetros definidos nesta política.



## 4.7.3. TAXA REAL ANUAL DE JUROS UTILIZADA NAS PROJEÇÕES ATUARIAIS

Posição em 31/12/2013

### EXERCÍCIO DE 2014

(taxa ao ano acima do INPC)

Plano BD Eletrobrás	5,50%	
Plano CD Eletrobrás Puro	5,50%	
Plano CD Eletrobrás Saldado (BPDS)	5,50%	
Plano CD ONS	5,50%	
Plano CV EPE	5,50%	
Plano CD CERON	5,50%	

<sup>1</sup>Metas reais brutas, sem quaisquer custos, acima da variação do INPC.

## 4.7.4. ALOCAÇÃO E SELEÇÃO DE ATIVOS POR PLANO

A Gestão de Investimento da ELETROS se baseia na segregação entre alocação e seleção de ativos.

A tomada de decisão cabe à Diretoria Executiva da ELETROS, com base em recomendações da equipe interna – exceto nos fundos de investimento com gestão externa.

A equipe de gestão interna possui a atribuição de analisar, elaborar e executar as operações, além de propor critérios para os investimentos em conformidade com normas e procedimentos aprovados.

A alocação de ativos é definida como o conjunto de atividades relacionadas à distribuição do patrimônio de cada plano entre os segmentos de renda fixa, renda variável, imóveis, empréstimos, investimentos estruturados e no exterior.

- ▶ A alocação de ativos é de responsabilidade da equipe interna, exceto na alocação em renda variável dos Perfis de Investimento que pode ser uma opção do participante.
- ▶ A alocação de ativos é avaliada pelo CAA\* e as propostas são encaminhadas por esse comitê ao CEI\*\*, a quem cabe decidir, exceto nos casos previstos nesta política.

\*Comitê de Alocação de Ativos / \*\*Comitê Executivo de Investimentos

A seleção de ativos é definida como o conjunto de atividades relacionadas à distribuição de cada segmento do plano entre as modalidades (incluindo títulos e fundos de investimento) permitidas pela legislação, compreendendo a análise e a execução de operações.

- ▶ A seleção de ativos é de responsabilidade da equipe interna, no caso da gestão feita diretamente pela entidade, ou dos gestores externos, no caso dos fundos de investimento.
- ▶ A seleção de ativos é avaliada pelo CGC\* e as propostas são encaminhadas por este comitê ao CEI\*\*, a quem cabe decidir, exceto nos casos previstos nesta política.

Para o alcance dos objetivos da PI 2014, as estratégias de seleção de ativos deverão, no mínimo, superar as metas definidas para cada segmento, obedecendo aos respectivos limites, requisitos e condições.

\*Comitê de Gestão de Carteiras / \*\*Comitê Executivo de Investimentos

#### ▶ 4.7.4.1. Renda **Fixa**

Objetivos:

- ▶ Obter ganhos reais que contribuam para o atingimento das metas definidas nesta política.
- ▶ Vincular os recebimentos de juros e, principalmente, os desembolsos financeiros previdenciários.

**A META DE RENTABILIDADE DO SEGMENTO DE RENDA FIXA EM 2014 SERÁ EQUIVALENTE À VARIAÇÃO DE 105% DO CDI ACUMULADA NO ANO.**

#### ▶ Alocação e rentabilidade **da renda fixa por plano**

A renda fixa permanecerá como o segmento de maior alocação no patrimônio, o que indica a tendência conservadora da Política de Investimento para 2014.

## ► Alocação e rentabilidade esperada da renda fixa para 2014

Posição em 31/12/2013

ALOCAÇÃO EM RELAÇÃO AO PATRIMÔNIO						
	ESTIMADA	PROPOSTA PARA 2014			RENTABILIDADE ESPERADA	
Plano	Dez/2013	Mínima	Alvo	Máxima	Nominal	Real*
Plano BD Eletrobrás	67%	49%	65%	88%	<b>12,2%</b>	<b>5,8%</b>
Plano CD Eletrobrás Total	66%	45%	67%	85%	<b>11,3%</b>	<b>4,9%</b>
Plano CD Eletrobrás Puro**	64%	43%	66%	85%	<b>11,3%</b>	<b>4,9%</b>
Plano CD Eletrobrás Saldado (BPDS)	63%	51%	70%	88%	<b>11,3%</b>	<b>4,9%</b>
Plano CD ONS**	69%	49%	66%	87%	<b>11,3%</b>	<b>4,9%</b>
Plano CV EPE	81%	61%	78%	90%	<b>11,3%</b>	<b>4,9%</b>
Plano CD CERON	82%	66%	78%	90%	<b>11,3%</b>	<b>4,9%</b>
PGA	100%	100%	100%	100%	<b>10,5%</b>	<b>4,2%</b>

\* Real acima do INPC estimado em 6,1% para 2014.

\*\* Somando todos os Perfis de Investimento.

## ► Seleção de ativos na renda fixa

São elegíveis para compor o segmento de renda fixa de cada plano as modalidades de investimento permitidas pela legislação em vigor, com as restrições aprovadas nesta política.

A negociação de ativos no segmento deve estar em conformidade com as condições e requisitos da legislação, com o processo decisório, no caso da gestão interna, e com o regulamento dos fundos de investimento, no caso da gestão externa, considerando-se que:

- ▶ Os limites de enquadramento, de concentração por emissor e por investimento dispostos na legislação em vigor se aplicam em cada plano, adicionando-se:

▪ *Na aquisição para a gestão interna e para os fundos de investimento exclusivos, o limite de um emissor privado, incluindo aplicações já existentes, não poderá ultrapassar 10% do total da carteira de renda fixa da ELETROS.*

- ▶ A classificação de risco ("rating") mínima aplicável à aquisição de ativos de emissor não financeiro para a gestão interna e para os fundos de investimento exclusivos de renda fixa será, no mínimo, de:

▪ *"AA" da agência Fitch Ratings Brasil, ou o seu equivalente, no caso de ativos com prazo médio acima de cinco anos.*

▪ *"A" da agência Fitch Ratings Brasil, ou o seu equivalente, nos demais casos.*

A seleção de ativos de renda fixa do Plano BD Eletrobrás permanecerá orientada pelo fluxo de desembolsos previdenciários, o qual orienta a composição da carteira ALM (exclusiva do plano). Complementarão o segmento do BD Eletrobrás (i) outros títulos indexados à inflação e (ii) demais modalidades com objetivo de superar os índices de referência do segmento.

Como regra geral, a seleção de ativos de renda fixa dos planos CD Eletrobrás, CD ONS, CV EPE, CD CERON e PGA seguirá as mesmas estratégias em 2014, orientando-se para a proteção contra a inflação e para ganhos frente aos índices de referência do segmento.

A liquidez do segmento de renda fixa é provedora de primeira ordem dos compromissos financeiros dos planos. Deverá ser mais elevada no BD Eletrobrás em razão do seu fluxo de caixa com desembolsos superiores às contribuições previdenciárias, situação que também ocorre no CD Eletrobrás Saldado (BPDS), embora em menor dimensão.

#### ▶ 4.7.4.2. Renda **Variável**

Objetivos:

- ▶ Proporcionar rentabilidade superior a da renda fixa.
- ▶ Obter ganhos em relação aos índices de referência para o segmento, os quais deverão estar vinculados às estratégias de médio e de longo prazo.

**A META DE RENTABILIDADE DO SEGMENTO DE RENDA VARIÁVEL EM 2014 SERÁ EQUIVALENTE À VARIAÇÃO DO IBRX ACRESCIDA DE 2% ACUMULADA NO ANO.**

## ► Alocação e rentabilidade da **renda variável por plano**

A renda variável permanecerá como o segundo segmento de maior alocação no patrimônio dos planos em 2014, superada apenas pela renda fixa.

## ► Alocação e rentabilidade da **renda variável para 2014**

Posição em 31/12/2013

ALOCAÇÃO EM RELAÇÃO AO PATRIMÔNIO						
	ESTIMADA	PROPOSTA PARA 2014			RENTABILIDADE ESPERADA	
Plano	Dez/2013	Mínima	Alvo	Máxima	Nominal	Real*
Plano BD Eletrobrás	17%	5%	18%	25%	<b>12,3%</b>	<b>5,9%</b>
Plano CD Eletrobrás Total	20%	9%	20%	32%	<b>12,3%</b>	<b>5,9%</b>
Plano CD Eletrobrás Puro**	22%	10%	22%	35%	<b>12,3%</b>	<b>5,9%</b>
Perfil ELETROS do CD Puro***	22%	10%	22%	35%	<b>12,3%</b>	<b>5,9%</b>
Plano CD Eletrobrás Saldado (BPDS)	16%	5%	16%	25%	<b>12,3%</b>	<b>5,9%</b>
Plano CD ONS**	23%	10%	25%	35%	<b>12,3%</b>	<b>5,9%</b>
Perfil ELETROS do CD ONS***	23%	10%	25%	35%	<b>12,3%</b>	<b>5,9%</b>
Plano CV EPE	16%	10%	15%	25%	<b>12,3%</b>	<b>5,9%</b>
Plano CD CERON	15%	10%	15%	20%	<b>12,3%</b>	<b>5,9%</b>

\* Real acima do INPC estimado em 6,1% para 2014. / \*\* Somando todos os Perfis de Investimento. / \*\*\* Alocação em relação ao total do Perfil ELETROS.

## ► Perfis de Investimento

A alocação em renda variável permanecerá como opção do participante nos planos que possuam Perfis de Investimento, o qual poderá escolher por:

*Posição em 31/12/2013*

PERFIL	Alocação em renda variável
Perfil Super Conservador	0%
Perfil Conservador	15%
Perfil Moderado	30%
Perfil Agressivo	45%
Perfil ELETROS	De acordo com a PI 2014

Os meses para alteração do perfil permanecerão em maio e novembro. Essas e outras condições devem ser observadas pelo participante e assistido, as quais estarão disponíveis para conhecimento, além de poder contar com o atendimento da ELETROS para esclarecimento de dúvidas.

## ► Seleção de ativos na renda variável

São elegíveis para compor o segmento de renda variável de cada plano as ações de emissão de companhias abertas e os correspondentes bônus de subscrição, recibos de subscrição e certificados de depósitos, e as cotas de fundos de índice referenciados em cesta de ações de companhias abertas, admitidas à negociação em bolsa de valores. Os investimentos nas demais modalidades de renda variável permitidos pela legislação deverão ser aprovados caso a caso pelo Conselho Deliberativo da ELETROS.

A negociação de ativos no segmento deve estar em conformidade com as condições, requisitos, limites de enquadramento, de concentração por emissor e por investimento dispostos na legislação em vigor, com o processo decisório, no caso da gestão interna, e regulamentos dos fundos de investimento, no caso da gestão externa.

### ► 4.7.4.3. IMÓVEIS

Objetivos:

- Proporcionar rentabilidade superior a da renda fixa.
- Avaliar oportunidades de alienação parcial da carteira.

## A META DE RENTABILIDADE DO SEGMENTO DE IMÓVEIS EM 2014 SERÁ EQUIVALENTE À VARIAÇÃO DO INPC ACRESCIDA DE 4%.

O objetivo de alienar parte da carteira atual de imóveis fará com que a alocação no segmento tenda a se reduzir, embora o Plano BD Eletrobrás possa continuar acima do limite legal por efeito das reavaliações ocorridas nos últimos exercícios.

### ► Alocação e rentabilidade esperada dos imóveis para 2014

Posição em 31/12/2013

ALOCÇÃO EM RELAÇÃO AO PATRIMÔNIO						
	ESTIMADA	PROPOSTA PARA 2014			RENTABILIDADE ESPERADA	
Plano	Dez/2013	Mínima	Alvo	Máxima	Nominal	Real*
Plano BD Eletrobrás	9%	4%	6%	9%	<b>10,3%</b>	<b>4,0%</b>
Plano CD Eletrobrás Total	5%	3%	4%	6%	<b>10,3%</b>	<b>4,0%</b>
Plano CD Eletrobrás Puro**	5%	3%	4%	6%	<b>10,3%</b>	<b>4,0%</b>
Plano CD Eletrobrás Saldado (BPDS)	6%	3%	4%	6%	<b>10,3%</b>	<b>4,0%</b>

\* Real acima do INPC estimado em 6,1% para 2014.

\*\* Somando todos os Perfis de Investimento.

São elegíveis para compor o segmento de imóveis da ELETROS as modalidades de investimento permitidas pela legislação em vigor, nos limites de enquadramento ali dispostos.

As operações com imóveis deverão obedecer ao processo decisório interno. A aquisição e a alienação de bens imóveis e a constituição de ônus reais sobre os mesmos compete ao Conselho Deliberativo da ELETROS.

A participação no setor imobiliário poderá ser feita de forma indireta através de outros segmentos – como são os casos dos fundos de recebíveis e dos fundos imobiliários.

#### ► 4.7.4.4. OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES (EMPRÉSTIMOS)

As operações de empréstimo aos participantes e assistidos deverão permanecer restritas aos Planos BD Eletrobrás, CD Eletrobrás e CD ONS, tendo por objetivo superar a rentabilidade da renda fixa.

**A META DE RENTABILIDADE DO SEGMENTO DE OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES EM 2014 SERÁ EQUIVALENTE À TAXA DE JURO UTILIZADA NAS PROJEÇÕES ATUARIAIS DO RESPECTIVO PLANO OU (i) À VARIAÇÃO DO IPCA ACRESCIDO DE 6,0% AO ANO, O QUE FOR MAIOR, RESPECTIVAMENTE NO CASO DOS PLANOS BD E CD SALDADO, OU (ii) À VARIAÇÃO DE 105,7% DO CDI, O QUE FOR MAIOR, PARA O PLANO CD ELETROBRÁS PURO, OU (iii) À VARIAÇÃO DE 104,5% DO CDI, O QUE FOR MAIOR, PARA O CD ONS E DEMAIS PLANOS.**

Os empréstimos obedecerão aos requisitos da legislação e às normas internas. Os encargos financeiros das operações deverão ser aprovados pelo Conselho Deliberativo.



► Alocação e rentabilidade dos empréstimos para 2014

Posição em 31/12/2013

ALOCÇÃO EM RELAÇÃO AO PATRIMÔNIO						
	ESTIMADA	PROPOSTA PARA 2014			RENTABILIDADE ESPERADA	
Plano	Dez/2013	Mínima	Alvo	Máxima	Nominal	Real*
Plano BD Eletrobrás	5%	3%	5%	7%	<b>12,4%</b>	<b>6,0%</b>
Plano CD Eletrobrás Total	4%	3%	4%	7%	<b>12,4%</b>	<b>6,0%</b>
Plano CD Eletrobrás Puro**	3%	2%	3%	6%	<b>11,9%</b>	<b>5,5%</b>
Plano CD Eletrobrás Saldado (BPDS)	5%	4%	5%	8%	<b>11,9%</b>	<b>5,5%</b>
Plano CD ONS**	4%	2%	4%	6%	<b>11,9%</b>	<b>5,5%</b>
Plano CV EPE	-	-	2%	4%	<b>11,9%</b>	<b>5,5%</b>
Plano CD CERON	-	-	2%	4%	<b>11,9%</b>	<b>5,5%</b>

\* Real acima do INPC estimado em 6,1% para 2014.

\*\* Somando todos os Perfis de Investimento.

## ▶ 4.7.4.5. INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS

Objetivos:

- ▶ Continuar a estratégia de investir gradualmente em fundos de investimento em participações (FIP) e fundos multimercado
- ▶ Prosseguir na avaliação dos fundos de investimento imobiliário (FII).

**A META DE RENTABILIDADE DO SEGMENTO DE INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS EM 2014 NOS FUNDOS MULTIMERCADO SERÁ EQUIVALENTE À VARIAÇÃO DE 110% DO CDI ACUMULADA NO ANO.**

### ▶ Alocação e rentabilidade dos investimentos estruturados para 2014

Posição em 31/12/2013

ALOCÇÃO EM RELAÇÃO AO PATRIMÔNIO						
	ESTIMADA	PROPOSTA PARA 2014			RENTABILIDADE ESPERADA	
Plano	Dez/2013	Mínima	Alvo	Máxima	Nominal	Real*
Plano BD Eletrobrás	3%	-	4%	6%	<b>11,0%</b>	<b>4,6%</b>
Plano CD Eletrobrás Total	3%	-	3%	6%	<b>11,0%</b>	<b>4,6%</b>
Plano CD Eletrobrás Puro**	3%	-	3%	6%	<b>11,0%</b>	<b>4,6%</b>
Plano CD Eletrobrás Saldado (BPDS)	3%	-	3%	6%	<b>11,0%</b>	<b>4,6%</b>
Plano CD ONS**	3%	-	3%	6%	<b>11,0%</b>	<b>4,6%</b>
Plano CV EPE	3%	-	3%	6%	<b>11,0%</b>	<b>4,6%</b>
Plano CD CERON	-	-	3%	6%	<b>11,0%</b>	<b>4,6%</b>

\* Real acima do INPC estimado em 6,1% para 2014.

\*\* Somando todos os Perfis de Investimento.

As propostas referentes ao segmento deverão obedecer ao processo decisório interno e deverão ser aprovadas caso a caso pelo Conselho Deliberativo da ELETROS.

## ► 4.7.4.6. INVESTIMENTOS NO EXTERIOR

A busca por uma relação mais atrativa entre retorno e risco de mercado faz com que a ELETROS avalie também a possibilidade de investir direta ou indiretamente no exterior e a forma mais adequada para fazê-lo dependerá dos estudos internos.

### ► Alocação e rentabilidade dos investimentos no exterior para 2014

Posição em 31/12/2013

ALOCÇÃO EM RELAÇÃO AO PATRIMÔNIO						
PLANO	ESTIMADA	PROPOSTA PARA 2014			RENTABILIDADE ESPERADA	
	Dez/2013	Mínima	Alvo	Máxima	Nominal	Real*
Plano BD Eletrobrás	-	-	2%	4%	<b>12,3%</b>	<b>5,9%</b>
Plano CD Eletrobrás Total	-	-	2%	4%	<b>12,3%</b>	<b>5,9%</b>
Plano CD Eletrobrás Puro**	-	-	2%	4%	<b>12,3%</b>	<b>5,9%</b>
Plano CD Eletrobrás Saldado (BPDS)	-	-	2%	4%	<b>12,3%</b>	<b>5,9%</b>
Plano CD ONS**	-	-	2%	4%	<b>12,3%</b>	<b>5,9%</b>
Plano CV EPE	-	-	2%	4%	<b>12,3%</b>	<b>5,9%</b>
Plano CD CERON	-	-	2%	4%	<b>12,3%</b>	<b>5,9%</b>

\* Real acima do INPC estimado em 6,1% para 2014.

\*\* Somando todos os Perfis de Investimento.

## 4.7.5. RENTABILIDADE ESPERADA PARA O PATRIMÔNIO EM 2014

Com base nas alocações-alvo dos itens anteriores, a rentabilidade nominal e real esperada para cada plano em 2014 é:

Posição em 31/12/2013

PLANO	RENTABILIDADE ESPERADA	
	Nominal	Real*
Plano BD Eletrobrás	12,1%	5,7%
Plano CD Eletrobrás Puro (Perfil ELETROS)	11,5%	5,1%
Plano CD Eletrobrás Saldado (BPDS)	11,5%	5,1%
Plano CD ONS (Perfil ELETROS)	11,6%	5,2%
Plano CV EPE	11,5%	5,1%
Plano CD CERON	11,4%	5,0%
Plano PGA	10,5%	4,2%

\* Real acima do INPC estimado em 6,1% para 2014.

## 4.7.6. ADMINISTRAÇÃO DE RISCOS DOS INVESTIMENTOS

A metodologia e os critérios de avaliação de risco dos investimentos compreendem risco de crédito, de mercado, de liquidez, operacional, legal e sistêmico.

### ► 4.7.6.1. Risco de Crédito

- Para a concessão de crédito de emissor não financeiro, a ELETROS utiliza critérios desenvolvidos e aplicados pela equipe interna que se baseiam na avaliação da capacidade de pagamento, em informações de mercado e de consultoria externa. A classificação de risco deverá ser, no mínimo, "AA" da agência Fitch Ratings Brasil, ou o seu equivalente, para títulos com prazo médio acima de cinco anos e, no mínimo, "A" da mesma agência, ou o seu equivalente, para os demais casos.

- ▶ Para a concessão de crédito de emissor financeiro, a ELETROS contrata duas empresas especializadas em risco bancário, cujas avaliações são incorporadas aos critérios desenvolvidos e aplicados pela equipe interna, baseados em indicadores de liquidez, solvência e outros.

## ▶ 4.7.6.2. Risco de Mercado

A ELETROS vem aperfeiçoando a sua administração de risco de mercado e avançando na construção do modelo proprietário integrado de risco. Para 2014, as ações do planejamento estratégico da entidade estarão voltadas para a continuação dos projetos em desenvolvimento, incluindo os estudos ALM (Asset Liability Modelling) do Plano BD Eletrobrás iniciados em 2013.

Considera-se que a administração de risco de mercado compreenda tanto as atividades de gestão quanto as de monitoramento. O modelo integrado em desenvolvimento na ELETROS prevê a administração de risco de mercado por prazos e diferenciada por planos, buscando empregar metodologias que melhor se aplicam a essas variáveis.

## ▶ 4.7.6.3. Risco de Liquidez

A medida do risco de liquidez do patrimônio é baseada na relação entre as receitas de investimentos e o fluxo de caixa previdenciário (receitas menos desembolsos previdenciários). Nas receitas de investimentos incluem-se as operações compromissadas lastreadas em títulos públicos federais que vencem e são renovadas diariamente, constituindo-se em importante fator de liquidez.

O segmento de renda fixa é o provedor de primeira ordem de liquidez para os planos. No BD Eletrobrás, o fluxo de caixa previdenciário é negativo e a cobertura necessária de liquidez é reforçada com títulos de renda fixa de longo prazo, com vencimentos vinculados aos desembolsos do passivo previstos nos estudos ALM.

A medida de liquidez de um ativo é baseada no número de dias em que se transforma em disponibilidade financeira. A ELETROS possui ativos com baixa liquidez, como é o caso de alguns títulos de renda fixa de longo prazo, imóveis e empréstimos aos participantes, mas que não interferem na gestão financeira integrada dos planos.

Os investimentos estruturados tendem a apresentar restrições importantes de liquidez, alguns dos quais são constituídos sob a forma de condomínio fechado, sem possibilidade de resgate antecipado, além de demandarem prazo médio de retorno superior a cinco anos, como é caso dos fundos de investimento em participações e dos fundos de investimento imobiliário.

#### ► 4.7.6.4. Risco Operacional

Parte do patrimônio dos planos da ELETROS é gerida internamente e isso requer estrutura de governança com normas, procedimentos e verificação de conformidades.

O risco operacional é mitigado com a segregação de funções entre gestão, administração, liquidação e custódia de títulos.

O risco associado à execução das operações na gestão interna com títulos mobiliários é mitigado através dos procedimentos contratuais com o agente custodiante, responsável por pagamentos e recebimentos ligados aos investimentos, pela custódia e controladoria de fundos de investimento exclusivos e das carteiras.

#### ► 4.7.6.5. Risco Legal

O risco legal na gestão dos investimentos associado a falhas contratuais, documentação insuficiente e falta de representatividade é mitigado pela intervenção da área jurídica, que emite parecer prévio para todas as ocasiões em que a entidade deva ser representada legalmente.

As provisões para inadimplências associadas aos investimentos são registradas de acordo com a legislação e as contingências de natureza judicial não possuem fluxo previsto na PI 2014.

O agente custodiante deve informar sobre qualquer mudança na legislação que implique em revisão ou ajustamento dos regulamentos dos fundos de investimento dos quais a ELETROS seja cotista, bem como deve prestar as informações necessárias para o cumprimento, por parte da ELETROS, dos dispositivos legais e regulamentares.

#### ► 4.7.6.6. Risco Sistêmico

O risco sistêmico dos investimentos deve estar representado pelos testes de estresse com base na definição de cenários críticos para os segmentos que possuam títulos mobiliários, através dos quais perdas extremas são estimadas para cada plano, mas não implicam em tomada de decisão automática.

## 4.7.7. OUTRAS ORIENTAÇÕES

### ▶ Custódia e **liquidação de ativos**

A ELETROS tem contrato com o Bradesco para a prestação de (i) serviços de custódia qualificada, que consiste na liquidação física e financeira dos ativos, sua guarda e informação de eventos associados aos ativos e (ii) de controladoria de fundos de investimento exclusivos e carteiras, que consiste na execução dos processos que compõem a respectiva controladoria dos ativos e do passivo, bem como a execução dos procedimentos contábeis.

### ▶ Uso de **derivativos**

A ELETROS tem tradição no uso de derivativos, sendo permitido no segmento de renda fixa ou de renda variável, desde que esteja de acordo (i) com o processo decisório interno, no caso da gestão própria ou (ii) com o regulamento dos fundos, no caso da gestão externa.

### ▶ Apreçamento dos **investimentos**

O agente custodiante é responsável pelo apreçamento dos ativos dos fundos de investimentos exclusivos e das carteiras da ELETROS.

A equipe interna da ELETROS é responsável pelo apreçamento do segmento de operações com participantes e de imóveis, exceto no caso de reavaliações, as quais serão feitas por empresa contratada na forma da legislação.

### ▶ Responsabilidade **socioambiental**

A ELETROS é aderente aos princípios gerais de responsabilidade socioambiental ao adotar e valorizar as boas práticas de governança corporativa, ciente das consequências sociais e ambientais que sua atuação possui como prestadora de serviço.

## 4.7.8. RESPONSABILIDADES

▶ O Conselho Deliberativo da ELETROS será responsável por (i) aprovar esta política; (ii) reavaliá-la quando necessário; aprovar caso a caso (iii) os investimentos nas modalidades de renda variável permitidas pela legislação e não previstas na PI 2014, (iv) o uso de derivativos que impacte o total dos recursos garantidores de um plano em valor superior a três por cento e (v) o aporte no segmento de investimentos estruturados. Será responsável pela (vi) aquisição, alienação e constituição de ônus sobre bens imóveis e (vii) pela definição dos encargos financeiros por plano das operações com participantes.

▶ A Diretoria Executiva da ELETROS será responsável por (i) elaborar esta política e propor a sua alteração ao Conselho Deliberativo da ELETROS, a quem também deve propor a aprovação (ii) dos investimentos nas modalidades de renda variável permitidas pela legislação e não previstas na PI 2014, (iii) do uso de derivativos, (iv) do aporte no segmento de investimentos estruturados, (v) da aquisição, alienação e a constituição de ônus sobre bens imóveis, (vi) dos encargos financeiros por plano das operações com participantes. Deverá ser responsável pelas decisões de alocação e seleção de ativos, e implementar a gestão interna dos investimentos, incluindo os riscos associados.

▶ O Diretor Financeiro da ELETROS é designado para a função de Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado (AETQ), sendo o responsável pela gestão dos investimentos junto ao órgão supervisor.

▶ A equipe interna será responsável por (i) elaborar e recomendar a alocação de ativos à Diretoria Executiva da ELETROS, exceto em renda variável dos perfis Conservador, Moderado e Agressivo, e por (ii) elaborar e recomendar a seleção de ativos à Diretoria Executiva da ELETROS, além de (iii) executar as operações na gestão interna de todos os planos e Perfis de Investimento; (iv) realizar o apreçamento dos imóveis, exceto no caso de reavaliações, e das operações com participantes.

▶ O gestor externo dos fundos de investimento exclusivos deverá fazer a seleção de ativos seguindo o mandato acordado com a ELETROS e com o respectivo regulamento.

▶ O agente custodiante será o responsável (i) pelos pagamentos e recebimentos ligados aos investimentos na forma contratada; (ii) por informar mudanças na legislação que afetem o regulamento dos fundos de investimento; (iii) por prestar informações necessárias para o cumprimento dos dispositivos legais e regulamentares; (iv) pelo apreçamento dos ativos dos fundos de investimento exclusivos e das carteiras da ELETROS, e pela execução dos procedimentos contábeis.

▶ A área jurídica da ELETROS deverá emitir parecer prévio para todas as ocasiões em que a entidade seja representada legalmente.

▶ O Comitê de Gestão de Riscos e Auditoria e a Gestão de Riscos Corporativos e Compliance ocupam posições centrais no monitoramento de riscos dos investimentos da ELETROS.



[Anexo]

## 4.8. CENÁRIO MACROECONÔMICO E DOS INVESTIMENTOS

O cenário macroeconômico mais provável para o período de 2014 a 2018, com probabilidade de ocorrência de 50%, é de um crescimento do PIB inferior a 3% ao ano e uma taxa média real de juros medida pelo CDI de 5,1% no período.

Posição em 31/12/2013

VARIÁVEIS MACROECONÔMICAS						
	ESTIMATIVAS		PROJEÇÕES			
	2013*	2014	2015	2016	2017	2018
Crescimento do PIB	2,3%	2,0%	1,7%	2,4%	2,7%	3,2%
Juros CDI no ano	8,1%	10,0%	11,1%	11,5%	10,7%	10,0%
Inflação INPC no ano	5,7%	6,1%	5,3%	4,9%	4,6%	4,5%
Juros reais CDI sobre INPC	2,2%	3,7%	5,4%	6,2%	5,8%	5,2%
Dólar no final do ano em R\$	2,30	2,40	2,49	2,57	2,65	2,72
Risco Brasil no final do ano (em pontos base)	225	250	220	200	160	140

\* As projeções para todo o ano de 2013 foram feitas a partir de dados realizados até novembro/13.

Dos cenários alternativos, o de tendência mais negativa, com probabilidade de 25%, envolveria um crescimento do PIB menor e uma inflação um pouco mais elevada, enquanto o cenário de tendência mais positiva, também com probabilidade de 25%, teria um crescimento do PIB acima de 3% ao ano e inflação próxima do centro da meta de 4,5% ao ano.

## 4.9. CENÁRIO PARA OS INVESTIMENTOS

Os juros reais mais elevados da economia brasileira aumentam o retorno esperado para a renda fixa, que é o segmento de maior peso no patrimônio dos planos, e têm um impacto relevante sobre as expectativas de rentabilidade dos planos. Em decorrência, as metas de rentabilidade para os próximos anos são superiores às projetadas na Política de Investimento do ano anterior.

A renda variável compõe com a renda fixa o conjunto de ativos que forma a base das políticas de investimento. A carteira de ações tradicionalmente apresenta o maior risco de mercado do patrimônio, o qual é compensado com a expectativa de maior retorno real em prazos mais longos. Embora esse prêmio de retorno real não tenha ocorrido nos últimos anos no Brasil, se constitui em premissa importante para as decisões de investimento, valendo-se da hipótese de reversão à média que fundamenta os ganhos reais desses ativos acima da renda fixa à medida que maior seja o horizonte de análise.

As demais classes de investimento que compõem o patrimônio dos planos, embora recebam atenção pela possibilidade de diversificação, não projetam grande impacto na rentabilidade esperada.

Elaborada por:

**Jair Ribeiro Pereira Filho**

Consultor

Revisada por:

**Max Leandro Ferreira Tavares**

Gerente

Recomendada pela 418ª reunião do Comitê de Gestão de Carteiras em 11/12/13 para aprovação do Comitê Executivo de Investimentos.

Aprovada pela 782ª reunião do Comitê Executivo de Investimentos em 11/12/13 e pela 777ª reunião de Diretoria Executiva da ELETROS em 12/12/13, para encaminhamento ao Conselho Deliberativo da ELETROS.

Aprovada na 243ª reunião do Conselho Deliberativo da ELETROS, em 20/12/13.

[ CAPÍTULO 5 ]

# DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

---

**Relatório Anual de Informações**

Fundação Eletrobrás de Seguridade Social - ELETROS

## 5.1. RELATÓRIO DOS AUDITORES **INDEPENDENTES SOBRE AS** DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Participantes, Patrocinadoras, Conselheiros e Diretores da  
FUNDAÇÃO ELETROBRÁS DE SEGURIDADE SOCIAL - ELETROS  
Rio de Janeiro - RJ

### 5.1.1. Escopo **dos exames**

Auditamos as demonstrações contábeis da Fundação Eletrobrás de Seguridade Social - ELETROS, que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2013, e as respectivas demonstrações consolidadas da mutação do patrimônio social e do plano de gestão administrativa, e as demonstrações individuais por plano de benefícios que compreendem a demonstração do ativo líquido, da mutação do ativo líquido e das provisões técnicas do plano de benefícios, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

### 5.1.2. Responsabilidade da administração **sobre as demonstrações contábeis**

A administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC, e pela determinação dos controles internos considerados necessários para evitar que as mesmas contenham distorção relevante, independentemente se causados por fraude ou erro.

### 5.1.3. Responsabilidade dos **auditores independentes**

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossos exames, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, que requerem o cumprimento de exigências éticas de nossa parte e que os nossos trabalhos sejam planejados e executados com o objetivo de obter segurança razoável de que as citadas demonstrações estejam livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidências a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis, segundo julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações para planejar os procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e da razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração da Entidade e da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

#### 5.1.4. Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis consolidadas e individuais, referidas no item 1, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundação Eletrobrás de Seguridade Social - ELETROS, em 31 de dezembro de 2013, e o desempenho consolidado e por plano de benefícios de suas operações para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades reguladas pelo CNPC.

Rio de Janeiro, 26 de fevereiro de 2014

**FERNANDO MOTTA & ASSOCIADOS**

Auditores Independentes

CRCMG - 757/O – F – RJ



**Luiz Alberto Rodrigues Mourão**

Contador – CRCRJ – 046.114/O

Balanco Patrimonial **Consolidado**

(Em milhares de Reais)

ATIVO	NOTA*	EXERCÍCIO FINDO EM	
		31.12.13	31.12.12
<b>DISPONÍVEL</b>		<b>519</b>	<b>316</b>
<b>REALIZÁVEL</b>		<b>3.341.429</b>	<b>3.394.367</b>
Gestão Previdencial	<b>5.2.4</b>	69.035	70.967
Gestão Administrativa		13.978	12.863
Investimentos	<b>5.2.6</b>	3.258.416	3.310.537
Títulos Públicos		904.012	696.623
Créditos Privados e Depósitos		417.942	446.098
Ações		333.738	383.173
Fundos de Investimento		1.229.378	1.392.968
Investimentos Imobiliários		229.642	234.905
Empréstimos		134.510	139.424
Depósitos Judiciais/Recurais		9.194	8.917
Outros Realizáveis		-	8.429
<b>PERMANENTE</b>		<b>1.900</b>	<b>2.822</b>
Imobilizado		778	959
Intangível		1.061	1.782
Diferido		61	81
<b>GESTÃO ASSISTENCIAL</b>	<b>5.2.7</b>	<b>17.023</b>	<b>15.232</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>3.360.871</b>	<b>3.412.737</b>

\*As notas explicativas integram as Demonstrações Contábeis.

Balança Patrimonial **Consolidado**

(Em milhares de Reais)

PASSIVO	NOTA*	EXERCÍCIO FINDO EM	
		31.12.13	31.12.12
<b>EXIGÍVEL OPERACIONAL</b>		<b>13.840</b>	<b>15.821</b>
Gestão Previdencial	5.2.8	6.792	6.813
Gestão Administrativa		7.021	7.701
Investimentos		27	1.307
<b>EXIGÍVEL CONTINGENCIAL</b>	<b>5.2.9</b>	<b>39.699</b>	<b>36.969</b>
Gestão Previdencial		22.513	21.937
Gestão Administrativa		7.992	6.115
Investimentos		9.194	8.917
<b>PATRIMÔNIO SOCIAL</b>		<b>3.290.309</b>	<b>3.344.715</b>
Patrimônio de Cobertura do Plano		3.191.625	3.247.896
Provisões Matemáticas	5.2.11	3.390.716	3.245.790
Benefícios Concedidos		2.462.433	2.073.398
Benefícios a Conceder		1.066.707	1.307.282
(-) Provisões Matemáticas a Constituir		(138.424)	(134.890)
Equilíbrio Técnico		(199.091)	2.106
Resultados Realizados		(199.091)	2.106
Superavit Técnico Acumulado		-	2.106
(-) Deficit Técnico Acumulado		(199.091)	-
Fundos		98.684	96.819
Fundos Previdenciais	5.2.12.1	23.825	23.556
Fundos Administrativos	5.2.12.2	66.654	64.714
Fundos de Investimentos	5.2.12.3	8.205	8.549
<b>GESTÃO ASSISTENCIAL</b>		<b>17.023</b>	<b>15.232</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>		<b>3.360.871</b>	<b>3.412.737</b>

\*As notas explicativas integram as Demonstrações Contábeis.

## Demonstração da Mutação do Patrimônio Social

(Em milhares de Reais)

	EXERCÍCIO FINDO EM		VARIACÃO (%)
	31.12.13	31.12.12	
<b>A) Patrimônio Social – In�cio do Exercício</b>	<b>3.347.070</b>	<b>2.972.975</b>	<b>12,58</b>
<b>1. Adi�es</b>	<b>222.488</b>	<b>625.316</b>	<b>(64,42)</b>
Contribui�es previdenciais	135.432	112.074	20,84
Resultado positivo dos investimentos – Gestão Previdencial	13.448	457.877	(97,06)
Reversão de contingências – Gestão Previdencial	512	-	
Receitas administrativas	29.933	29.248	2,34
Resultado positivo dos investimentos – Gestão Administrativa	5.062	5.186	(2,39)
Constitui�o de fundos de investimentos	-	1.043	(100,00)
Receitas assistenciais	38.101	19.888	91,58
<b>2. Destina�es</b>	<b>(276.822)</b>	<b>(251.221)</b>	<b>10,19</b>
Benefícios	(205.394)	(192.556)	6,67
Constitui�o de contingências – Gestão Previdencial	-	(4.151)	(100,00)
Despesas administrativas	(31.296)	(31.276)	0,06
Constitui�o de contingências – Gestão Administrativa	(1.759)	(1.758)	0,06
Reversão de fundos de investimentos	(344)	-	
Despesas assistenciais	(38.029)	(21.480)	77,04
<b>3. Acréscimo/decréscimo no ativo líquido (1+2)</b>	<b>(54.334)</b>	<b>374.095</b>	<b>(114,52)</b>
Provisões matemáticas	144.926	377.719	(61,63)
Superávit (Déficit) técnico do exercício	(201.197)	2.106	(9.653,51)
Fundos Previdenciais	269	(6.582)	(104,09)
Fundos Administrativos	1.940	1.401	38,47
Fundos dos Investimentos	(344)	1.043	(132,98)
Gestão assistencial	72	(1.592)	(104,52)
<b>4. Opera�es transitórias</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	
Opera�es transitórias	-	-	



B) Patrimônio Social - Final do Exercício (A+3+4)*	<b>3.292.736</b>	<b>3.347.070</b>	<b>(1,62)</b>
Mutação do Patrimônio Social da Gestão Assistencial			
* Inclui o Patrimônio da Gestão Assistencial			
No início do exercício	2.355	3.947	(40,33)
No final do exercício	2.427	2.355	3,06
<b>Variação do Patrimônio no Exercício</b>	<b>72</b>	<b>(1.592)</b>	<b>(104,52)</b>
Reversão do Patrimônio Mínimo Ajustado	(388)	-	
Constituição de Reservas	261	481	(45,74)
Superávit (Déficit) no Exercício	199	(2.073)	(109,60)

As notas explicativas integram as Demonstrações Contábeis.

## ► Demonstração do Plano de **Gestão Administrativa Consolidada** (Em milhares de Reais)

	EXERCÍCIO FINDO EM		
	31.12.13	31.12.12	VARIAÇÃO (%)
<b>A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior</b>	<b>64.714</b>	<b>63.313</b>	<b>2,21</b>
<b>1. Custeio da Gestão Administrativa</b>	<b>34.995</b>	<b>34.435</b>	<b>1,63</b>
<b>1.1. Receitas</b>	<b>34.995</b>	<b>34.435</b>	<b>1,63</b>
Custeio administrativo da Gestão Previdencial	3.970	3.383	17,35
Custeio administrativo dos investimentos	15.832	15.103	4,83
Taxa de administração de empréstimos e financiamentos	147	176	(16,48)
Receitas diretas	490	2.033	(75,90)
Resultado positivo dos investimentos	5.062	5.186	(2,39)
Reembolso da gestão assistencial	6.855	6.055	13,21
Outras receitas	2.639	2.499	5,60
<b>2. Despesas administrativas</b>	<b>33.055</b>	<b>33.034</b>	<b>0,06</b>
<b>2.1. Administração previdencial</b>	<b>15.179</b>	<b>14.130</b>	<b>7,42</b>
Pessoal e encargos	9.803	8.910	10,02
Treinamentos/congressos e seminários	104	108	(3,70)
Viagens e estadias	73	47	55,32
Serviços de terceiros	2.002	2.032	(1,48)
Despesas gerais	1.307	1.088	20,13
Depreciações e amortizações	565	518	9,07
Contingências	1.325	1.377	(3,78)
Outras despesas	-	50	(100,00)

2.2. Administração dos investimentos	9.925	11.875	(16,42)
Pessoal e encargos	7.210	8.557	(15,74)
Treinamentos/congressos e seminários	77	103	(25,24)
Viagens e estadias	53	45	17,78
Serviços de terceiros	1.450	1.884	(23,04)
Despesas gerais	734	808	(9,16)
Depreciações e amortizações	401	478	(16,11)
2.3. Administração assistencial	6.855	6.055	13,21
2.4. Reversão de recursos para o plano de benefícios	-	-	
2.5. Outras despesas	1.096	974	12,53
3. Resultado negativo dos investimentos	-	-	
4. Sobra/insuficiência da gestão administrativa (1-2-3)	1.940	1.401	38,47
5. Constituição/reversão do fundo administrativo (4)	1.940	1.401	38,47
B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A+5)	66.654	64.714	3,00

As notas explicativas integram as Demonstrações Contábeis.

► Demonstração do Ativo Líquido - **Plano BD Eletrobrás (DAL)**  
(Em milhares de Reais)

	EXERCÍCIO FINDO EM		VARIÇÃO (%)
	31.12.13	31.12.12	
<b>ATIVOS</b>	<b>1.893.218</b>	<b>2.058.371</b>	<b>(8,02)</b>
Disponível	10	9	11,11
Recebível	112.600	112.795	(0,17)
<b>INVESTIMENTOS</b>	<b>1.780.608</b>	<b>1.945.567</b>	<b>(8,48)</b>
Títulos públicos	778.559	696.623	11,76
Créditos privados e depósitos	236.739	258.485	(8,41)
Ações	174.988	198.125	(11,68)
Fundos de Investimento	331.139	520.253	(36,35)
Investimentos imobiliários	166.551	170.369	(2,24)
Empréstimos	84.358	85.303	(1,11)
Depósitos judiciais/recursais	8.274	7.980	3,68
Outros realizáveis	-	8.429	(100,00)
<b>OBRIGAÇÕES</b>	<b>36.823</b>	<b>37.218</b>	<b>(1,06)</b>
Operacional	6.036	7.301	(17,33)
Contingencial	30.787	29.917	2,91
<b>FUNDOS NÃO PREVIDENCIAIS</b>	<b>51.684</b>	<b>51.506</b>	<b>0,35</b>
Fundos Administrativos	45.873	45.227	1,43
Fundos dos Investimentos	5.811	6.279	(7,45)
<b>ATIVO LÍQUIDO</b>	<b>1.804.711</b>	<b>1.969.647</b>	<b>(8,37)</b>
Provisões matemáticas	2.008.256	1.967.541	2,07
Superávit (Déficit) Técnico	(203.545)	2.106	(9.765,00)

As notas explicativas integram as Demonstrações Contábeis.

► Demonstração da Mutação do Ativo Líquido - **Plano BD Eletrobrás (DMAL)**  
(Em milhares de Reais)

	EXERCÍCIO FINDO EM		VARIACÃO (%)
	31.12.13	31.12.12	
<b>A) Ativo líquido – In�cio do Exercício</b>	<b>1.969.647</b>	<b>1.782.316</b>	<b>10,51</b>
<b>1. Adi�es</b>	<b>44.193</b>	<b>357.697</b>	<b>(87,65)</b>
Contribui�es previdenciais	43.681	34.947	24,99
Resultado positivo dos investimentos – Gestão Previdencial	-	322.750	(100,00)
Reversão de contingências – Gestão Previdencial	512	-	100,00
<b>2. Destina�es</b>	<b>(209.129)</b>	<b>(170.366)</b>	<b>22,75</b>
Benefícios	(175.049)	(165.298)	5,90
Resultado negativo dos investimentos – Gestão Previdencial	(32.917)	-	-
Constitui�o de conting�ncias – Gestão Previdencial	-	(4.152)	(100,00)
Custeio administrativo	(1.163)	(916)	26,97
<b>3. Acr�scimo/decr�scimo no ativo líquido (1+2)</b>	<b>(164.936)</b>	<b>187.331</b>	<b>(188,05)</b>
Provis�es matemáticas	40.716	185.225	(78,02)
Superávit (D�ficit) t�cnico do exercício	(205.651)	2.106	(9.865,00)
<b>B) Ativo líquido – Final do Exercício (A+3)</b>	<b>1.804.711</b>	<b>1.969.647</b>	<b>(8,37)</b>
<b>C) Fundos não previdenciais</b>	<b>51.684</b>	<b>51.506</b>	<b>0,35</b>
Fundos Administrativos	45.873	45.227	1,43
Fundos dos Investimentos	5.811	6.279	(7,45)

As notas explicativas integram as Demonstra es Contábeis.

► Demonstração das Provisões Técnicas - **Plano BD Eletrobrás (DPT)**  
(Em milhares de Reais)

	EXERCÍCIO FINDO EM		VARIÇÃO (%)
	31.12.13	31.12.12	
<b>PROVISÕES TÉCNICAS (1+2+3+4+5)</b>	<b>1.847.345</b>	<b>2.013.144</b>	<b>(8,24)</b>
<b>1. PROVISÕES MATEMÁTICAS</b>	<b>2.008.256</b>	<b>1.967.541</b>	<b>2,07</b>
1.1. Benefícios concedidos	1.877.790	1.775.361	5,77
Benefício Definido	1.877.790	1.775.361	5,77
1.2. Benefício a conceder	255.920	314.432	(18,61)
Benefício Definido	255.920	314.432	(18,61)
1.3. (-) Provisões Matemáticas a constituir	(125.454)	(122.252)	2,62
(-) Serviço passado	(87.907)	(91.644)	(4,08)
(-) Patrocinador(es)	(87.907)	(91.644)	(4,08)
(-) Déficit equacionado	(37.547)	(30.608)	22,67
(-) Patrocinador(es)	(18.774)	(15.304)	22,67
(-) Participantes	(9.219)	(11.986)	(23,09)
(-) Assistidos	(9.554)	(3.318)	187,94
<b>2. EQUILÍBRIO TÉCNICO</b>	<b>(203.545)</b>	<b>2.106</b>	<b>(9.765,00)</b>
2.1. Resultados Realizados	(203.545)	2.106	(9.765,00)
Superávit técnico acumulado	-	2.106	(100,00)
Reserva de contingência	-	2.106	(100,00)
(-) Déficit técnico acumulado	(203.545)	-	-
<b>3. FUNDOS</b>	<b>5.811</b>	<b>6.279</b>	<b>(7,45)</b>
3.2. Fundos dos Investimentos - Gestão Previdencial	5.811	6.279	(7,45)
<b>4. EXIGÍVEL OPERACIONAL</b>	<b>6.036</b>	<b>7.301</b>	<b>(17,33)</b>
4.1. Gestão Previdencial	6.015	6.008	0,12
4.2. Investimentos	21	1.293	(98,38)
<b>5. EXIGÍVEL CONTINGENCIAL</b>	<b>30.787</b>	<b>29.917</b>	<b>2,91</b>
5.1. Gestão Previdencial	22.514	21.937	2,63
5.2. Investimentos - Gestão Previdencial	8.273	7.980	3,67

As notas explicativas integram as Demonstrações Contábeis.

► Demonstração do Ativo Líquido - **Plano CD Eletrobrás (DAL)**  
(Em milhares de Reais)

	EXERCÍCIO FINDO EM		VARIACÃO (%)
	31.12.13	31.12.12	
<b>ATIVOS</b>	<b>1.149.553</b>	<b>1.084.871</b>	<b>5,96</b>
Disponível	20	20	-
Recebível	21.371	22.120	(3,39)
<b>INVESTIMENTO</b>	<b>1.128.162</b>	<b>1.062.731</b>	<b>6,16</b>
Títulos públicos	99.225	-	-
Créditos privados e depósitos	143.319	151.579	(5,45)
Ações	122.789	146.882	(16,40)
Fundos de investimento	658.169	654.321	0,59
Investimentos imobiliários	63.047	64.500	(2,25)
Empréstimos	40.692	44.512	(8,58)
Depósitos judiciais/recursais	921	937	(1,71)
<b>OBRIGAÇÕES</b>	<b>1.438</b>	<b>1.447</b>	<b>(0,62)</b>
Operacional	517	511	1,17
Contingencial	921	936	(1,60)
<b>FUNDOS NÃO PREVIDENCIAIS</b>	<b>21.030</b>	<b>20.599</b>	<b>2,09</b>
Fundos Administrativos	19.063	18.722	1,82
Fundos dos Investimentos	1.967	1.877	4,79
<b>ATIVO LÍQUIDO</b>	<b>1.127.085</b>	<b>1.062.825</b>	<b>6,05</b>
Provisões matemáticas	1.104.763	1.044.525	5,77
Fundos Previdenciais	17.867	18.300	(2,37)
Superávit (Déficit) Técnico	4.455	-	100,00

As notas explicativas integram as Demonstrações Contábeis.

► Demonstração da Mutação do Ativo Líquido - **Plano CD Eletrobrás (DMAL)**  
(Em milhares de Reais)

	EXERCÍCIO FINDO EM		VARIACÃO (%)
	31.12.13	31.12.12	
<b>A) ATIVO LÍQUIDO – INÍCIO DO EXERCÍCIO</b>	<b>1.062.825</b>	<b>933.571</b>	<b>13,85</b>
<b>1. Adi�es</b>	<b>90.044</b>	<b>152.691</b>	<b>(41,03)</b>
Contribui�es previdenciais	52.128	40.687	28,12
Resultado positivo dos investimentos – Gestão Previdencial	37.916	112.004	(66,15)
<b>2. Destina�es</b>	<b>(25.784)</b>	<b>(23.437)</b>	<b>10,01</b>
Benefícios	(24.317)	(22.213)	9,47
Custeio administrativo	(1.467)	(1.224)	19,85
<b>3. Acr�scimo/decr�scimo no ativo líquido (1+2)</b>	<b>64.260</b>	<b>129.254</b>	<b>(50,28)</b>
Provis�es matemáticas	60.238	137.525	(56,20)
Fundos Previdenciais	(433)	(8.271)	(94,76)
<i>Superávit (D�ficit) t�cnico do exercício</i>	4.455	-	100,00
<b>B) ATIVO LÍQUIDO – FINAL DO EXERCÍCIO (A+3)</b>	<b>1.127.085</b>	<b>1.062.825</b>	<b>6,05</b>
<b>C) FUNDOS NÃO PREVIDENCIAIS</b>	<b>21.030</b>	<b>20.599</b>	<b>2,09</b>
Fundos Administrativos	19.063	18.722	1,82
Fundos dos Investimentos	1.967	1.877	4,79

As notas explicativas integram as Demonstra es Contábeis.

► Demonstração das Provisões Técnicas - **Plano CD Eletrobrás (DPT)**  
(Em milhares de Reais)

	EXERCÍCIO FINDO EM		VARIÇÃO (%)
	31.12.13	31.12.12	
<b>PROVISÕES TÉCNICAS (1+2+3+4+5)</b>	<b>1.130.490</b>	<b>1.066.149</b>	<b>6,03</b>
<b>1. PROVISÕES MATEMÁTICAS</b>	<b>1.104.763</b>	<b>1.044.525</b>	<b>5,77</b>
1.1. Benefícios concedidos	562.778	280.374	100,72
Contribuição definida	347.321	148.102	134,51
Benefício definido	215.457	132.272	62,89
1.2. Benefício a conceder	554.955	776.788	(28,56)
Contribuição definida	459.247	600.305	(23,50)
Saldo de contas - parcela patrocinadora/instituidor	306.202	427.182	(28,32)
Saldo de contas - parcela participantes	153.045	173.123	(11,60)
Benefício definido	95.708	176.483	(45,77)
1.3. (-) Provisões Matemáticas a constituir	(12.970)	(12.637)	2,64
(-) Serviço passado	(12.970)	(12.637)	2,64
(-) Patrocinador(es)	(12.970)	(12.637)	2,64
<b>2. EQUILÍBRIO TÉCNICO</b>	<b>4.455</b>	<b>-</b>	<b>100,00</b>
2.1. Resultados Realizados	4.455	-	100,00
Superávit técnico acumulado	4.455	-	100,00
Reserva de contingência	4.455	-	-
<b>3. FUNDOS</b>	<b>19.834</b>	<b>20.177</b>	<b>(1,70)</b>
3.1. Fundos Previdenciais	17.867	18.300	(2,37)
3.2. Fundos dos Investimentos - Gestão Previdencial	1.967	1.877	4,79
<b>4. EXIGÍVEL OPERACIONAL</b>	<b>517</b>	<b>511</b>	<b>1,17</b>
4.1. Gestão Previdencial	512	499	2,61
4.2. Investimentos	5	12	(58,33)
<b>5. EXIGÍVEL CONTINGENCIAL</b>	<b>921</b>	<b>936</b>	<b>(1,60)</b>
5.2. Investimentos - Gestão Previdencial	921	936	(1,60)

As notas explicativas integram as Demonstrações Contábeis.



► Demonstração do Ativo Líquido - **Plano CD ONS (DAL)**  
(Em milhares de Reais)

	EXERCÍCIO FINDO EM		VARIÇÃO (%)
	31.12.13	31.12.12	
<b>ATIVOS</b>	<b>237.132</b>	<b>206.659</b>	<b>14,75</b>
Disponível	10	10	-
Recebível	943	359	162,67
<b>INVESTIMENTOS</b>	<b>236.179</b>	<b>206.290</b>	<b>14,49</b>
Títulos públicos	21.128	-	-
Créditos privados e depósitos	30.518	29.962	1,86
Ações	31.493	35.047	(10,14)
Fundos de Investimento	143.581	131.672	9,04
Empréstimos	9.459	9.609	(1,56)
<b>OBRIGAÇÕES</b>	<b>211</b>	<b>383</b>	<b>(44,91)</b>
Operacional	211	383	(44,91)
<b>FUNDOS NÃO PREVIDENCIAIS</b>	<b>1.370</b>	<b>753</b>	<b>81,94</b>
Fundos Administrativos	943	359	162,67
Fundos dos Investimentos	427	394	8,38
<b>ATIVO LÍQUIDO</b>	<b>235.551</b>	<b>205.523</b>	<b>14,61</b>
Provisões matemáticas	232.470	202.072	15,04
Fundos Previdenciais	3.081	3.451	(10,72)

As notas explicativas integram as Demonstrações Contábeis.

► Demonstração da Mutações do Ativo Líquido - **Plano CD ONS (DMAL)**  
(Em milhares de Reais)

	EXERCÍCIO FINDO EM		VARIÇÃO (%)
	31.12.13	31.12.12	
<b>A) ATIVO LÍQUIDO – INÍCIO DO EXERCÍCIO</b>	<b>205.523</b>	<b>165.020</b>	<b>24,54</b>
<b>1. Adições</b>	<b>35.092</b>	<b>45.232</b>	<b>(22,42)</b>
Contribuições	28.181	25.039	12,55
Resultado positivo dos investimentos – Gestão Previdencial	6.911	20.193	(65,78)
<b>2. Destinações</b>	<b>(5.064)</b>	<b>(4.729)</b>	<b>7,08</b>

	EXERCÍCIO FINDO EM		
Benefícios	(4.322)	(4.014)	7,67
Custeio administrativo	(742)	(715)	3,78
<b>3. Acréscimo/decréscimo no ativo líquido (1+2)</b>	<b>30.028</b>	<b>40.503</b>	<b>(25,86)</b>
Provisões matemáticas	30.398	39.742	(23,51)
Fundos Previdenciais	(370)	761	(148,62)
<b>B) ATIVO LÍQUIDO – FINAL DO EXERCÍCIO (A+3)</b>	<b>235.551</b>	<b>205.523</b>	<b>14,61</b>
<b>C) FUNDOS NÃO PREVIDENCIAIS</b>	<b>1.370</b>	<b>753</b>	<b>81,94</b>
Fundos Administrativos	943	359	162,67
Fundos dos Investimentos	427	394	8,38

As notas explicativas integram as Demonstrações Contábeis.

► Demonstração das Provisões Técnicas - **Plano CD ONS (DPT)**  
(Em milhares de Reais)

	EXERCÍCIO FINDO EM		
	31.12.13	31.12.12	VARIAÇÃO (%)
<b>PROVISÕES TÉCNICAS (1+2+3+4+5)</b>	<b>236.189</b>	<b>206.299</b>	<b>14,49</b>
<b>1. PROVISÕES MATEMÁTICAS</b>	<b>232.470</b>	<b>202.072</b>	<b>15,04</b>
<b>1.1. Benefícios concedidos</b>	21.585	17.445	23,73
Contribuição definida	19.216	9.232	108,15
Benefício definido	2.369	8.213	(71,16)
<b>1.2. Benefício a conceder</b>	210.885	184.627	14,22
Contribuição definida	210.885	184.627	14,22
Saldo de contas - parcela patrocinadora/instituidor	94.700	82.884	14,26
Saldo de contas - parcela participantes	116.185	101.743	14,19
<b>3. FUNDOS</b>	<b>3.508</b>	<b>3.844</b>	<b>(8,74)</b>
<b>3.1. Fundos Previdenciais</b>	3.081	3.451	(10,72)
<b>3.2. Fundos dos Investimentos - Gestão Previdencial</b>	427	393	8,65
<b>4. EXIGÍVEL OPERACIONAL</b>	<b>211</b>	<b>383</b>	<b>(44,91)</b>
<b>4.1. Gestão Previdencial</b>	210	382	(45,03)
<b>4.2. Investimentos</b>	1	1	-

As notas explicativas integram as Demonstrações Contábeis.

▶ Demonstração do Ativo Líquido - **Plano CV EPE (DAL)**

(Em milhares de Reais)

	EXERCÍCIO FINDO EM		VARIACÃO (%)
	31.12.13	31.12.12	
<b>ATIVOS</b>	<b>29.625</b>	<b>23.427</b>	<b>26,46</b>
Disponível	10	10	-
Recebível	146	57	156,14
<b>INVESTIMENTOS</b>	<b>29.469</b>	<b>23.360</b>	<b>26,15</b>
Títulos públicos	2.996	-	-
Créditos privados e depósitos	4.327	4.183	3,44
Ações	3.065	2.254	35,98
Fundos de Investimento	19.081	16.923	12,75
<b>OBRIGAÇÕES</b>	<b>43</b>	<b>2</b>	<b>2.050,00</b>
Operacional	43	2	2.050,00
<b>FUNDOS NÃO PREVIDENCIAIS</b>	<b>146</b>	<b>57</b>	<b>156,14</b>
Fundos Administrativos	146	57	156,14
<b>ATIVO LÍQUIDO</b>	<b>29.436</b>	<b>23.368</b>	<b>25,97</b>
Provisões matemáticas	27.652	21.840	26,61
Fundos Previdenciais	1.784	1.528	16,75

As notas explicativas integram as Demonstrações Contábeis.

▶ Demonstração da Mutação do Ativo Líquido - **Plano CV EPE (DMAL)**

(Em milhares de Reais)

	EXERCÍCIO FINDO EM		VARIACÃO (%)
	31.12.13	31.12.12	
<b>A) ATIVO LÍQUIDO – INÍCIO DO EXERCÍCIO</b>	<b>23.368</b>	<b>15.522</b>	<b>50,55</b>
<b>1. Adições</b>	<b>7.026</b>	<b>8.206</b>	<b>(14,38)</b>
Contribuições previdenciais	6.050	5.982	1,14
Resultado positivo dos investimentos – Gestão previdencial	976	2.224	(56,12)
<b>2. Destinações</b>	<b>(958)</b>	<b>(360)</b>	<b>166,11</b>
Benefícios	(735)	(181)	306,08

	EXERCÍCIO FINDO EM		
Custeio administrativo	(223)	(179)	24,58
<b>3. Acréscimo/decréscimo no ativo líquido (1+2)</b>	<b>6.068</b>	<b>7.846</b>	<b>(22,66)</b>
Provisões matemáticas	5.812	7.115	(18,31)
Fundos Previdenciais	256	731	(64,98)
<b>B) ATIVO LÍQUIDO – FINAL DO EXERCÍCIO (A+3)</b>	<b>29.436</b>	<b>23.368</b>	<b>25,97</b>
<b>C) FUNDOS NÃO PREVIDENCIAIS</b>	<b>146</b>	<b>57</b>	<b>156,14</b>
Fundos Administrativos	146	57	156,14

As notas explicativas integram as Demonstrações Contábeis.

► Demonstração das Provisões Técnicas - **Plano CV EPE (DPT)**  
(Em milhares de Reais)

	EXERCÍCIO FINDO EM		
	31.12.13	31.12.12	VARIAÇÃO (%)
<b>PROVISÕES TÉCNICAS (1+2+3+4+5)</b>	<b>29.479</b>	<b>23.370</b>	<b>26,14</b>
<b>1. PROVISÕES MATEMÁTICAS</b>	<b>27.652</b>	<b>21.840</b>	<b>26,61</b>
<b>1.1. Benefício a conceder</b>	27.652	21.840	26,61
Contribuição definida	27.652	21.840	26,61
Saldo de contas - parcela patrocinadora/instituidor	12.909	10.311	25,20
Saldo de contas - parcela participantes	14.743	11.529	27,88
<b>3. FUNDOS</b>	<b>1.784</b>	<b>1.528</b>	<b>16,75</b>
<b>3.1. Fundos Previdenciais</b>	1.784	1.528	16,75
<b>4. EXIGÍVEL OPERACIONAL</b>	<b>43</b>	<b>2</b>	<b>2.050,00</b>
<b>4.1. Gestão Previdencial</b>	43	2	2.050,00

As notas explicativas integram as Demonstrações Contábeis.

► Demonstração do Ativo Líquido - **Plano CD CERON (DAL)**  
(Em milhares de Reais)

	EXERCÍCIO FINDO EM		VARIACÃO (%)
	31.12.13	31.12.12	
<b>ATIVOS</b>	<b>19.376</b>	<b>10.566</b>	<b>83,38</b>
Disponível	10	9	11,11
Recebível	629	349	80,23
<b>INVESTIMENTO</b>	<b>18.737</b>	<b>10.208</b>	<b>83,55</b>
Títulos públicos	2.104	-	-
Créditos privados e depósitos	3.039	1.889	60,88
Ações	1.402	865	62,08
Fundos de Investimento	12.192	7.454	63,56
<b>OBRIGAÇÕES</b>	<b>80</b>	<b>128</b>	<b>(37,50)</b>
Operacional	80	128	(37,50)
<b>FUNDOS NÃO PREVIDENCIAIS</b>	<b>629</b>	<b>349</b>	<b>80,23</b>
Fundos Administrativos	629	349	80,23
<b>ATIVO LÍQUIDO</b>	<b>18.667</b>	<b>10.089</b>	<b>85,02</b>
Provisões matemáticas	17.574	9.812	79,11
Fundos Previdenciais	1.092	277	294,22

As notas explicativas integram as Demonstrações Contábeis.

► Demonstração da Mutação do Ativo Líquido - **Plano CD CERON (DMAL)**  
(Em milhares de Reais)

	EXERCÍCIO FINDO EM		VARIACÃO (%)
	31.12.13	31.12.12	
<b>A) ATIVO LÍQUIDO - INÍCIO DO EXERCÍCIO</b>	<b>10.089</b>	<b>1.780</b>	<b>466,80</b>
<b>1. Adi�es</b>	<b>9.923</b>	<b>9.506</b>	<b>4,39</b>
Contribui�es previdenciais	9.362	8.801	6,37
Resultado positivo dos investimentos - Gestão previdencial	561	705	(20,43)
<b>2. Destina�es</b>	<b>(1.346)</b>	<b>(1.197)</b>	<b>12,45</b>
Benefícios	(972)	(849)	14,49

Custeio administrativo	(374)	(348)	7,47
<b>3. Acréscimo/decréscimo no ativo líquido (1+2)</b>	<b>8.578</b>	<b>8.309</b>	<b>3,24</b>
Provisões matemáticas	7.763	8.113	(4,31)
Fundos Previdenciais	815	196	315,82
<b>B) ATIVO LÍQUIDO – FINAL DO EXERCÍCIO (A+3)</b>	<b>18.667</b>	<b>10.089</b>	<b>85,02</b>
<b>C) FUNDOS NÃO PREVIDENCIAIS</b>	<b>629</b>	<b>349</b>	<b>80,23</b>
Fundos Administrativos	629	349	80,23

As notas explicativas integram as Demonstrações Contábeis.

► Demonstração das Provisões Técnicas - **Plano CD CERON (DPT)**  
(Em milhares de Reais)

	EXERCÍCIO FINDO EM		VARIÇÃO (%)
	31.12.13	31.12.12	
<b>PROVISÕES TÉCNICAS (1+2+3+4+5)</b>	<b>18.747</b>	<b>10.217</b>	<b>83,49</b>
<b>1. PROVISÕES MATEMÁTICAS</b>	<b>17.575</b>	<b>9.812</b>	<b>79,12</b>
<b>1.1. Benefícios concedidos</b>	280	217	29,03
Contribuição definida	280	217	29,03
<b>1.2. Benefício a conceder</b>	17.295	9.595	80,25
Contribuição definida	17.295	9.595	80,25
Saldo de contas - parcela patrocinadora/instituidor	8.631	4.791	80,15
Saldo de contas - parcela participantes	8.664	4.804	80,35
<b>3. FUNDOS</b>	<b>1.092</b>	<b>277</b>	<b>294,22</b>
<b>3.1. Fundos Previdenciais</b>	1.092	277	294,22
<b>4. EXIGÍVEL OPERACIONAL</b>	<b>80</b>	<b>128</b>	<b>(37,50)</b>
<b>4.1. Gestão Previdencial</b>	80	128	(37,50)

As notas explicativas integram as Demonstrações Contábeis.

## 5.2. Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de Dezembro de 2013 e 2012

### 5.2.1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Fundação Eletrobrás de Seguridade Social - ELETROS é uma entidade fechada de previdência complementar, sem fins lucrativos, instituída pela Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - ELETROBRAS e tem por finalidade básica instituir e executar planos privados de concessão de benefícios de caráter previdenciário. Tais planos são acessíveis aos empregados da patrocinadora-instituidora e das patrocinadoras Centro de Pesquisas de Energia Elétrica - CEPEL, Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS, Empresa de Pesquisa Energética – EPE, Centrais Elétricas de Rondônia S.A.- CERON e a própria ELETROS, extensivos aos seus respectivos beneficiários legais.

Administra, ainda, serviços de assistência à saúde, através do plano Eletros-Saúde desde 1991, devidamente autorizado pela SPC, através do Ofício DPC/SNPSC/MTPS nº 123/91, de 20 de março de 1991 e ratificado pela Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, art. 76.

Os recursos de que a entidade dispõe para a consecução de seus objetivos são formados por contribuições de suas patrocinadoras, de seus participantes e dos rendimentos resultantes das aplicações desses recursos, que devem obedecer ao disposto na Resolução do Conselho Monetário Nacional (CMN) nº 3.792, de 24 de setembro de 2009.

As atividades da entidade são regulamentadas pelas Leis Complementares n.ºs 108/2001 e 109/2001, e pelo Conselho de Gestão da Previdência Complementar (CGPC) e fiscalizado pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC) do Ministério da Previdência e Assistência Social (MPAS).

Atualmente administra cinco planos de benefícios, todos inscritos no Cadastro Nacional de Planos de Benefícios - CNPB mantidos pela PREVIC.

### Plano BD Eletrobrás

Patrocinado pela ELETROBRAS, CEPEL e ELETROS, na forma de benefício definido, CNPB nº 19.790.021-18, teve sua primeira aprovação pela SPC em 25 de julho de 1979, através da Portaria PT-GM nº 1.713, com regulamento vigente aprovado por meio do Ofício GAB/SPC/CGPAC, nº 836, de 22 de outubro de 1993 e a última alteração aprovada pelo Ofício SPC/DETEC/CGAT nº 3.698, de 23 de outubro de 2008, Portaria SPC nº 2.574 de 23 de outubro de 2008, publicada no Diário Oficial da União Seção 1 em 24 de outubro de 2008, estando fechado a novas adesões de participantes a partir de 01 de abril de 2006, em função da aprovação do Plano CD Eletrobrás.

## Plano CD Eletrobrás

Patrocinado pela ELETROBRAS, CEPEL e ELETROS, na forma de contribuição definida, CNPB nº 20.060.015-74, com regulamento vigente aprovado por meio do Ofício SPC/DETEC/CGAT, nº 1.004 de 29 de março de 2006, Portaria SPC nº 359 de 29 de março de 2006 e ratificado pelo Ofício SPC/DETEC/CGAT, nº 1.771 de 29 de maio de 2006 e a última alteração aprovada pela Portaria SPC nº 2.926 de 26 de maio de 2009.

## Plano CD ONS

Patrocinado pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, na forma de Contribuição Definida, CNPB nº 20.000.056-83, com regulamento vigente aprovado por meio do Ofício SPC/COG nº 2.214, de 26 de julho de 2000 e a última alteração aprovada pela Portaria SPC/DETEC nº 3.268, de 7 de janeiro de 2010, publicada no Diário Oficial da União Seção 1 em 8 de janeiro de 2010.

## Plano CV EPE

Patrocinado pela Empresa de Pesquisa Energética - EPE, na forma de Contribuição Variável, CNPB nº 20.090.029-38, com regulamento vigente aprovado por meio da Portaria nº 3.149, de 12 de novembro de 2009, publicada no Diário Oficial da União Seção 1 em 13 de novembro de 2009.

## Plano CD CERON

Patrocinado pela Centrais Elétricas de Rondônia S.A.- CERON, na forma de Contribuição Definida, CNPB nº 20.110.015-11, com regulamento e convênio de adesão vigentes aprovados por meio da Portaria nº 389 de 26 de julho de 2011, publicada no Diário Oficial da União Seção 1 em 27 de julho de 2011.



## 5.2.2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas em atendimento às disposições legais dos órgãos normativos e reguladores das atividades das entidades fechadas de previdência complementar, especificamente a Resolução CNPC nº 8, de 31 de outubro de 2011, Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009 e de acordo com as práticas contábeis aplicáveis no Brasil e em observância à Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.272, de 22 de janeiro de 2010, que aprovou a NBC TE 11.

Essas diretrizes não requerem a divulgação em separado de ativos e passivos de curto prazo e de longo prazo, nem a apresentação da demonstração do fluxo de caixa. A estrutura da planificação contábil padrão das EFPC reflete o ciclo operacional de longo prazo da sua atividade, de forma que a apresentação de ativos e passivos, observadas as gestões previdencial, assistencial e administrativa e o fluxo dos investimentos, proporcione informações mais adequadas, confiáveis e relevantes do que a apresentação em circulante e não circulante, em conformidade com o item 63 da NBC T 19.27.

A sistemática introduzida pelos órgãos normativos apresenta, além das características já descritas, a segregação dos registros contábeis em três gestões distintas (previdencial, assistencial e administrativa) e o fluxo dos Investimentos, que é comum às Gestões Previdencial e Administrativa, segundo a natureza e a finalidade das transações. A contabilização e os relatórios contábeis da Gestão Assistencial seguem as normas contábeis determinadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, sendo apresentados para fins destas demonstrações contábeis somente os valores patrimoniais consolidados da Gestão Assistencial (ativo e passivo) e a movimentação que demonstra a variação da Gestão Assistencial Consolidada.

As operações do Plano Assistencial são contabilizadas de acordo com as regras e o plano de contas da ANS, estabelecido pelas Resoluções Normativas nº 247 e pela Instrução Normativa nº 46, ambas de 25 de fevereiro de 2011, evidenciando o patrimônio assistencial em demonstrações específicas.

As demonstrações consolidadas representam o somatório dos saldos contábeis apresentados em cada Plano de Benefícios, Assistencial e no PGA.

## 5.2.3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

### ► 5.2.3.1. Apuração do Resultado

As Adições e Deduções da Gestão Previdencial, Receitas e Despesas da Gestão Administrativa, as Rendas/Variações Positivas e Deduções/Variações Negativas do Fluxo de Investimento, bem como as Variações Patrimoniais da Gestão Assistencial são escrituradas pelo regime contábil de competência de exercícios.

## ► 5.2.3.2. Contribuições para a **Gestão Previdencial**

As contribuições do Plano BD Eletrobrás são registradas pelo regime de competência, e as contribuições do Plano CD Eletrobrás, CD ONS, CV EPE e CD CERON pelo regime de caixa.

### ► **Plano de Benefício Definido - BD ELETROBRÁS**

As contribuições dos participantes ativos são calculadas com base em percentuais que variam de 8,16% a 29,60%, consoante às faixas salariais; as de responsabilidade das patrocinadoras são fixadas no mesmo valor das contribuições dos participantes ativos, conforme definido no Demonstrativo Atuarial vigente; e as dos participantes assistidos (em gozo de benefício de prestação continuada) são calculadas tendo como base percentuais que variam de 2,5% a 19,0%, consoante às faixas de benefícios.

As contribuições vigentes estão de acordo com o previsto em regulamento, propostas pelo atuário responsável do plano mediante avaliação atuarial.

Cobranças extraordinárias mensais foram estipuladas para assistidos e ativos, visando o reequilíbrio atuarial do plano correspondendo a 2,4780 % sobre o Salário Real de Contribuição – SRC dos participantes ativos e sobre os benefícios, até março/2014.

### ► **Plano de Contribuição Definida - CD ELETROBRÁS**

As contribuições básicas dos participantes ativos são estipuladas com base em percentuais calculados cumulativamente; correspondem a 4,5% da parcela da remuneração mensal, inclusive sobre a 13ª remuneração, compreendida até 10 (dez) Unidades Reajustáveis do Plano – URP e 15,0% da parcela da remuneração mensal que exceder ao valor do parâmetro citado anteriormente. A patrocinadora contribui paritariamente com o participante.

### ► **Plano de Contribuição Definida – CD ONS**

**Há duas formas de contribuições básicas para o Plano CD ONS:**

As contribuições básicas dos participantes ativos são estipuladas com base em percentuais calculados cumulativamente; correspondem a 2,0% da parcela da remuneração mensal, inclusive sobre a 13ª remuneração, compreendida até o valor do SRB (Salário de Referência Básico) e 10,0% da parcela da remuneração mensal que exceder ao valor do parâmetro citado anteriormente.

A segunda alternativa de contribuição corresponde à opção de aplicação de percentual mínimo de 2,0% incidente sobre a remuneração, não sendo superior a 6,0% da mesma.

O SRB (Salário de Referência Básico) corresponde ao valor do Teto de Contribuição da Previdência Social – TCPS, em fevereiro de 2009, atualizado anualmente, a partir de 2010, utilizando o mesmo índice de reajuste salarial anual definido no Acordo Coletivo de Trabalho firmado pela patrocinadora, que ocorre em setembro.

A patrocinadora contribui paritariamente com o participante em ambos os casos.

A contribuição para custeio dos benefícios de pecúlio por morte ou por invalidez permanente é dividida em 31,0% paga pelo participante e 59,0% pela patrocinadora.

A contribuição para o custeio do benefício de auxílio-doença é paga exclusivamente pela patrocinadora.

#### ► Plano de Contribuição Variável – CV EPE

As contribuições básicas dos participantes ativos são estipuladas com base em percentuais calculados cumulativamente; correspondem a 3,0% da parcela da remuneração mensal, inclusive sobre a 13ª remuneração, compreendida até o valor do teto de contribuição para a Previdência Social e 11,0% da parcela da remuneração mensal que exceder ao valor do parâmetro citado anteriormente.

A patrocinadora contribui paritariamente com o participante.

#### ► Plano de Contribuição Definida – CD CERON

As contribuições básicas dos participantes ativos são estipuladas com base em percentuais calculados cumulativamente; correspondem a 4,0% da parcela da remuneração mensal, inclusive sobre a 13ª remuneração, compreendida até o valor do teto de contribuição para a Previdência Social e 13,0% da parcela da remuneração mensal que exceder ao valor do parâmetro citado anteriormente.

A patrocinadora contribui paritariamente com o participante.

### ► 5.2.3.3. Investimentos

#### ► Títulos Públicos, Créditos Privados e Depósitos

Em atendimento aos normativos legais: Resolução CGPC nº 4 e nº 15, de 30/01/2002 e 23/08/2005, respectivamente, e o item 14 da Instrução SPC nº34, de 24/09/2009, os títulos e valores mobiliários devem ser classificados em duas categorias, a saber:

**(i) Títulos para negociação** - Aqueles com propósito de serem negociados, independentemente do prazo a decorrer, os quais devem ser avaliados ao valor provável de realização.

**(ii) Títulos mantidos até o vencimento** - Aqueles com vencimentos superiores a 12 meses da data de aquisição e que a entidade mantenha interesse e a capacidade financeira de mantê-los até o vencimento, bem como classificados como de baixo risco por agência de risco no País, os quais devem ser avaliados pela taxa intrínseca dos títulos, ajustados pelo valor de perdas permanentes, quando aplicável.

Os critérios utilizados para apuração do valor justo dos títulos e valores mobiliários obedecem as orientações técnicas estabelecidas nas Normas Brasileiras de Contabilidade – NBC TG 46, aprovada pela Resolução do CFC nº 1.428/2013, que estabelece:

**a)** Hierarquia de valor justo com objetivo de priorizar as informações das técnicas de avaliação e não as técnicas de avaliação adotadas para mensurar o valor justo.

b) Divulgação das técnicas de avaliação e informações utilizadas para desenvolver as mensurações das hierarquias de valor justo:

**Informações de Nível 1** – preços cotados em mercados ativos para ativos e passivos idênticos, acessíveis na data da mensuração.

**Informações de Nível 2** – informações também observáveis para o ativo ou passivo, cujos preços não sejam cotados incluídos no Nível 1. Adoção de preços cotados em mercado ativos ou passivos similares; em mercados que não sejam ativos para ativos ou passivos idênticos.

**Informações de Nível 3** – dados observáveis para o ativo ou passivo, na medida em que dados observáveis relevantes não sejam disponíveis, pouca ou nenhuma atividade de mercado.

Todos os títulos de renda fixa foram classificados como "Títulos para Negociação" e estão avaliados pelo valor de mercado (Nota Explicativa nº 6.1).

#### ► **Ações**

As aplicações no mercado de ações foram classificadas como "Títulos para Negociação" e estão registradas pelo custo de aquisição, acrescido de despesas diretas de corretagem e outras taxas, ajustado ao valor de mercado, considerando a cotação de fechamento do mercado do último dia do mês em que a ação tenha sido negociada na Bolsa de Valores, de acordo com a Resolução CGPC nº 25, de 30 de junho de 2008 e Instrução SPC nº 34, de 24/09/2009.

As ações que não tenham sido negociadas em Bolsas de Valores ou em mercado de balcão organizado, por período superior a seis meses, são avaliadas pelo último valor patrimonial ou pelo custo, dos dois o menor.

A variação originada da comparação entre os valores contábeis e os de mercado é apropriada diretamente ao resultado.

Os dividendos e as bonificações resultantes das aplicações em ações são reconhecidos a partir da decisão da Assembleia Geral dos Acionistas.

#### ► **Fundos de Investimentos**

São contabilizados pelo valor efetivamente desembolsado nas aquisições de cotas e incluem, se for o caso, taxas e emolumentos. Os montantes relativos aos fundos de investimento são representados pelo valor de suas cotas na data de encerramento do balanço.

#### ► **Investimentos imobiliários**

Os investimentos em imóveis estão registrados ao custo de aquisição ou construção e ajustados por reavaliações periódicas, contabilizadas com base em laudos de peritos independentes. A depreciação das edificações é calculada pelo método linear, estabelecida em função do tempo de vida útil remanescente, definida nos Laudos.

#### ► **Operações com participantes**

Os empréstimos concedidos aos participantes são apresentados pelos valores liberados, deduzidos das amortizações, acrescidos dos rendimentos auferidos e deduzidos, quando aplicável, de provisão para perdas na realização de créditos, conforme descrito em (d).

#### ► 5.2.3.4. Provisão para perdas na **realização de créditos**

A entidade constituiu provisão para perdas na realização de créditos representados por direitos creditórios de liquidação incerta, de acordo com o disposto no item 11, Anexo "A" da **Instrução SPC** nº 34, de 24 de setembro de 2009, que estabeleceu os seguintes percentuais de provisão sobre os créditos do devedor inadimplente, vencidos e vincendos, de acordo com os períodos de atraso da parcela mais antiga: 25% para atrasos entre 61 e 120 dias, 50% entre 121 e 240 dias, 75% entre 241 e 360 dias e 100% para atrasos superiores a 360 dias.

#### ► 5.2.3.5. Imobilizado e **intangível**

Os bens corpóreos são registrados ao valor de custo de aquisição líquido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear, com base na vida útil econômica estimada.

Os direitos adquiridos relacionados ao apoio às atividades da ELETROS são contabilizados ao valor de custo, deduzidos da amortização acumulada, também calculada pelo método linear, durante a vida útil estimada, a partir da data da sua disponibilidade para uso.

A depreciação e a amortização são calculadas às seguintes taxas ao ano:

Móveis e utensílios	<b>10% (dez por cento)</b>
Máquinas e equipamentos de uso	<b>10% (dez por cento)</b>
Biblioteca	<b>10% (dez por cento)</b>
Computadores e periféricos – "Hardware"	<b>20% (vinte por cento)</b>
Direito de uso de software	<b>20% (vinte por cento)</b>

As benfeitorias realizadas em imóveis de terceiros estão sendo amortizadas de acordo com a temporalidade que beneficiará os exercícios sociais subsequentes.

#### ► 5.2.3.6. Provisão de férias e 13º salário **e respectivos encargos**

As férias vencidas e proporcionais, inclusive o adicional de férias e o 13º salário, são provisionados no PGA, segundo o regime de competência, acrescidos dos encargos sociais.

### ▶ 5.2.3.7. Exigível Contingencial

Registra o montante das provisões decorrentes de ações judiciais passivas mantidas contra a ELETROS. É atualizado com base nas informações jurídicas sobre o curso dessas ações, de acordo com a possibilidade de êxito estimada pelos advogados patrocinadores dos processos, além dos seguintes critérios:

- ▶ efetivar o registro da provisão no passivo dos planos, em contrapartida da despesa que lhe deu origem; e
- ▶ existindo depósito judicial, este deverá ser registrado no Ativo Contingencial do plano.

### ▶ 5.2.3.8. Provisões Matemáticas

São apuradas com base em cálculos atuariais, procedidos pelos atuários responsáveis pelos planos. Representam os compromissos acumulados no encerramento do exercício, quanto aos benefícios concedidos e a conceder aos assistidos e participantes.

### ▶ 5.2.3.9. Estimativas Atuariais e Contábeis

As estimativas atuariais e contábeis foram baseadas em fatores objetivos que refletem a posição em 31 de dezembro de 2013 e 2012, com base no julgamento da administração para determinação dos valores adequados a serem registrados.

Nas demonstrações contábeis, os itens significativos sujeitos às referidas estimativas incluem as provisões matemáticas, calculadas atuarialmente por profissionais responsáveis pelos planos, e as contingências passivas, cujas probabilidades de êxito foram informadas pelos advogados que patrocinam as ações.

### ▶ 5.2.3.10. Receitas Administrativas

Atendendo à determinação das Resoluções CNPC nº 08, de 31 de outubro de 2011, CGPC nº 29, de 31 de agosto de 2009 e Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, as receitas administrativas da Fundação são debitadas aos Planos Previdenciais em conformidade com o plano de custeio vigente. Os valores relativos à taxa de administração da Gestão Assistencial são equivalentes às despesas administrativas apuradas.

### ► 5.2.3.11. Operações Administrativas

Em conformidade com a Resolução CNPC nº 08, de 31 de outubro de 2011, e Instrução SPC 34, de 24 de setembro de 2009, o Plano de Gestão Administrativa – PGA centraliza os registros das operações administrativas da ELETROS, sendo segregado pelas Gestão Previdencial, Gestão Assistencial e Gestão de Investimentos, e por planos de benefícios.

O Plano de Gestão Administrativa – PGA possui patrimônio próprio, segregado dos planos de benefícios previdenciais.

O patrimônio do PGA é constituído pelas receitas (previdencial, investimentos, receitas diretas e outras receitas) e reembolsos (assistenciais) administrativos, deduzidos das despesas da administração previdencial, assistencial e dos investimentos, sendo as sobras ou insuficiências administrativas alocadas ou revertidas ao fundo administrativo.

## 5.2.4. GESTÃO PREVIDENCIAL - REALIZÁVEL

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, a gestão previdencial pode ser assim resumida:

DESCRIÇÃO	31.12.13	31.12.12
Contribuições do mês	1.469	2.620
Contribuições em atraso	754	4.236
Contribuições contratadas	17.835	18.841
Outros recursos a receber	1.509	2.600
Outros realizáveis	26.145	23.500
Depósitos judiciais/recursais	21.323	19.170
<b>TOTAL (R\$ MIL)</b>	<b>69.035</b>	<b>70.967</b>

#### Contribuições do mês

Representam os recursos a receber do Plano BD Eletrobrás, referentes às contribuições previdenciais normais do mês em curso, prevista na avaliação atuarial anual.

#### Contribuições em atraso

Referem-se aos recursos a receber do Plano BD Eletrobrás, referentes às contribuições previdenciais extraordinárias (equacionamento do déficit) dos participantes e da patrocinadora Eletrobras.

### Contribuições contratadas

Representam as coberturas de reservas matemáticas já contratadas referentes aos Planos BD Eletrobrás e CD Eletrobrás, e são devidas pela patrocinadora Cepel, conforme previsto no regulamento da entidade.

As contribuições contratadas em aberto em 31 de dezembro de 2013 e 2012 podem ser assim demonstradas:

CONTRATOS FIRMADOS	Patrocinadora	Plano	Prazo Amortização	PARCELAS (A)			VALOR		EXERCÍCIO FINDO EM	
				Quitadas	Vencidas	Encargos	Contrato	Parcela	31.12.13	31.12.12
CF-015/06	CEPEL	BD Eletrobrás	15 anos	93	87	*INPC + 6% a.a.	2.774	34	2.466	2.585
CF-016-A/06	CEPEL	BD Eletrobrás	15 anos	105	75	*INPC + 6% a.a.	2.894	37	2.386	2.549
CF-017/A/06	CEPEL	BD Eletrobrás	15 anos	105	75	*INPC + 6% a.a.	12.764	163	10.522	11.240
CF-018/10	CEPEL	BD Eletrobrás	15 anos	47	133	*INPC + 5,5% a.a.	1.625	16	1.656	1.669
CF-022/12	CEPEL	CD Eletrobrás	15 anos	12	180	**URE + 5,5% a.a.	798	7	805	798
							<b>TOTAL (R\$ mil):</b>		<b>17.835</b>	<b>18.841</b>

(A) - Parcelas com vencimento no dia 28 de cada mês.

### Garantias

(a) Não possui garantia conforme Ofício nº 118/2006/MP/SE/DEST de 29 de março de 2006 do Departamento de Coordenação e Controle das Empresas Estatais – DEST, que excluiu a cláusula de garantia real. Os referidos contratos foram encaminhados à Secretaria de Previdência Complementar - SPC.

\*INPC - Índice Nacional de Preços ao Consumidor.

\*\* URE - Unidade de Referência da ELETROS.

(b) Não possui garantia conforme Ofício nº 118/2006/MP/SE/DEST de 29 de março de 2006 do Departamento de Coordenação e Controle das Empresas Estatais – DEST, que excluiu a cláusula de garantia real. Os referidos contratos foram encaminhados à Secretaria de Previdência Complementar - SPC.

### Outros recursos a receber

Referem-se a valores a receber relativos aos contratos firmados com os participantes das patrocinadoras Eletrobras, Cepel e ELETROS, decorrentes do desbloqueio do Salário Real de Contribuição (SRC). As diferenças de contribuições devidas foram apuradas entre a remuneração recebida pelo participante e o limite vigente, retroativas a 36 (trinta e seis) meses, conforme firmado pelo participante no “Termo de Opção pelo Desbloqueio do SRC no Plano BD Eletrobrás”, de acordo com o art. 15 do regulamento do Plano fechado BD Eletrobrás.



Esses valores são atualizados pela variação da URE (Unidade de Referência da ELETROS), com juros de 0,5% ao mês, acrescidos de 0,16% ao mês referente à taxa prestamista, a qual visa garantir a quitação da dívida em caso de morte ou invalidez.

Os recursos a receber até 31 de dezembro de 2013 e 2012 podem ser resumidos como segue:

<b>PARTICIPANTES</b>	<b>PLANO DE BENEFÍCIOS</b>	<b>31.12.13</b>	<b>31.12.12</b>
ELETROBRAS	CD Eletrobrás	918	1.542
CEPEL	CD Eletrobrás	522	950
ELETROS	CD Eletrobrás	69	108
<b>TOTAL (R\$ mil)</b>		<b>1.509</b>	<b>2.600</b>

### Outros realizáveis

Representam os recursos a receber das patrocinadoras, essencialmente da patrocinadora Eletrobras, referentes ao valor do ressarcimento relativo ao depósito judicial efetuado pela ELETROS, para garantir a execução do julgado ao processo trabalhista movido por ex-empregados da Eletrobras, cujo objetivo visou a integração dos valores recebidos a título de participação nos lucros nos direitos trabalhistas, com o consequente reflexo nas provisões matemáticas.

### Depósitos judiciais / recursais

Representam os valores correspondentes aos depósitos judiciais com contingências passivas previdenciais.

## 5.2.5. GESTÃO ADMINISTRATIVA

Estão registrados os valores a receber inerentes às atividades da Gestão Administrativa da Fundação.

Em 31 de dezembro de 2013 apresentava o saldo de R\$ 13.978 mil (R\$ 12.863 mil em 2012).

Neste grupo estão também contabilizados os valores depositados em juízo relativo aos processos judiciais. A atualização monetária mensal é apurada de acordo com os índices de atualização utilizada pela instituição financeira depositária.

Em 31 de dezembro de 2013 apresentava o saldo de R\$ 7.724 mil (R\$ 5.732 mil em 2012).

## 5.2.6. INVESTIMENTOS - REALIZÁVEL

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, a carteira de investimentos consolidada apresentava a seguinte composição:

	EXERCÍCIO FINDO EM	
	31.12.13	31.12.12
<b>PARTICIPANTES</b>	<b>31.12.13</b>	<b>31.12.12</b>
<b>TÍTULOS PÚBLICOS</b>	<b>904.012</b>	<b>696.623</b>
Notas do Tesouro Nacional	904.012	696.623
<b>CRÉDITOS PRIVADOS E DEPÓSITOS</b>	<b>417.942</b>	<b>446.098</b>
Letras Hipotecárias	164.370	183.960
Caderneta de poupança	-	19
Letras Financeiras	229.719	238.059
Debêntures	23.853	24.060
<b>AÇÕES</b>	<b>333.738</b>	<b>383.173</b>
Instituições Financeiras	72.097	85.601
Companhias Abertas (*)	261.641	297.549
Empréstimos de ações	-	23
<b>FUNDOS DE INVESTIMENTOS</b>	<b>1.229.378</b>	<b>1.392.968</b>
Renda fixa	837.042	1.135.877
Ações	265.266	191.536
Multimercado	107.737	50.550
Direitos creditórios	15.013	15.005
Participações	4.320	-
<b>INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS</b>	<b>229.642</b>	<b>234.905</b>
Aluguéis e renda	229.642	234.905
<b>EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS</b>	<b>134.510</b>	<b>139.424</b>
Empréstimos	134.510	139.424
<b>DEPÓSITOS JUDICIAIS/RECURSAIS</b>	<b>9.194</b>	<b>8.917</b>
<b>OUTROS REALIZÁVEIS</b>	<b>-</b>	<b>8.429</b>
Acordo Judicial - Banco Santander	-	8.429
<b>TOTAL DE INVESTIMENTOS ( R\$ MIL )</b>	<b>3.258.416</b>	<b>3.310.537</b>

(\*) Inclui provisão para perda de R\$1.397 mil em 2012. E, a partir de julho de 2013 essas ações formaram o Fundo Mellon GTD FIP.

## ► 5.2.6.1. Títulos Públicos e Créditos Privados e Depósitos

Composição da carteira de títulos para negociação por tipo de papel, demonstrada pelo seu valor de mercado e por prazo de vencimento, em observância ao Art. 8º da Resolução CGPC nº 4, de 30 de janeiro de 2002.

31.12.13							
PRAZO DE VENCIMENTO							
TÍTULOS PARA NEGOCIAÇÃO	0 A 30	31 A 90	91 A 180	181 A 365	366 A 720	ACIMA 720	TOTAL CARTEIRA
Títulos Públicos	-	-	-	-	-	904.012	<b>904.012</b>
Notas do Tesouro Nacional	-	-	-	-	-	904.012	<b>904.012</b>
Créditos Privados e Depósitos	-	-	18.696	-	-	399.246	<b>417.942</b>
Letras Hipotecárias	-	-	-	-	-	164.370	<b>164.370</b>
Letras Financeiras	-	-	-	-	-	229.719	<b>229.719</b>
Debêntures	-	-	18.696	-	-	5.157	<b>23.853</b>
Fundos de Investimentos	605.212	-	183.212	-	-	171.368	<b>959.792</b>
<b>TOTAL ( R\$ MIL )</b>	<b>605.212</b>	<b>-</b>	<b>201.908</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1.474.626</b>	<b>2.281.746</b>

31.12.12							
PRAZO DE VENCIMENTO							
TÍTULOS PARA NEGOCIAÇÃO	0 A 30	31 A 90	91 A 180	181 A 365	366 A 720	ACIMA 720	TOTAL CARTEIRA
Títulos Públicos	-	-	-	-	-	696.623	<b>696.623</b>
Notas do Tesouro Nacional	-	-	-	-	-	696.623	<b>696.623</b>
Créditos Privados e Depósitos	19	-	-	-	19.067	427.012	<b>446.098</b>
Letras Hipotecárias	-	-	-	-	-	183.960	<b>183.960</b>
Caderneta de Poupança	19	-	-	-	-	-	<b>19</b>
Letras Financeiras	-	-	-	-	-	238.059	<b>238.059</b>
Debêntures	-	-	-	-	19.067	4.993	<b>24.060</b>
Fundos de Investimentos	95.348	34.643	6.031	104.141	169.366	791.903	<b>1.201.432</b>
<b>TOTAL ( R\$ MIL )</b>	<b>95.367</b>	<b>34.643</b>	<b>6.031</b>	<b>104.141</b>	<b>188.433</b>	<b>1.915.538</b>	<b>2.344.153</b>

Fundamentada no conservadorismo, a ELETROS mantém provisão de R\$ 2.688 mil (R\$ 2.688 mil em 2012) para absorver possíveis perdas com investimentos em Debêntures da empresa Ferreira Guimarães, que vem apresentando patrimônio líquido negativo nos últimos anos.

Com o estudo (ALM) de viabilidade do plano de benefícios BD Eletrobrás, com a intenção de reclassificar, os títulos e valores mobiliários da categoria "Títulos para Negociação" para categoria "Títulos mantidos até o vencimento". O estudo demonstrou que o plano de benefícios possui capacidade financeira para levar ao vencimento os títulos adquiridos nesta data e que será preservado o volume de aplicações compatível com a manutenção dos referidos títulos e valores mobiliários, em conformidade com o disposto do artigo 6º da Resolução MPAS/CGPC nº 4 de 30 de janeiro de 2002.

Demonstramos abaixo os Títulos Públicos Federais reclassificados que estavam classificados na categoria "Títulos para Negociação".

ATIVO	DATA DE AQUISIÇÃO	DATA DE VENCIMENTO	31.12.13
NTN-B	24/05/2013	15/08/2050	12.792
NTN-B	28/05/2013	15/08/2050	12.792
NTN-B	04/06/2013	15/08/2050	12.792
NTN-B	11/06/2013	15/08/2050	12.792
NTN-B	19/06/2013	15/08/2050	12.792
NTN-B	26/06/2013	15/08/2050	12.792
NTN-B	01/07/2013	15/08/2050	12.792
NTN-B	30/08/2013	15/08/2050	12.792
NTN-B	04/09/2013	15/08/2050	12.792
NTN-B	17/09/2013	15/08/2050	12.792
NTN-B	07/11/2013	15/08/2050	12.792
NTN-B	26/11/2013	15/08/2050	12.792
NTN-B	06/12/2013	15/08/2050	12.792
NTN-B	12/12/2013	15/08/2050	124.929
NTN-C	02/01/2007	01/01/2031	267.464
<b>TOTAL (R\$ MIL)</b>			<b>558.689</b>

## ► 5.2.6.2. Investimentos Imobiliários

		EXERCÍCIO FINDO EM	
IMÓVEIS (Localização)	REAVALIAÇÃO	31.12.13	31.12.12
<b>USO PRÓPRIO</b>		<b>8.255</b>	<b>8.440</b>
Rua Uruguaiana nº 174 – RJ (Edifício Metropolitan Center)	Dezembro/2012	8.255	8.440
<b>LOCADOS ÀS PATROCINADORAS</b>		<b>83.920</b>	<b>149.670</b>
Rua da Quitanda nº 196 - RJ (Edifício Mário Bhering)	Dezembro/2012	-	63.950
Avenida Presidente Vargas nº 409 - RJ (Edifício Herm Stoltz)	Dezembro/2012	66.614	68.000
Avenida Marechal Floriano nº 19 - RJ (Edifício Vital Brazil)	Dezembro/2012	11.251	11.520
Avenida Presidente Vargas nº 417 - RJ (Edifício Central)	Dezembro/2012	6.055	6.200
<b>LOCADOS A TERCEIROS</b>		<b>134.846</b>	<b>74.090</b>
Avenida Presidente Vargas nº 642 - RJ (Edifício Belacap)	Dezembro/2012	72.015	74.090
Rua da Quitanda nº 196 - RJ (Edifício Mário Bhering)	Dezembro/2012	62.831	-
<b>VALORES A RECEBER</b>		<b>2.621</b>	<b>2.705</b>
<b>TOTAL (R\$ MIL)</b>		<b>229.642</b>	<b>234.905</b>

Em atendimento a Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, no exercício de 2012 procedeu-se à reavaliação dos investimentos imobiliários conforme laudos técnicos emitidos pela empresa, Câmara de Consultores Associados Ltda. A metodologia aplicada para avaliação dos imóveis utilizada pela Câmara de Consultores Associados Ltda. foi o método comparativo de dados de mercado com regressão múltipla, utilizando o software INFER-v3.2. O resultado positivo das reavaliações realizada em 2012 possibilitou um acréscimo patrimonial no montante líquido de R\$ 22.970 mil registrado no fluxo dos investimentos.

## ► 5.2.6.3. Outros Realizáveis

Em 18 de dezembro de 2012, a ELETROS efetuou acordo judicial com o Banco Santander no montante de R\$ 8.429 mil para encerrar as ações judiciais de que tratam os dois processos em curso na 22ª Vara Cível da Comarca da Capital do TJRJ, recebidos em março e maio de 2013, os montantes de R\$ 6.323 mil e R\$ 2.106 mil.

Esses processos, ajuizados em 2002 objetivavam o recebimento de diferenças de correção monetária (Plano Verão) em aplicações em Certificados e Recibos de Depósito Bancário (CDB/RDB), com rendimento pós-fixado.

## 5.2.7. GESTÃO ASSISTENCIAL - REALIZÁVEL EXIGÍVEL OPERACIONAL

Registra as atividades de controle das contribuições e dos benefícios, bem como do resultado do plano de benefícios de natureza assistencial.

Os planos assistenciais à saúde, com registro e em situação ativa na Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS mantêm sua contabilidade segregada dos planos de benefícios.

Desta forma, a transparência, a identificação e a independência do patrimônio são mantidas, conforme determinação normativa do agente regulador, bem como o desdobramento analítico das contas, de acordo com a planificação contábil estabelecida pela ANS.

## 5.2.8. GESTÃO ASSISTENCIAL - REALIZÁVEL EXIGÍVEL OPERACIONAL

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, a gestão assistencial pode ser assim resumida:

DESCRIÇÃO	EXERCÍCIO FINDO EM	
	31.12.13	31.12.12
Benefícios a pagar	-	456
Contas a pagar	310	-
IRRF a recolher	3.643	3.535
Retenções a recolher	2	-
Outras exigibilidades	2.837	2.822
<b>TOTAL (R\$ mil)</b>	<b>6.792</b>	<b>6.813</b>

## 5.2.9. EXIGÍVEL CONTINGENCIAL

### ► 5.2.9.1. Contingências - Perda Provável

As provisões decorrentes dos processos com chance de perda provável estão apresentadas no quadro a seguir, o qual demonstra a composição das provisões contingenciais. Essas provisões registram ocorrências de fatos que serão objeto de decisões e que, provavelmente, irão gerar desembolsos futuros, e estão compostas por contingências de natureza previdencial, trabalhista, cível e fiscal.

	EXERCÍCIO FINDO EM	
	31.12.13	31.12.12
<b>PROVISÃO CONSTITUÍDA</b>	<b>31.12.13</b>	<b>31.12.12</b>
<b>GESTÃO PREVIDENCIAL</b>	<b>22.513</b>	<b>21.937</b>
Aposentadorias	20.186	18.114
Outros Processos	1.191	2.767
Processos Trabalhistas	1.136	1.056
<b>GESTÃO ADMINISTRATIVA</b>	<b>7.992</b>	<b>6.115</b>
Contingências Tributárias	7.855	5.891
Reclamações Trabalhistas	7	7
Outros processos	130	217
<b>INVESTIMENTOS</b>	<b>9.194</b>	<b>8.917</b>
IOF	4.820	4.539
IPTU	796	938
Tributárias IN SRF 170	2.557	2.472
RET	915	868
Outros Processos	106	100
<b>TOTAL (R\$ MIL)</b>	<b>39.699</b>	<b>36.969</b>

#### 5.2.9.1.2. CONTINGÊNCIAS DA GESTÃO ASSISTENCIAL

De acordo com orientações dos advogados da ELETROS e também considerando a análise detalhada dos processos ativos realizada pela divisão jurídica da ELETROS, foram constituídas provisões relativas aos processos judiciais movidos por participantes assistidos contra a ELETROS.

#### 5.2.9.1.3. CONTINGÊNCIAS DA GESTÃO ADMINISTRATIVA

Referem-se a provisões destinadas a cobrir eventuais perdas com contingências trabalhistas e tributárias.

#### 5.2.9.1.4. CONTINGÊNCIAS DE INVESTIMENTOS

Referem-se a provisões destinadas a cobrir eventuais perdas com contingências relacionadas principalmente a IPTU, IOF, PIS e COFINS.

## 5.2.10. PASSIVOS E ATIVOS **CONTINGENTES**

### ▶ 5.2.10.1. Passivos **Contingentes**

Os processos com probabilidade de perda possível representam o montante de R\$ 1.642 mil e envolvem discussões fiscais, administrativas, ações judiciais de natureza previdencial, trabalhista e cível.

### ▶ 5.2.10.2. Ativo Contingente - **OFND**

Ação ordinária ajuizada pela ABRAPP em face do Fundo Nacional de Desenvolvimento – FND, do BNDES e da União Federal. A ação objetiva refazer os cálculos relacionados à atualização do valor das OFND e, conseqüentemente, dos respectivos rendimentos. Propõe-se a adoção do IPC, em vez do BTN, correspondente ao período de abril de 1990 a fevereiro de 1991. O trânsito em julgado do mérito ocorreu em 28/09/2008 e o processo entrou na fase de execução. Em 18/05/2012, a execução foi suspensa em função da Ação Rescisória interposta pela União Federal em face da ABRAPP. Embasada na opinião dos assessores jurídicos, classificou a probabilidade de êxito como “provável” e não como “praticamente certo”, em função de não existir uma data prevista para o seu recebimento e que a mensuração dos valores ainda vai ser alvo de discussão entre as partes.

## 5.2.11. PROVISÕES **MATEMÁTICAS**

As provisões matemáticas foram constituídas com base em cálculos elaborados por atuários responsáveis pelos planos.

### ▶ 5.2.11.1. Benefícios **concedidos**

Registram a totalidade dos recursos efetivamente acumulados pelos assistidos em gozo de benefício de prestação continuada, deduzidos das contribuições a receber dos beneficiados, no caso do plano de benefício definido.

### ▶ 5.2.11.2. Benefícios **a conceder**

Registram o valor atual dos compromissos correspondentes aos benefícios a conceder, deduzidos das correspondentes contribuições a receber, no caso do plano de benefício definido.

### ▶ 5.2.11.3. Provisões matemáticas a constituir/ **(-) Serviço passado**

Registram o valor atual das contribuições extraordinárias futuras, referentes a serviço passado das patrocinadoras, com a seguinte composição:

#### ▶ Patrocinadora Eletrobras

Serviço Passado correspondente à parcela do valor presente dos benefícios já concedidos, após o fechamento do Plano BD Eletrobras a novas adesões, não coberta pelo patrimônio garantidor.



## ▶ Operações não contratadas

Refere-se a:

▶ **Aporte de reservas do desbloqueio do SRC**

Representam os recursos a receber da patrocinadora ELETROS, de R\$ 84 mil em 2013 (R\$ 121 mil em 2012), referentes a aportes de reservas originárias do desbloqueio do Salário Real de Contribuição (SRC), dos participantes, empregados da ELETROS, que optaram pela migração ao Plano Previdenciário de Contribuição Definida até junho de 2008.

Em 2010, as patrocinadoras Eletrobras e Cepel efetuaram integralmente o pagamento dos valores provisionados.

Conforme deliberação do Conselho Deliberativo da ELETROS, a dívida da patrocinadora ELETROS teve o seguinte tratamento:

- (a) A parcela correspondente à provisão matemática do SRC foi quitada em 2010;
- (b) O participante da ELETROS teve a opção de parcelar o pagamento das contribuições devidas decorrentes do desbloqueio do SRC; e
- (c) A patrocinadora ELETROS vem contribuindo paritariamente junto com o participante.

▶ **Aporte de reservas de aposentadorias especiais**

Estão em processo de cobrança ou de contratação com as patrocinadoras e referem-se, essencialmente, a aportes de reservas destinadas a aposentadorias especiais, no montante de R\$ 17.686 mil em 2013 (R\$ 20.525 mil em 2012). Distribuídos da seguinte forma:

		EXERCÍCIO FINDO EM	
PATROCINADORAS	PLANO DE BENEFÍCIOS	31.12.13	31.12.12
ELETROBRAS	BD	4.485	7.281
ELETROBRAS	CD	549	288
CEPEL	BD	316	728
CEPEL	CD	12.336	12.228
<b>TOTAL (R\$ MIL)</b>		<b>17.686</b>	<b>20.525</b>

### ► 5.2.11.4. Provisões matemáticas a constituir/ (-) Déficit equacionado

Registram o valor atual das contribuições extraordinárias futuras, referente à Déficit Técnico do Plano BD Eletrobrás no montante de R\$ 37.547 mil em 2013 (R\$ 30.608 mil em 2012), equacionado paritariamente, pelos patrocinadores, participantes e assistidos, através de contribuições extraordinárias, determinadas por avaliação atuarial.

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, as provisões matemáticas possuíam a seguinte composição consolidada:

PROVISÕES MATEMÁTICAS	31.12.13	31.12.12
<b>BENEFÍCIOS CONCEDIDOS</b>	<b>2.462.433</b>	<b>2.073.398</b>
Contribuição Definida	366.817	157.552
Benefício Definido	2.095.616	1.915.846
<b>BENEFÍCIOS A CONCEDER</b>	<b>1.066.707</b>	<b>1.307.282</b>
Contribuição Definida	715.079	816.367
Benefício Definido	351.628	490.915
<b>PROVISÕES MATEMÁTICAS A CONSTITUIR</b>	<b>(138.424)</b>	<b>(134.890)</b>
(-) Serviço passado	(100.877)	(104.282)
Patrocinadora Eletrobras	(83.107)	(83.636)
Operações não contratadas	(17.770)	(20.646)
(-) Déficit equacionado	(37.547)	(30.608)
<b>TOTAL (R\$ mil)</b>	<b>3.390.716</b>	<b>3.245.790</b>

### ► 5.2.11.5. Premissas atuariais por plano de benefícios:

PLANO BD ELETROBRÁS	
Taxa real anual de juros	<b>5,50% a.a.</b>
Taxa de Rotatividade (Ativos)	<b>0,00 a.a.</b>
Taxa de Crescimento Salarial (Ativos)	<b>3% a.a.</b>
Taxa de Crescimento de Benefícios (Assistidos)	<b>0% a.a.</b>
Capacidade Salarial	<b>100%</b>
Capacidade de Benefício	<b>97%</b>
Tábua Geral	<b>AT 2000 Básica -M</b>
Tábua de Entrada em Invalidez	<b>IAPB 57</b>
Tábua de Sobrevivência de Inválidos	<b>IAPB 57</b>
Tábua de Expectativa de Sobrevida	<b>Ambos os Sexos 2011 – IBGE 2012</b>
Hipótese sobre Composição Familiar	<b>Experiência ELETROS – Ajustada (*)</b>

(\*) Calculamos  $axH(12)$  considerando o valor do encargo médio de pensão por morte, para falecimento de todos os titulares, participantes ativos e assistidos, obtendo valores ajustados e projetados para todas as idades dos respectivos titulares.

As premissas e hipóteses atuariais estão adequadas aos normativos legais, inclusive com a Resolução CNPC nº 9, de 29/11/2012, publicada no Diário Oficial em 23/01/2013.

PLANO CD ELETROBRÁS	
Taxa real anual de juros	5,50%
Tábua Geral	AT 2000 (M)
Tábua de Entrada em Invalidez	LIGHT FRACA
Tábua de Mortalidade de Inválidos	AT 49
Hipótese sobre Composição Familiar	FAMÍLIA REAL

**OBS 1:** No BPDS o Reajuste dos Benefícios se dá pelo Indexador Atuarial do Plano - IAP, definido no artigo 50 - XXVI, atualmente o INPC do IBGE aplicado com um mês de defasagem. O reajuste dos benefícios dos demais aposentados se dá pela variação das cotas do plano do perfil de investimento.

**OBS 2:** Taxa de juro de 5,5% para o cálculo do passivo atuarial do BPDS – Benefício Proporcional Diferido Saldado.

**OBS 3:** Relativamente ao benefício do BPDS, os beneficiários dos participantes que optaram por este benefício serão os mesmo reconhecidos pela Previdência Oficial.

PLANO CD ONS	
Taxa real anual de juros	5,50%
Tábua Geral	AT 2000 BASIC (M)
Tábua de Entrada em Invalidez	LIGHT FRACA
Tábua de Mortalidade de Inválidos	AT 49
Hipótese sobre Composição Familiar	Será utilizada a estrutura de beneficiários definida pelos participantes

PLANO CV EPE	
Taxa real anual de juros	5,50%
Tábua Geral	AT 2000 BASIC (M)
Tábua de Entrada em Invalidez	LIGHT FRACA
Tábua de Mortalidade de Inválidos	AT 49
Hipótese sobre Composição Familiar	Será utilizada a estrutura de beneficiários definida pelos participantes

PLANO CD CERON	
Taxa real anual de juros	<b>5,50%</b>
Tábua Geral	<b>AT 2000 BASIC (M)</b>
Tábua de Entrada em Invalidez	<b>LIGHT FRACA</b>
Tábua de Mortalidade de Inválidos	<b>AT 49</b>
Hipótese sobre Composição Familiar	<b>Será utilizada a estrutura de beneficiários definida pelos participantes</b>

## 5.2.12. FUNDOS

### ► 5.2.12.1. Fundos Previdenciais

São constituídos de acordo com a nota técnica atuarial de cada plano de benefício previdencial e podem ser assim resumidos:

	EXERCÍCIO FINDO EM	
	31.12.13	31.12.12
<b>FUNDOS PREVIDENCIAIS</b>		
Fundo de risco	<b>23.164</b>	<b>23.081</b>
Fundo de transição	<b>661</b>	<b>475</b>
<b>TOTAL (R\$ mil)</b>	<b>23.825</b>	<b>23.556</b>

#### ► Fundo de Risco

Representa o somatório dos créditos referentes às contribuições efetuadas pelos participantes e/ou patrocinadora para custeio dos benefícios não programáveis de auxílio-doença, pecúlio por morte e invalidez permanente total, descontados os valores pagos para os benefícios não programáveis. Nessa conta são lançados também o excedente de saldo não resgatado da Conta Básica de Patrocinadora e as prestações mensais de benefícios consideradas prescritas. O saldo do fundo de risco está composto como segue:

	EXERCÍCIO FINDO EM	
	31.12.13	31.12.12
<b>PLANO DE BENEFÍCIOS</b>	<b>31.12.13</b>	<b>31.12.12</b>
CD Eletrobrás	17.800	18.235
CD ONS	2.823	3.129
CV EPE	1.700	1.444
CD CERON	841	273
<b>TOTAL (R\$ mil)</b>	<b>23.164</b>	<b>23.081</b>

### ► Fundo de Transição

Representa o somatório dos Saldos das Contas Individuais dos participantes que se desligaram do Plano, porém não realizaram a opção por um dos Institutos.

### ► 5.2.12.2. Fundo Administrativo

O Fundo Administrativo se destina a cobrir os gastos relativos ao custeio administrativo da ELETROS sendo constituído pela diferença entre as receitas (taxas de administração do ativo, taxas de carregamento previdencial, ressarcimentos de despesas operacionais e outras receitas) e as despesas administrativas.

Da rentabilidade auferida pelo fundo administrativo do PGA, no valor de R\$ 5.062 mil em 2013 (R\$ 5.186 mil em 2012) foram usados no custeio R\$ 3.122 mil em 2013 (R\$ 3.785 mil em 2012), o que permitiu que o valor remanescente fosse transferido para reforço do saldo do fundo, que atingiu em 31 de dezembro o montante de R\$ 66.654 mil em 2013 (R\$ 64.714 mil em 2012).

As despesas administrativas da ELETROS no exercício de 2013 e 2012 foram rateadas a partir da ponderação do tempo médio anual de alocação dos empregados nas gestões e o custo médio de cada área.

### ► 5.2.12.3. Fundo dos Investimentos

O Fundo dos Investimentos, denominado fundo garantidor de empréstimos é constituído para fazer face à quitação dos empréstimos concedidos aos participantes na eventualidade de seu falecimento. O montante desse fundo em 31 de dezembro de 2013 é de R\$ 8.205 mil (R\$ 8.549 mil em 2012).

## 5.2.13. DETALHAMENTO DOS SALDOS DAS RUBRICAS CONTÁBEIS COM A DENOMINAÇÃO "OUTROS"

Composição dos registros contábeis relativos aos saldos das rubricas com a denominação "Outros(as)", que ultrapassaram, em 31 de dezembro de 2013 e 2012, no total, um décimo do valor do respectivo grupo de contas:

### ► 5.2.13.1. Realizável - Gestão Previdencial

DESCRIÇÃO	EXERCÍCIO FINDO EM	
	31.12.13	31.12.12
<b>OUTROS RECURSOS A RECEBER</b>	<b>1.509</b>	<b>2.600</b>
Contribuições contratadas participantes	1.509	2.600
<b>OUTROS REALIZÁVEIS</b>	<b>26.145</b>	<b>23.500</b>
Valores a receber das patrocinadoras	26.059	23.399
Outros valores a receber	86	101
<b>TOTAL (R\$ mil)</b>	<b>27.654</b>	<b>26.100</b>

### ► 5.2.13.2. Realizável - Gestão Administrativa

DESCRIÇÃO	EXERCÍCIO FINDO EM	
	31.12.13	31.12.12
<b>OUTROS RECURSOS A RECEBER</b>	<b>320</b>	<b>1.259</b>
Reembolso das despesas administrativas do Plano Eletros-Saúde	60	461
Outros valores a receber	260	798
<b>OUTROS REALIZÁVEIS</b>	<b>5.358</b>	<b>5.199</b>
Convênio de interveniência com o INSS	4.476	4.041
Valores a receber dos assistidos	525	767
Valores a receber referente ao seguro plasas	241	279
Outros valores a receber	116	112
<b>TOTAL (R\$ mil)</b>	<b>5.678</b>	<b>6.458</b>

### ► 5.2.13.3. Exigível – Gestão Previdencial

	EXERCÍCIO FINDO EM	
	31.12.13	31.12.12
OUTRAS EXIGIBILIDADES		
Recursos da patrocinadora Eletrobras	<b>2.837</b>	<b>2.822</b>
<b>TOTAL (R\$ mil)</b>	<b>2.837</b>	<b>2.822</b>

### ► 5.2.13.4. Exigível – Gestão Administrativa

	EXERCÍCIO FINDO EM	
	31.12.13	31.12.12
OUTRAS EXIGIBILIDADES		
Valores referentes a seguros a pagar	<b>1.160</b>	<b>599</b>
Valores referentes a convênios com as patrocinadoras	<b>756</b>	<b>305</b>
Outros	<b>101</b>	<b>579</b>
<b>TOTAL (R\$ mil)</b>	<b>2.017</b>	<b>1.483</b>

## 5.2.14. APRESENTAÇÃO DOS EFEITOS DAS CONSOLIDAÇÕES

### ► Consolidação de Balancetes - 31/12/13

GRUPO DE CONTAS	PLANO						ELIMINAÇÃO DE CONSOLIDAÇÃO		SALDO
	BD ELETROBRÁS	CD ELETROBRÁS	PGA	CV EPE	CD ONS	CD CERON	DÉBITO	CRÉDITO	
Disponível	10	20	459	10	10	10	-	-	519
Realizável	1.893.208	1.149.533	79.308	29.615	237.122	19.366	-	66.723	3.341.429
Gestão Previdencial	66.727	2.308	-	-	-	-	-	-	69.035
Gestão Administrativa	45.873	19.063	14.047	146	943	629	-	66.723	13.978
Investimentos	1.780.608	1.128.162	65.261	29.469	236.179	18.737	-	-	3.258.416
Permanente	-	-	1.900	-	-	-	-	-	1.900
Gestão Assistencial	-	-	-	-	-	-	-	-	17.023
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>1.893.218</b>	<b>1.149.553</b>	<b>81.667</b>	<b>29.625</b>	<b>237.132</b>	<b>19.376</b>	<b>-</b>	<b>66.723</b>	<b>3.360.871</b>

GRUPO DE CONTAS	PLANO						ELIMINAÇÃO DE CONSOLIDAÇÃO		SALDO
	BD ELETROBRÁS	CD ELETROBRÁS	PGA	CV EPE	CD ONS	CD CERON	DÉBITO	CRÉDITO	
Exigível Operacional	6.037	517	7.021	43	211	80	69	-	13.840
Gestão Previdencial	6.016	512	-	43	210	80	69	-	6.792
Gestão Administrativa	-	-	7.021	-	-	-	-	-	7.021
Investimentos	21	5	-	-	1	-	-	-	27
Exigível Contingencial	30.786	921	7.992	-	-	-	-	-	39.699
Gestão Previdencial	22.513	-	-	-	-	-	-	-	22.513
Gestão Administrativa	-	-	7.992	-	-	-	-	-	7.992
Investimentos	8.273	921	-	-	-	-	-	-	9.194
Patrimônio Social	1.856.395	1.148.115	66.654	29.582	236.921	19.296	66.654	-	3.290.309
Patrimônio de Cobertura	1.804.711	1.109.217	-	27.652	232.470	17.575	-	-	3.191.625
Fundos	51.684	38.898	66.654	1.930	4.451	1.721	66.654	-	98.684
Previdenciais	-	17.868	-	1.784	3.081	1.092	-	-	23.825
Administrativos	45.873	19.063	66.654	146	943	629	66.654	-	66.654
Investimentos	5.811	1.967	-	-	427	-	-	-	8.205
Gestão Assistencial	-	-	-	-	-	-	-	-	17.023
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>1.893.218</b>	<b>1.149.553</b>	<b>81.667</b>	<b>29.625</b>	<b>237.132</b>	<b>19.376</b>	<b>66.723</b>	<b>-</b>	<b>3.360.871</b>

► Consolidação de Balancetes - 31/12/12

GRUPO DE CONTAS	PLANO						ELIMINAÇÃO DE CONSOLIDAÇÃO		SALDO CONSOLIDADO
	BD ELETROBRÁS	CD ELETROBRÁS	PGA	CV EPE	CD ONS	CD CERON	DÉBITO	CRÉDITO	
Disponível	9	20	258	10	10	9	-	-	316
Realizável	2.058.362	1.084.850	75.451	23.417	206.649	10.557	-	64.919	3.394.367
Gestão Previdencial	67.569	3.399	-	-	-	-	-	-	70.968
Gestão Administrativa	45.226	18.722	13.069	57	359	349	-	64.919	12.863
Investimentos	1.945.567	1.062.729	62.382	23.360	206.290	10.208	-	-	3.310.536
Permanente	-	-	2.822	-	-	-	-	-	2.822
Gestão Assistencial	-	-	-	-	-	-	-	-	15.232
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>2.058.371</b>	<b>1.084.870</b>	<b>78.531</b>	<b>23.427</b>	<b>206.659</b>	<b>10.566</b>	<b>-</b>	<b>64.919</b>	<b>3.412.737</b>



GRUPO DE CONTAS	PLANO						ELIMINAÇÃO DE CONSOLIDAÇÃO		SALDO CONSOLIDADO
	BD ELETROBRÁS	CD ELETROBRÁS	PGA	CV EPE	CD ONS	CD CERON	DÉBITO	CRÉDITO	
Exigível Operacional	7.301	511	7.701	2	383	128	205	-	15.821
Gestão Previdencial	6.008	498	-	2	382	128	205	-	6.813
Gestão Administrativa	-	-	7.701	-	-	-	-	-	7.701
Investimentos	1.293	13	-	-	1	-	-	-	1.307
Exigível Contingencial	29.918	936	6.115	-	-	-	-	-	36.969
Gestão Previdencial	21.937	-	-	-	-	-	-	-	21.937
Gestão Administrativa	-	-	6.115	-	-	-	-	-	6.115
Investimentos	7.981	936	-	-	-	-	-	-	8.917
Patrimônio Social	2.021.152	1.083.424	64.714	23.425	206.276	10.438	64.714	-	3.344.715
Patrimônio de Cobertura	1.969.647	1.044.525	-	21.840	202.072	9.812	-	-	3.247.896
Fundos	51.505	38.899	64.714	1.585	4.204	626	64.714	-	96.819
Previdenciais	-	18.300	-	1.528	3.451	277	-	-	23.556
Administrativos	45.227	18.722	64.714	57	359	349	64.714	-	64.714
Investimentos	6.278	1.877	-	-	394	-	-	-	8.549
Gestão Assistencial	-	-	-	-	-	-	-	-	15.232
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>2.058.371</b>	<b>1.084.871</b>	<b>78.530</b>	<b>23.427</b>	<b>206.659</b>	<b>10.566</b>	<b>64.919</b>	<b>-</b>	<b>3.412.737</b>

## DIRETORIA EXECUTIVA



Afrânio Barreira de Alencar Matos Filho  
Presidente



Marcio Peres Silvado  
Diretor de Benefícios Previdenciários



Luiz Guilherme de França Nobre Pinto Filho  
Diretor Financeiro

## CONTADOR RESPONSÁVEL



Cleber Leal  
Contador – CRCRJ – 62.288/O



[ CAPÍTULO 6 ]

# PARECERES

---

**Relatório Anual de Informações**

Fundação Eletrobrás de Seguridade Social - ELETROS

## 6.1. Parecer do **Conselho Fiscal**

Os membros do Conselho Fiscal da Fundação Eletrobrás de Seguridade Social - ELETROS, abaixo assinados, usando das atribuições que lhes confere o Estatuto da Entidade, após exame que fizeram nas Demonstrações Contábeis Consolidadas e Individuais por Plano de Benefício, Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis e os Pareceres da Fernando Motta & Associados Auditores Independentes relativos ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013 e, tendo apreciado, ao longo do exercício, os balancetes e os acompanhamentos orçamentários mensais da ELETROS e do Plano Assistencial à Saúde - ELETROS-SAÚDE, bem como embasados nos pareceres atuariais emitidos por S TINOCO – Consultores Associados em Previdência Complementar Ltda. sobre o Plano de Benefício Definido ELETROBRÁS, CEPEL e ELETROS - BD ELETROBRÁS; pelo Atuário Hugo Legis Fernandes Elsenbusch sobre o Plano de Contribuição Definida ELETROBRÁS, CEPEL e ELETROS – CD ELETROBRÁS, sobre o Plano de Contribuição Definida do Operador Nacional do Sistema Elétrico – CD ONS, sobre o Plano de Contribuição Variável da Empresa de Pesquisa Energética – CV EPE e sobre o Plano de Contribuição Definida da Centrais Elétricas de Rondônia S.A. – CD CERON; são de parecer que as aludidas peças representam a posição econômico-financeira da ELETROS e do Plano Assistencial à Saúde – ELETROS-SAÚDE, naquela data.

Rio de Janeiro, 14 de março de 2014.

**Orsino Borges de Oliveira Filho**  
Presidente do Conselho Fiscal da ELETROS

**Paulo Sergio Petis Fernandes**  
**Marcio Kennedy de Almeida**  
**Paulo Roberto dos Santos Silveira**

## 6.1.1. Resumo das Deliberações de 21/03/2014 tomadas na 249ª reunião do Conselho Deliberativo da ELETROS - CDE:

1) DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS E INDIVIDUAIS POR PLANO DE BENEFÍCIOS EM 31/12/2013, CONTEMPLANDO AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE 2013 DO PLANO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE DA ELETROS (ELETROS-SAÚDE) E PARECERES EMITIDOS PELA EMPRESA DE AUDITORIA INDEPENDENTE, INSTRUÍDAS COM PARECER DO CONSELHO FISCAL:

### Deliberação

O Conselho Deliberativo da ELETROS - CDE, à unanimidade dos presentes, com base na Proposta da Diretoria Executiva nº 009, de 14/03/2014, e após ter apreciado os Relatórios da empresa de Auditoria Independente sobre as Demonstrações Contábeis relativas ao exercício de 2013 e o Parecer do Conselho Fiscal, aprovou as Demonstrações Contábeis consolidadas e individuais por Plano de Benefícios da ELETROS referente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013, bem como as Demonstrações Contábeis do Plano de Assistência à Saúde da ELETROS (Eletros-Saúde), referente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013, determinando que tais documentos sejam encaminhados à Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC e à Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, e a informação disponibilizada aos participantes e assistidos na forma da legislação vigente.

2) DEMONSTRAÇÕES ATUARIAIS DO EXERCÍCIO DE 2013/PLANOS DE CUSTEIO/2014 DOS PLANOS DE BENEFÍCIOS ADMINISTRADOS PELA ELETROS: BENEFÍCIO DEFINIDO (BD) - ELETROBRÁS, CEPEL E ELETROS, DE CONTRIBUIÇÃO DEFINIDA (CD) ELETROBRÁS, CEPEL, ELETROS, DE CONTRIBUIÇÃO DEFINIDA (CD) ONS, DE CONTRIBUIÇÃO VARIÁVEL (CV) EPE, PLANO DE CONTRIBUIÇÃO DEFINIDA (CD) CERON E RESPECTIVOS PARECERES ATUARIAIS, INSTRUÍDAS COM PARECER DO CONSELHO FISCAL:

### Deliberação 1

O Conselho Deliberativo da ELETROS – CDE, à unanimidade dos presentes, considerando a Proposta da Diretoria Executiva nº 008, de 14/03/2014, aprovou a Demonstração Atuarial do Plano de Benefícios BD - Eletrobrás / Cepel / ELETROS, referente ao exercício de 2013, que contempla as premissas demográficas, financeiras e atuariais, o Plano de Custeio e respectivo Parecer, a vigorar a partir de abril/2014, bem como o Parecer Atuarial do plano, proferido pela empresa de Consultoria Atuarial Externa responsável pela avaliação atuarial do Plano BD, e no Parecer do Conselho Fiscal da ELETROS.

### Deliberação 2

O Conselho Deliberativo da ELETROS - CDE, considerando a Proposta da Diretoria Executiva nº 008, de 14/03/2014, aprovou a Demonstração Atuarial do Plano de Benefícios CD -Eletrobrás / Cepel / ELETROS, referente ao exercício de 2013, que contempla as premissas demográficas, financeiras e atuariais, o Plano de Custeio e respectivo Parecer, a vigorar a partir de abril/2014, bem como o Parecer Atuarial do Plano, proferido pelo atuário responsável pela avaliação atuarial do Plano CD -Eletrobrás / Cepel / ELETROS e no Parecer do Conselho Fiscal da ELETROS.

### Deliberação 3

O Conselho Deliberativo da ELETROS - CDE, considerando a Proposta da Diretoria Executiva nº 008, de 14/03/2014, aprovou a Demonstração Atuarial do Plano de Benefícios de Contribuição Definida do Operador Nacional do Sistema Elétrico - CD - ONS, referente ao exercício de 2013, que contempla as premissas demográficas, financeiras e atuariais, o Plano de Custeio e respectivo Parecer, a vigorar a partir de abril/2014, bem como o Parecer Atuarial do plano, proferido pelo atuário responsável pela avaliação atuarial do Plano CD - ONS, e no Parecer do Conselho Fiscal da ELETROS.

### Deliberação 4

O Conselho Deliberativo da ELETROS - CDE, considerando a Proposta da Diretoria Executiva nº 008, de 14/03/2014, aprovou a Demonstração Atuarial do Plano de Benefícios de Contribuição Variável da Empresa de Pesquisa Energética - CV - EPE, referente ao exercício de 2013, que contempla as premissas demográficas, financeiras e atuariais, o Plano de Custeio e respectivo Parecer, a vigorar a partir de abril/2014, bem como o Parecer Atuarial do plano, proferido pelo atuário responsável pela avaliação atuarial do Plano CV - EPE, e no Parecer do Conselho Fiscal da ELETROS.

### Deliberação 5

O Conselho Deliberativo da ELETROS - CDE, considerando a Proposta da Diretoria Executiva nº 008, de 14/03/2014, aprovou a Demonstração Atuarial do Plano de Benefícios de Contribuição Definida da Centrais Elétricas de Rondônia S/A -CD - CERON, referente ao exercício de 2013, que contempla as premissas demográficas, financeiras e atuariais, o Plano de Custeio e respectivo Parecer, a vigorar a partir de abril/2014, bem como o Parecer Atuarial do plano, proferido pelo atuário responsável pela avaliação atuarial do Plano CV - EPE, e no Parecer do Conselho Fiscal da ELETROS. Determinou que tais documentos sejam encaminhados à Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, e a informação disponibilizada aos participantes na forma da legislação vigente. Nada mais havendo a tratar, o Presidente da Reunião deu por encerrada a reunião e solicitou a mim, Malba Patricia H. da Cunha Teixeira, que a secretariei, que lavrasse a presente ata, a qual lida e achada conforme, é assinada, no mínimo, pela maioria dos membros presentes na ocasião, e por mim que a redigi.”

**Rodrigo Madeira Henrique de Araujo**  
Presidente

**Cleber Villa Verde**

**Gilson Mussi Machado**

**José Carlos Correia Figueiredo**

**Pedro Paulo da Cunha**

**Sergio Bondarovsky**

**Malba Patricia H. da Cunha Teixeira**  
Secretária-Geral  
Assessoria aos Órgãos Estatutários

## 6.2. Parecer atuarial

### 6.2.1. PLANO **BD ELETROBRÁS**

#### ▶ **6.2.1.1.** Parecer atuarial quanto **ao grupo de custeio**

#### ▶ **EVOLUÇÃO DOS CUSTOS**

A previsão de contribuições normais de participantes e assistidos reduziu de R\$ 16,1 milhões em 2013 para R\$ 15,0 milhões em 2014, em função do número considerável de aposentadorias e desligamentos decorrentes do PID (Programa de Incentivo ao Desligamento) das patrocinadoras Eletrobras e Cepel.

A seguir, informamos o Plano de Custeio aprovado pelo Conselho Deliberativo da ELETROS, válido a partir de 01/04/2014:

- ▶ Contribuições normais para participantes ativos (custeio válido até 31/03/2014 que será mantido a partir de 01/04/2014):
  - ▶ 8,16% do salário-real-de-contribuição até o valor do teto de contribuição para a Previdência Social;
  - ▶ 17,13% da parcela do salário-real-de-contribuição entre o valor do teto de contribuição para a Previdência Social e 3 vezes esse valor;
  - ▶ 24,48% da parcela do salário-real-de-contribuição entre 3 vezes o valor do teto de contribuição para a Previdência Social e 6 vezes esse valor;
  - ▶ 29,60% da parcela do salário-real-de-contribuição que exceder 6 vezes o valor do teto de contribuição para a Previdência Social.

*Obs.: a) As faixas contributivas excedentes a 3 vezes o teto de contribuição para a Previdência Social são aplicáveis somente aos participantes não atingidos pelo limite de contribuição imposto no § 3º do artigo 15.*

*b) A contribuição abrange a remuneração relativa ao 13º salário e demais rubricas percebidas e que integram o salário-real-de-contribuição.*

- ▶ Contribuições normais para assistidos (custeio válido até 31/03/2014):
  - ▶ Até o máximo de 2,5% (I) do complemento de aposentadoria até a metade do teto de contribuição para a Previdência Social;
  - ▶ Até o máximo de 3,0% (II) da parcela do complemento de aposentadoria compreendido entre a metade e o próprio valor do teto de contribuição para a Previdência Social;
  - ▶ Até o máximo de 6,3% (III) da parcela do complemento de aposentadoria entre o valor do teto de contribuição para a Previdência Social e 3 vezes esse valor;
  - ▶ Até o máximo de 9,0% (IV) da parcela do complemento de aposentadoria entre 3 vezes o teto de contribuição para a Previdência Social e 6 vezes esse valor;
  - ▶ Até o máximo de 19,0% (V) da parcela do complemento de aposentadoria que exceder 6 vezes o valor do teto de contribuição para a Previdência Social.

- ▶ Conforme aprovado pelo Conselho Deliberativo da ELETROS, para vigorar a partir de 01/04/2014:
  - ▶ O percentual (II) será alterado para 3,70% em 01/04/2014, 4,40% em 01/01/2015 e 5,00% em 01/01/2016;
  - ▶ O percentual (III) será alterado para 7,20% em 01/04/2014, 8,10% em 01/01/2015 e 9,00% em 01/01/2016;
  - ▶ O percentual (IV) será alterado para 11,00% em 01/04/2014, 13,00% em 01/01/2015 e 15,00% em 01/01/2016.

Ressaltamos que, por se tratar de um Plano de Benefício Definido, o Plano de Custeio deve ser revisto anualmente, em função do método de financiamento atual (agregado).

## ▶ DOTAÇÕES ADICIONAIS RELATIVAS AO **SERVIÇO PASSADO** DE RESPONSABILIDADE DE PATROCINADORA

- ▶ Serviço passado relativo à Atividade Especial

R\$ 4.800.735,41 a ser integralizado na forma aprovada pela patrocinadora, observado o disposto na legislação pertinente.

- ▶ Serviço passado relativo à exigência regulamentar (artigo 61 do Regulamento):

R\$ 83.106.668,09 a ser integralizado na forma aprovada pela patrocinadora, observado o disposto na legislação pertinente.

## ▶ CONTRIBUIÇÕES **EXTRAORDINÁRIAS**

3,0054% incidindo sobre o salário-real-de-contribuição dos participantes e sobre o valor do benefício de complementação ELETROS dos aposentados a partir do fechamento do plano a novas adesões.

A sobrecarga administrativa de 3,00% incide sobre as contribuições normais e extraordinárias. Adicionalmente, incide sobre o patrimônio do plano a taxa de 0,5% a.a.

## ▶ VARIAÇÃO DAS **PROVISÕES MATEMÁTICAS**

As Provisões Matemáticas evoluíram de R\$ 2.089,8 milhões para R\$ 2.133,7 milhões.

Alteração da massa de participantes, da premissa de taxa real de juros, do plano de custeio, junto aos benefícios pagos, juros e inflação no período, entre outros fatores, justificam a oscilação observada.

## ▶ PRINCIPAIS RISCOS ATUARIAIS

Os riscos atuariais do plano foram mitigados pelo equacionamento obtido a partir das contribuições extraordinárias futuras, ajustes no Plano de Custeio Normal e adoção de premissa de taxa real de juros alinhada com a Política de Investimento da Fundação.

Pensões por morte que tenham registrado alteração de beneficiários cadastrados na ELETROS a partir de 01/04/2006 (fechamento do plano), cujo risco tenha sido agravado por essa alteração, estarão sujeitos a cálculo de proporcionalidade por equivalência atuarial na concessão do benefício de pensão.

## ▶ SOLUÇÕES PARA INSUFICIÊNCIA DE COBERTURA

Conforme estabelecido na Resolução CNPC N° 13, de 04 de novembro de 2013, será estabelecido, até o encerramento do exercício de 2014, o plano para equacionamento da insuficiência de Cobertura apresentada nesta demonstração (R\$ 203,5 milhões), que correspondeu a 10,14% das Provisões Matemáticas do Plano (líquidas das Provisões Matemáticas a Constituir).

## ▶ Hipóteses Atuariais

HIPÓTESE	VALOR
Fator de Determinação Valor Real Longo do Tempo de Benefício Entidade	0,97
Hipótese sobre Composição de Família de Pensionistas	Encargo Familiar - Hx - Experiência ELETROS
Indexador do Plano (Reajuste dos Benefícios)	INPC (IBGE)
Projeção de Crescimento Real de Salário	3,00%
Taxa Real Anual de Juros	5,50%
Tábua de Entrada em Invalidez	IAPB 57
Tábua de Mortalidade de Inválidos	IAPB 57
Tábua de Mortalidade Geral	AT 2000 Básica Masculina



## ▶ 6.2.1.2. Parecer atuarial quanto ao Plano de Benefícios

### ▶ QUALIDADE DA BASE CADASTRAL

Os dados individuais, posicionados em 31/12/2013, dos participantes e assistidos do plano foram, após a realização de testes apropriados e devidos acertos efetuados, considerados adequados para fins desta avaliação atuarial.

### ▶ REGRAS DE CONSTITUIÇÃO E REVERSÃO DOS FUNDOS PREVIDENCIAIS

O plano não possui fundos previdenciais.

### ▶ VARIAÇÃO DO RESULTADO

Apesar da alteração da premissa de taxa real de juros do plano de 5,38% a.a. (em 31/12/2012) para 5,50% a.a. (em 31/12/2013), o resultado do exercício foi negativo em R\$ 203,5 milhões em função da rentabilidade dos ativos do Plano ter sido bem inferior à meta atuarial. Decorreu do efeito conjuntural dos resultados dos investimentos, mitigado pela otimização da alocação dos recursos.

### ▶ NATUREZA DO RESULTADO

A rentabilidade do plano (-1,73%) ficou abaixo da meta atuarial de 2013, equivalente a INPC + 5,38% a.a. (11,24%). O desempenho negativo da carteira de renda fixa ocorreu em função da marcação dos títulos a mercado, cujos resultados foram influenciados pela alta dos juros no ano de 2013.

### ▶ SOLUÇÕES PARA EQUACIONAMENTO DO DÉFICIT

Estabelecimento de contribuições extraordinárias.

No início do exercício de 2014, parte expressiva da carteira de títulos federais foi contabilizada considerando-se marcação na curva acima da premissa de taxa de juros real vigente.

O serviço passado decorrente de eventuais crescimentos salariais muito superiores às hipóteses adotadas, calculados cumulativamente, poderão, se relevantes, vir a ser cobrados da patrocinadora, participantes e assistidos (paritariamente).

## ▶ ADEQUAÇÕES DOS MÉTODOS DE FINANCIAMENTO

Informamos que não ocorreram alterações nos Métodos de Financiamento adotados, com relação à avaliação atuarial realizada no exercício anterior, sendo, portanto, todos considerados adequados.

## ▶ OUTROS FATOS RELEVANTES

- ▶ Efetuou-se a revisão do plano de custeio.
- ▶ Haverá aplicação de proporcionalidade, por equivalência atuarial, das pensões por morte concedidas a partir de abril de 2012, quando a substituição de beneficiários agravar o risco do plano.
- ▶ Para cálculo das estatísticas referentes ao benefício de "complementação de pensão" foram utilizados os grupos familiares do participante gerador.
- ▶ Os percentuais expressos nos itens "Fonte de Recursos" e "Custo do ano" foram calculados baseados na Folha de Salário de Participação.

## 6.2.2. PLANO CD **ELETROBRÁS**

### ▶ 6.2.2.1. Parecer atuarial quanto **ao grupo de custeio**

#### ▶ EVOLUÇÃO **DOS CUSTOS**

As Contribuições Previdenciárias Normais (líquidas da sobrecarga administrativa) dos participantes e da patrocinadora para o próximo exercício foram estimadas em 21,02% (10,51% para os participantes e 10,51% para a patrocinadora), enquanto na avaliação atuarial anterior o percentual era de 20,62% (10,31% para os participantes e 10,31% para a patrocinadora). Ressaltamos que as contribuições são calculadas baseadas nos percentuais definidos pelos participantes e que os mesmos podem alterar tais percentuais, conforme previsto no regulamento. Adicionalmente, informamos que eventuais ingressos de novos participantes também implicarão na variação dos custos estimados para o próximo exercício. A sobrecarga administrativa incidente sobre as contribuições normais equivalem a 3,00%. Adicionalmente, incide sobre o patrimônio do plano a taxa de 0,5% a.a. Não há sobrecarga administrativa sobre as contribuições extraordinárias.

Com relação à contribuição para benefícios não programáveis, em função de estudos realizados pela Entidade, a mesma será mantida em 4% das contribuições básicas do participante e da patrocinadora, devendo ser reavaliado anualmente, podendo ser majorada, mantida ou reduzida, conforme o resultado do estudo. Os principais fatores que impactam no resultado de tal estudo são os sinistros ocorridos, o desempenho dos investimentos, a movimentação cadastral de participantes, entre outros.

#### ▶ VARIAÇÃO DAS **PROVISÕES MATEMÁTICAS**

Quanto à modalidade "Plano CD PURO", não haverá resultado positivo (superávit) ou negativo (déficit) no exercício, visto que até a presente data não houve concessão de renda mensal vitalícia. O resultado superavitário apurado no exercício de 2013 R\$ 4.454.411,09 refere-se à modalidade "Plano BPDS" e ocorreu devido, fundamentalmente, à alteração da premissa de taxa real de juros de 4,2% a.a. para 5,5% a.a. em 31/12/2013. Ressaltamos que, com exceção da parcela referente ao Benefício Proporcional Diferido Saldado, as Provisões Matemáticas deste plano são constituídas apenas pelo saldo de conta dos participantes ativos e assistidos.

#### ▶ PRINCIPAIS RISCOS **ATUARIAIS**

Os benefícios de risco deste plano são: Crédito Adicional por Invalidez e Crédito Adicional por Morte.

## ▶ Hipóteses **Atuariais**

HIPÓTESE	VALOR
Fator de Determinação Valor Real Longo do Tempo Benefício Entidade	<b>0.98</b>
Indexador do Plano (Reajuste dos Benefícios)	<b>COTAS DO PATRIMÔNIO</b>
Taxa Real Anual de Juros	<b>5,50%</b>
Tábua de Entrada em Invalidez	<b>LIGHT</b>
Tábua de Mortalidade de Inválidos	<b>AT 49</b>
Tábua de Mortalidade Geral	<b>AT 2000 Básica Masculina</b>

### ▶ **6.2.2.2.** Parecer atuarial quanto **ao Plano de Benefícios**

#### ▶ QUALIDADE DA **BASE CADASTRAL**

As informações referentes aos participantes e assistidos, para a referida Avaliação Atuarial, foram elaboradas pela área Gestão de Arrecadação e Pagamento de Benefícios da Entidade e posteriormente enviadas à área Gestão Atuarial em arquivo eletrônico, com data-base em 31/12/2013, em formato "xls".

Após o recebimento dos dados, elaboração de críticas e realização dos testes de consistência julgados necessários, atestamos como satisfatória a referida base cadastral utilizada para fins de Avaliação Atuarial referente ao exercício financeiro de 2013.

Foram também utilizadas para a presente avaliação as informações contábeis fornecidas pela área Gestão de Contabilidade da Entidade.

Analisando as informações disponibilizadas, verificou-se uma redução significativa de 11,13% (onze inteiros e treze centésimos por cento) no número de participantes em relação ao ano anterior. Tal variação se justifica ao observar o número de assistidos do plano, que sofreu uma variação positiva de 79,12%, (setenta e nove inteiros e doze centésimos por cento) devido ao elevado número de concessões de benefícios, em função de Programa de Incentivo ao Desligamento, realizado pelos Patrocinadores Centrais Elétricas Brasileiras – ELETROBRAS e Centro de Pesquisa em Energia Elétrica – CEPEL, a partir do 2º semestre de 2013. Quanto aos pensionistas observou-se um aumento no número de concessões, equivalente a 30,00% (trinta inteiros por cento) quando comparado ao número existente em 31/12/2012.

## ▶ REGRAS DE CONSTITUIÇÃO E REVERSÃO DOS FUNDOS PREVIDENCIAIS:

O Fundo de Riscos é constituído pelos créditos referentes às contribuições efetuadas pelos participantes e/ou patrocinadoras para custeio dos benefícios não programáveis de Crédito Adicional por Invalidez Permanente Total e Crédito Adicional por Morte, descontados os valores pagos para os benefícios não programáveis. Nessa conta são lançados também o excedente de saldo não resgatado da Conta Básica de Patrocinadora e as prestações mensais de benefícios consideradas prescritas.

O Fundo de Transição é constituído pelo Saldo das Contas Individuais dos participantes que faleceram e não deram origem ao benefício de pensão por morte, acrescido dos Saldos das Contas Individuais dos participantes que se desligaram do plano, enquanto não realizam a opção por um dos Institutos. A reversão desse fundo ocorre quando um herdeiro legal solicita os recursos ou quando o participante desligado se manifesta quanto à sua opção por um dos Institutos.

## ▶ VARIAÇÃO DO RESULTADO

O Plano CD Eletrobrás apresentou, em 31/12/2013, superávit técnico acumulado na “Modalidade BPDS – CD Saldado” no montante de R\$ 4.454.411,09, o qual foi alocado integralmente na Reserva de Contingência. A Provisão Matemática apurada era equivalente a R\$ 1.117.732.991,57, sendo R\$ 554.955.164,93 referente à Provisão Matemática de Benefícios a Conceder e R\$ 562.777.826,64 relacionada à Provisão Matemática de Benefícios Concedidos.

Na Modalidade de Contribuição Definida (CD), a estruturação do plano tanto na fase de capitalização como de percepção dos benefícios e considerando a inexistência de participantes em gozo de benefício vitalício, a obrigação do Plano para com os seus participantes está limitada ao saldo de conta individual, conforme previsto em Nota Técnica Atuarial vigente, justificando assim, o equilíbrio técnico.

## ▶ NATUREZA DO RESULTADO

Não aplicável.

## ▶ ADEQUAÇÕES DOS MÉTODOS DE FINANCIAMENTO

Informamos que não ocorreram alterações nos Métodos de Financiamento adotados, com relação à Avaliação Atuarial realizada no exercício anterior, sendo, portanto, todos considerados adequados.

## ▶ OUTROS FATOS RELEVANTES

Até a presente data não houve concessão de renda vitalícia para o “Plano CD Puro”, referente à modalidade de benefício calculado em função do número de cotas acumuladas individualmente. As modalidades “Plano CD Puro” e “Plano CD Saldado” são avaliadas com base na taxa de juros de 5,50% a.a. Define-se “Plano CD Puro” como sendo a modalidade de Contribuição Definida clássica, ou seja, composta por participantes e assistidos com seus respectivos saldos individuais acrescido da previsão em Regulamento dos benefícios de risco. Define-se “Plano CD Saldado” como sendo a modalidade de Plano de Benefícios correspondente ao grupo de participantes e assistidos

que durante o período de migração para este plano optaram pelo saldamento de seus benefícios no plano de origem (Plano BD) e migraram as respectivas reservas para o CD Eletrobrás, na proporção de 50% ou 100% do seu direito acumulado, dando origem ao Benefício Proporcional Diferido Saldado (BPDS) previsto para ser pago na data provável de aposentadoria no Plano BD, considerando a respectiva elegibilidade ao benefício programado.

Ressalta-se que os valores dos benefícios saldados a conceder deste plano, conforme previsão regulamentar, vêm sendo majorados em função da postergação do recebimento dos benefícios, em razão da permanência no plano enquanto ativos, ultrapassando a data inicialmente prevista. Outro fator que poderá implicar na oscilação das Provisões Matemáticas, além da antecipação da solicitação do benefício BPDS, são as cobranças relativas às diferenças de Reservas Matemáticas calculadas em função do reconhecimento pela Previdência Social de atividade especial dos participantes migrados para este plano. As oscilações são refletidas no Fundo de Risco.

A rentabilidade auferida pelos recursos no exercício de 2013, considerando a cota vigente do perfil de investimento que contempla cerca de 70% do Patrimônio total do plano, "Perfil ELETROS", foi de 3,19%, basicamente em função da alta volatilidade do mercado, tanto na renda variável como na renda fixa, uma vez que a Entidade adota o critério de "marcação a mercado" para precificação de ativos. No mesmo período, o Índice de Referência (INPC + 4,2% a.a.) adotado no exercício correspondeu a 9,99%.

Por derradeiro, quanto ao Programa Administrativo da Entidade, conclui-se que o mesmo apresentou equilíbrio técnico, no qual foi verificada uma variação em relação ao Exercício 2012 de 1,82% do fundo administrativo. Em 31/12/2013 apurou-se o montante de R\$ 19.063.030,00.

## 6.2.3. PLANO CD ONS

### ▶ 6.2.3.1. Parecer atuarial quanto ao grupo de custeio

#### ▶ EVOLUÇÃO DOS CUSTOS

As Contribuições Previdenciárias Normais (líquidas da sobrecarga administrativa) dos participantes para o próximo exercício foram estimadas em 7,87%, enquanto no exercício anterior o percentual era de 7,98%. Já as Contribuições Previdenciárias Normais da patrocinadora foram estimadas em 8,23% neste exercício, enquanto o percentual era de 8,28% no exercício anterior. Ressaltamos que as contribuições são calculadas baseadas nos percentuais definidos pelos participantes e que os mesmos podem alterar tais percentuais, conforme previsão regulamentar. Adicionalmente, informamos que eventuais ingressos de novos participantes também implicarão na variação dos custos estimados para o próximo exercício.

A sobrecarga administrativa incidente sobre as contribuições normais equivale a 3,00%. Adicionalmente, incide sobre o patrimônio do plano a sobrecarga administrativa de 0,5% a.a. Não será aplicada sobrecarga administrativa sobre as contribuições extraordinárias.

Com relação à contribuição para benefícios não programáveis, em função de estudos realizados pela Entidade, a mesma será mantida em 1,4% do salário para fins de contribuição ao plano, sendo 0,82% de responsabilidade da patrocinadora e 0,58% de responsabilidade do participante, devendo ser reavaliado anualmente, podendo ser majorada, mantida ou reduzida, conforme o resultado do estudo. Os principais fatores que impactam no resultado de tal estudo são os sinistros ocorridos, o desempenho dos investimentos, a movimentação cadastral de participantes, entre outros.

#### ▶ VARIAÇÃO DAS PROVISÕES MATEMÁTICAS

As Provisões Matemáticas deste plano são constituídas apenas pelo saldo de conta dos participantes ativos e assistidos. Com isso, não haverá resultado positivo (superávit) ou negativo (déficit) no exercício, haja vista que até a presente data não houve concessão de renda mensal vitalícia.

#### ▶ PRINCIPAIS RISCOS ATUARIAIS

Os benefícios de risco deste plano são: Auxílio-Doença, Pecúlio por Invalidez Permanente Total, Pecúlio por Morte, Benefício de Renda Mensal por Invalidez e Benefício de Renda Mensal de Pensão por Morte.

## ▶ Hipóteses **Atuariais**

HIPÓTESE	VALOR
Indexador do Plano (Reajuste dos Benefícios)	<b>COTAS DO PATRIMÔNIO</b>
Taxa Real Anual de Juros	<b>5,50%</b>
Tábua de Entrada em Invalidez	<b>LIGHT</b>
Tábua de Mortalidade de Inválidos	<b>AT 49</b>
Tábua de Mortalidade Geral	<b>AT 2000 Básica Masculina</b>

### ▶ 6.2.3.2. Parecer atuarial quanto **ao Plano de Benefícios**

#### ▶ QUALIDADE DA **BASE CADASTRAL**

As informações referentes aos participantes e assistidos, para a referida Avaliação Atuarial, foram elaboradas pela área Gestão de Arrecadação e Pagamento de Benefícios da Entidade e posteriormente enviadas à área Gestão Atuarial em arquivo eletrônico, com data-base em 31/12/2013, em formato "xls".

Após o recebimento dos dados, elaboração de críticas e realização dos testes de consistência julgados necessários, atestamos como satisfatória a referida base cadastral utilizada para fins de Avaliação Atuarial referente ao exercício financeiro de 2013.

Foram também utilizadas para a presente avaliação as informações contábeis fornecidas pela área Gestão de Contabilidade da Entidade.

Analisando as informações disponibilizadas, verificou-se uma variação de 1,12% (um inteiro e doze centésimos por cento) no número de participantes em relação ao ano anterior. Em relação aos assistidos, a variação observada foi de 20,00% (vinte inteiros por cento). Quanto aos pensionistas observou-se um aumento no número de concessões, equivalente a 14,29% (catorze inteiros e vinte e nove centésimos por cento) quando comparado ao número existente em 31/12/2012.



## ▶ REGRAS DE CONSTITUIÇÃO E REVERSÃO DOS FUNDOS PREVIDENCIAIS

O Fundo de Riscos é constituído pelos créditos referentes às contribuições efetuadas pelos participantes e/ou patrocinadora para custeio dos benefícios não programáveis de auxílio-doença, pecúlio por morte e pecúlio por invalidez permanente total, descontados os valores pagos para os benefícios não programáveis. Nessa conta são lançados também o excedente de saldo não resgatado da Conta Básica de Patrocinadora e as prestações mensais de benefícios consideradas prescritas.

O Fundo de Transição é constituído pelo Saldo das Contas Individuais dos participantes que faleceram e não deram origem ao benefício de pensão por morte, acrescido dos Saldos das Contas Individuais dos participantes que se desligaram do plano, enquanto não realizam a opção por um dos institutos. A reversão desse fundo ocorre quando herdeiro legal solicita os recursos ou quando o participante desligado se manifesta quanto à sua opção por um dos institutos.

## ▶ VARIAÇÃO DO RESULTADO

As Provisões Matemáticas deste plano são constituídas apenas pelo saldo de conta dos participantes ativos e assistidos. Com isso, não haverá resultado positivo (superávit) ou negativo (déficit) no exercício, haja vista que até a presente data não houve concessão de renda mensal vitalícia.

## ▶ NATUREZA DO RESULTADO

Considerando a estruturação do plano na modalidade contribuição definida, tanto na fase de capitalização como na fase de percepção dos benefícios e, ainda, considerando a inexistência de participantes em gozo de benefício vitalício, a obrigação do plano para com os seus participantes está limitada ao saldo de conta individual, conforme previsto em Nota Técnica Atuarial vigente, justificando assim o equilíbrio técnico.

## ▶ ADEQUAÇÕES DOS MÉTODOS DE FINANCIAMENTO

O Plano de Benefícios CD ONS é avaliado sob o regime de capitalização para os benefícios de pagamento em prestações que sejam programadas e continuadas. Incluem-se nesse tipo as aposentadorias normais e antecipadas, utilizando-se o princípio de capitalização financeira dos ativos para geração de renda mensal de aposentadoria.

Os benefícios não programáveis pagos em prestações únicas são avaliados sob o regime de repartição simples.

Informamos que não ocorreram alterações nos Métodos de Financiamento adotados, com relação à avaliação atuarial realizada no exercício anterior, sendo, portanto, todos considerados adequados.

## ▶ OUTROS FATOS RELEVANTES

- Em relação à taxa de juro adotada, foram realizados estudos técnicos baseados em cenários macroeconômicos que subsidiaram a elaboração da política de investimentos aprovada pela Entidade. Com base nos estudos houve a elevação da taxa de juros de 4,2% para 5,5% a.a., observando um cenário de longo prazo.

- Quanto ao Programa Administrativo da Entidade, conclui-se que o mesmo apresentou equilíbrio técnico, no qual foi verificada uma variação em relação ao Exercício 2012 de 162,69% do fundo administrativo. Em 31/12/2013 apurou-se o montante de R\$ 943.387,15.

## 6.2.4. PLANO CV EPE

### ▶ 6.2.4.1. Parecer atuarial quanto ao grupo de custeio

#### ▶ EVOLUÇÃO DOS CUSTOS

As Contribuições Previdenciárias Normais (líquidas da sobrecarga administrativa) dos participantes e patrocinadora para o próximo exercício foram estimadas em 14,56% (7,28% para os participantes e 7,28% para a patrocinadora), enquanto na avaliação atuarial anterior o percentual era de 15,26% (7,63% para os participantes e 7,63% para a patrocinadora). Ressaltamos que as contribuições são calculadas baseadas nos percentuais definidos pelos participantes e que os mesmos podem alterar tais percentuais, conforme previsão regulamentar. Adicionalmente, informamos que eventuais ingressos de novos participantes também implicarão na variação dos custos estimados para o próximo exercício.

A sobrecarga administrativa incidente sobre as contribuições normais equivale a 4,00%. Adicionalmente, poderá incidir sobrecarga administrativa sobre o patrimônio do plano. Não será aplicada sobrecarga administrativa sobre as contribuições extraordinárias.

Com relação à contribuição para benefícios não programáveis, em função de estudos realizados pela Entidade, a mesma será reduzida de 12% para 10,5% das contribuições básicas do participante e da patrocinadora, devendo ser reavaliado anualmente, podendo ser majorada, mantida ou reduzida, conforme o resultado do estudo. Os principais fatores que impactam neste resultado são os sinistros ocorridos, o desempenho dos investimentos, a movimentação cadastral de participantes, entre outros.

#### ▶ VARIAÇÃO DAS PROVISÕES MATEMÁTICAS

As Provisões Matemáticas deste plano são constituídas apenas pelo saldo de conta dos participantes ativos e assistidos. Com isso, não haverá resultado positivo (superávit) ou negativo (déficit) no exercício, haja vista que até a presente data não houve concessão de renda mensal vitalícia.

#### ▶ PRINCIPAIS RISCOS ATUARIAIS

Os benefícios de risco deste plano são: Auxílio-Doença, Crédito Adicional por Invalidez, Crédito Adicional por Morte, Pecúlio por Invalidez Permanente Total, Pecúlio por Morte, Benefício de Renda Mensal por Invalidez e Benefício de Renda Mensal de Pensão por Morte.

## ▶ Hipóteses **Atuariais**

HIPÓTESE	VALOR
Indexador do Plano (Reajuste dos Benefícios)	<b>COTAS DO PATRIMÔNIO</b>
Taxa Real Anual de Juros	<b>5,50%</b>
Tábua de Entrada em Invalidez	<b>LIGHT</b>
Tábua de Mortalidade de Inválidos	<b>AT 49</b>
Tábua de Mortalidade Geral	<b>AT 2000 Básica Masculina</b>

### ▶ 6.2.4.2. Parecer atuarial quanto **ao Plano de Benefícios**

#### ▶ QUALIDADE DA **BASE CADASTRAL**

As informações referentes aos participantes e assistidos para a referida Avaliação Atuarial foram elaboradas pela área Gestão de Arrecadação e Pagamento de Benefícios da Entidade e, posteriormente, enviadas à área Gestão Atuarial em arquivo eletrônico, com data-base em 31/12/2013, em formato "xls".

Após o recebimento dos dados, elaboração de críticas e realização dos testes de consistência julgados necessários, atestamos como satisfatória a referida base cadastral utilizada para fins de Avaliação Atuarial referente ao exercício financeiro de 2013.

Foram também utilizadas para a presente avaliação as informações contábeis fornecidas pela área Gestão de Contabilidade da Entidade.

Analisando as informações disponibilizadas, verificou-se uma variação de 18,25% (dezoito inteiro e vinte e cinco centésimos por cento) no número de participantes em relação ao ano anterior. O plano ainda não possui assistidos e pensionistas.

## ▶ REGRAS DE CONSTITUIÇÃO E REVERSÃO DOS FUNDOS PREVIDENCIAIS

O Fundo de Riscos é constituído pelos créditos referentes às contribuições efetuadas pelos participantes e/ou patrocinadora para custeio dos benefícios não programáveis de auxílio-doença, pecúlio por morte, pecúlio por invalidez permanente total, Crédito Adicional por invalidez permanente total e crédito adicional por morte, descontados os valores pagos para os benefícios não programáveis. Nessa conta são lançados também o excedente de saldo não resgatado da Conta Básica de Patrocinadora e as prestações mensais de benefícios consideradas prescritas.

O Fundo de Transição é constituído pelo Saldo das Contas Individuais dos participantes que faleceram e não deram origem ao benefício de pensão por morte, acrescido dos Saldos das Contas Individuais dos participantes que se desligaram do plano, enquanto não realizam a opção por um dos Institutos. A reversão desse fundo ocorre quando um herdeiro legal solicita os recursos ou quando o participante desligado se manifesta quanto à sua opção por um dos Institutos.

## ▶ VARIAÇÃO DO RESULTADO

As Provisões Matemáticas deste plano são constituídas apenas pelo saldo de conta dos participantes ativos e assistidos. Com isso, não haverá resultado positivo ou negativo no exercício, haja vista que até a presente data não houve concessão de renda mensal vitalícia.

## ▶ NATUREZA DO RESULTADO

Considerando a estruturação do plano na modalidade contribuição variável, porém, considerando a inexistência de participantes em gozo de benefício vitalício, a obrigação do plano para com os seus participantes está limitada ao saldo de conta individual, conforme previsto em Nota Técnica Atuarial vigente, justificando assim o equilíbrio técnico.

## ▶ ADEQUAÇÕES DOS MÉTODOS DE FINANCIAMENTO

O Plano de Benefícios CV EPE é avaliado sob o regime de capitalização para os benefícios de pagamento em prestações que sejam programadas e continuadas. Incluem-se nesse tipo as aposentadorias normais e antecipadas, utilizando-se o princípio de capitalização financeira dos ativos para geração de renda mensal de aposentadoria.

Os benefícios não programáveis pagos em prestações únicas são avaliados sob o regime de repartição simples.

Informamos que não ocorreram alterações nos Métodos de Financiamento adotados, com relação à avaliação atuarial realizada no exercício anterior, sendo, portanto, todos considerados adequados.

## ▶ OUTROS FATOS RELEVANTES

- Em relação à taxa de juro adotada, foram realizados estudos técnicos baseados em cenários macroeconômicos que subsidiaram a elaboração da política de investimento aprovada pela Entidade. Com base nos estudos, houve a elevação da taxa de juro de 4,2% para 5,5% a.a., observando um cenário de longo prazo.

- Quanto ao Programa Administrativo da Entidade, conclui-se que o mesmo apresentou equilíbrio técnico, no qual foi verificada uma variação em relação ao Exercício 2012 de 153,18% do fundo administrativo. Em 31/12/2013 apurou-se o montante de R\$ 145.543,51.

## 6.2.5. PLANO CD CERON

### ▶ 6.2.5.1. Parecer atuarial quanto ao grupo de custeio

#### ▶ EVOLUÇÃO DOS CUSTOS

As Contribuições Previdenciárias Normais (líquidas da sobrecarga administrativa) dos participantes e da patrocinadora para o próximo exercício foram estimadas em 14,88% (7,44% para os participantes e 7,44% para a patrocinadora), enquanto na avaliação atuarial anterior o percentual era de 14,92% (7,46% para os participantes e 7,46% para a patrocinadora). Ressaltamos que as contribuições são calculadas baseadas nos percentuais definidos pelos participantes e que os mesmos podem alterar tais percentuais, conforme previsão regulamentar. Adicionalmente, informamos que eventuais ingressos de novos participantes também implicarão na variação dos custos estimados para o próximo exercício.

A sobrecarga administrativa incidente sobre as contribuições normais equivale a 4,00% até agosto de 2014. A partir de setembro de 2014, a sobrecarga administrativa incidente sobre as contribuições normais será alterada de 4,00% para 3,00%. Adicionalmente, a partir de setembro de 2014, irá incidir sobre o patrimônio do plano a sobrecarga administrativa de 0,8% ao ano. Não será aplicada sobrecarga administrativa sobre as contribuições extraordinárias.

Com relação à contribuição para benefícios não programáveis, em função de estudos realizados pela Entidade, a mesma será reduzida de 12% para 11,50% das contribuições básicas do participante e da patrocinadora, devendo ser reavaliado anualmente, podendo ser majorada, mantida ou reduzida, conforme o resultado do estudo. Os principais fatores que impactam no resultado de tal estudo são os sinistros ocorridos, o desempenho dos investimentos, a movimentação cadastral de participantes, entre outros.

#### ▶ VARIAÇÃO DAS PROVISÕES MATEMÁTICAS

As Provisões Matemáticas deste plano são constituídas apenas pelo saldo de conta dos participantes ativos e assistidos. Com isso, não haverá resultado positivo (superávit) ou negativo (déficit) neste plano.

#### ▶ PRINCIPAIS RISCOS ATUARIAIS

Os benefícios de risco deste plano são: Pecúlio por Invalidez Permanente Total e Pecúlio por Morte.

## ▶ Hipóteses **Atuariais**

HIPÓTESE	VALOR
Indexador do Plano (Reajuste dos Benefícios)	<b>COTAS DO PATRIMÔNIO</b>
Taxa Real Anual de Juros	<b>5,50%</b>
Tábua de Entrada em Invalidez	<b>LIGHT</b>
Tábua de Mortalidade de Inválidos	<b>AT 49</b>
Tábua de Mortalidade Geral	<b>AT 2000 Básica Masculina</b>

### ▶ **6.2.5.2.** Parecer atuarial quanto **ao Plano de Benefícios**

#### ▶ QUALIDADE DA **BASE CADASTRAL**

As informações referentes aos participantes e assistidos, para a referida Avaliação Atuarial, foram elaboradas pela área Gestão de Arrecadação e Pagamento de Benefícios da Entidade e posteriormente enviadas à área Gestão Atuarial em arquivo eletrônico, com data-base em 31/12/2013, em formato "xls".

Após o recebimento dos dados, elaboração de críticas e realização dos testes de consistência julgados necessários, atestamos como satisfatória a referida base cadastral utilizada para fins de Avaliação Atuarial referente ao exercício financeiro de 2013.

Foram também utilizadas para a presente avaliação as informações contábeis fornecidas pela área Gestão de Contabilidade da Entidade.

Analisando as informações disponibilizadas, verificou-se uma variação de 2,02% (dois inteiros e dois centésimos por cento) no número de participantes em relação ao ano anterior. Em relação aos assistidos, houve uma nova concessão, sendo a primeira do plano. Quanto aos pensionistas observou-se a manutenção dos mesmos, quando comparado ao número existente em 31/12/2012.

## ▶ REGRAS DE CONSTITUIÇÃO E REVERSÃO DOS FUNDOS PREVIDENCIAIS

O Fundo de Riscos é constituído pelos créditos referentes às contribuições efetuadas pelos participantes e/ou patrocinadora para custeio dos benefícios não programáveis de pecúlio por morte e pecúlio por invalidez permanente total, descontados os valores pagos para os benefícios não programáveis. Nessa conta são lançados também o excedente de saldo não resgatado da Conta Básica de Patrocinadora e as prestações mensais de benefícios consideradas prescritas.

O Fundo de Transição é constituído pelo Saldo das Contas Individuais dos participantes que faleceram e não deram origem ao benefício de pensão por morte, acrescido dos Saldos das Contas Individuais dos participantes que se desligaram do plano, enquanto não realizam a opção por um dos institutos. A reversão desse fundo ocorre quando um herdeiro legal solicita os recursos ou quando o participante desligado se manifesta quanto à sua opção por um dos institutos.

## ▶ VARIAÇÃO DO RESULTADO

As Provisões Matemáticas deste plano são constituídas apenas pelo saldo de conta dos participantes ativos e assistidos. Com isso, não haverá resultado positivo (superávit) ou negativo (déficit) neste plano.

## ▶ NATUREZA DO RESULTADO

Considerando a estruturação do plano na modalidade contribuição definida, tanto na fase de capitalização como na fase de percepção dos benefícios e, ainda, a obrigação do plano para com os seus participantes está limitada ao saldo de conta individual, conforme previsto em Nota Técnica Atuarial vigente, justificando assim o equilíbrio técnico.

## ▶ ADEQUAÇÕES DOS MÉTODOS DE FINANCIAMENTO

O Plano de Benefícios CD CERON é avaliado sob o regime de capitalização para os benefícios de pagamento em prestações que sejam programadas e continuadas. Incluem-se nesse tipo as aposentadorias normais e antecipadas, utilizando-se o princípio de capitalização financeira dos ativos para geração de renda mensal de aposentadoria.

Os benefícios não programáveis pagos em prestações únicas são avaliados sob o regime de repartição simples.

Informamos que não ocorreram alterações nos Métodos de Financiamento adotados, com relação à avaliação atuarial realizada no exercício anterior, sendo, portanto, todos considerados adequados.

## ▶ OUTROS FATOS RELEVANTES

- O Regulamento deste plano prevê, no Art. 47, a determinação em DA, pelo atuário responsável pelo plano, de um limite mínimo de valor de benefício a ser pago aos assistidos, nos casos de benefícios de prestação mensal continuada. Para fins deste exercício, fica estabelecido 1 (um) salário mínimo federal como o referido limite mínimo.

- Foram realizados estudos técnicos baseados em cenários macroeconômicos que subsidiaram a elaboração da Política de Investimento aprovada pela Entidade. Com base nos estudos, houve a elevação da taxa de juro de 3,8% para 5,5% a.a., observando um cenário de longo prazo.

- Quanto ao Programa Administrativo da Entidade, conclui-se que o mesmo apresentou equilíbrio técnico, no qual foi verificada uma variação em relação ao Exercício 2012 de 80,03% do fundo administrativo. Em 31/12/2013 apurou-se o montante de R\$ 629.006,97.



[ CAPÍTULO 7 ]

# DESPEASAS

---

**Relatório Anual de Informações**  
Fundação Eletrobrás de Seguridade Social - ELETROS



## 7.1. Custos associados à Gestão de Investimento

DESPESAS DIRETAS DE INVESTIMENTOS - R\$ MIL	TOTAL	FUNDOS RF	FUNDOS RV	CARTEIRA PRÓPRIA	ESTRUTURADO
Custódia	(301)	(103)	(23)	(157)	(18)
Controladoria	(73)	(26)	(6)	(39)	(2)
Gestão	(1.477)	(167)	(1.009)	-	(301)
CETIP	(202)	(62)	(38)	(73)	(29)
SELIC	(44)	(18)	(4)	(22)	-
ANBIMA	(25)	(11)	(10)	-	(4)
Taxa de Bolsa e Corretagem	(1.226)	-	(530)	(695)	(1)
Taxa CVM	(166)	(103)	(51)	-	(12)
Cartório	(3)	-	(1)	-	(2)
Taxa CBLC	(18)	-	(8)	(10)	-
Auditoria	(29)	(13)	(10)	-	(6)
Tx de Permanência	-	-	-	-	-
Performance	(648)	-	(648)	-	-
Administrador	(15)	-	(15)	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>(4.228)</b>	<b>(503)</b>	<b>(2.353)</b>	<b>(996)</b>	<b>(375)</b>

### DESPESAS ADMINISTRATIVAS DE INVESTIMENTOS - R\$ MIL

31/12/2013

Pessoal e encargos	7.210
Treinamentos/congressos e seminários	77
Viagens e estadias	53
Serviços de terceiros*	1.450
Despesas gerais	734
Depreciações e amortizações	401
<b>TOTAL</b>	<b>9.925</b>

\* Inclui Consultorias Avaliação e Reavaliação de Imóveis e Consultoria e Análise de Riscos nos Investimentos.

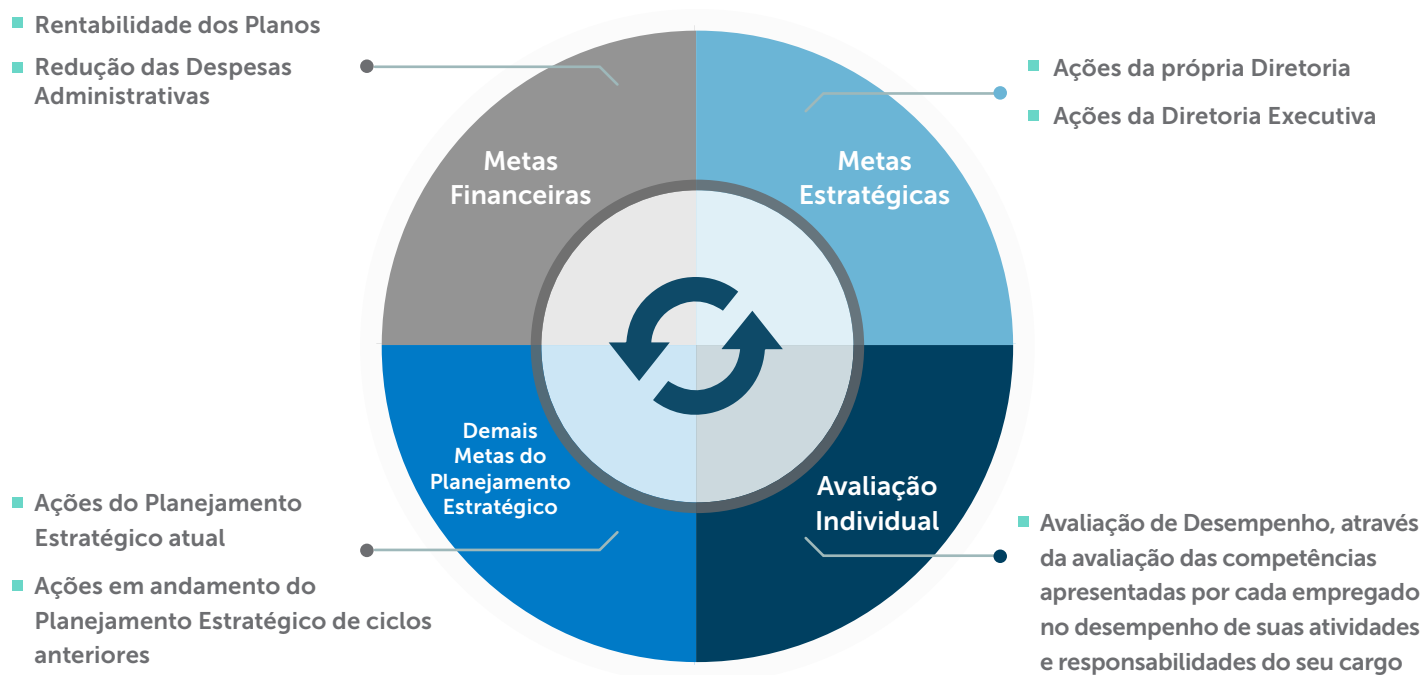
DESPESAS COM GESTÃO ADMINISTRATIVA	31.12.2013 R\$ MIL
Conselheiros	395
Dirigentes	1.798
Pessoal Próprio	15.422
Terceirizados	612
<b>TOTAL</b>	<b>18.227</b>

DESPESAS COM SERVIÇOS DE TERCEIROS	31.12.2013 R\$ MIL
Consultoria Atuarial	80
Consultoria Contábil	115
Consultoria Jurídica	633
Recursos Humanos	17
Informática	1.501
Outras	511
<b>TOTAL</b>	<b>2.857</b>

## 7.2. Critérios e indicadores utilizados para o pagamento de remuneração variável

A Remuneração Variável é a concessão de um valor monetário em reconhecimento ao cumprimento de um Plano Anual de Metas, apuradas em um período máximo de 12 (doze) meses, buscando alcançar resultados positivos de acordo com o Planejamento Estratégico da Fundação, através de um processo simples, transparente e com reflexo direto no desenvolvimento dos profissionais.

O Programa de Remuneração Variável da ELETROS é composto pelos itens apresentados a seguir, que são baseados no Planejamento Estratégico vigente e são mensurados de acordo com os indicadores e prazos determinados em cada item.



O peso das metas seguirá os critérios estabelecidos abaixo:

		PERCENTUAL		
DESCRIÇÃO		DIRETOR	GESTOR	EQUIPE
Metas Financeiras	Atingimento da rentabilidade dos planos conforme meta atuarial / referência.	40,00%	40,00%	40,00%
	Redução de despesas administrativas.	10,00%	10,00%	10,00%
Metas Estratégicas	Ações da própria Diretoria.	30,00%	20,00%	10,00%
	Ações da Diretoria Executiva.	10,00%	10,00%	10,00%
Demais ações do P.E.	Ações do Planejamento Estratégico não selecionadas como estratégicas.	10,00%	10,00%	10,00%
Avaliação Individual	Avaliação Individual.	-	10,00%	20,00%
<b>TOTAL</b>		<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>



[ CAPÍTULO 8 ]

# ELETROS-SAÚDE

---

**Relatório Anual de Informações**  
Fundação Eletrobrás de Seguridade Social - ELETROS

Prezado usuário,

Ao longo de 2013, o Eletros-Saúde realizou ações importantes, garantindo a qualidade e a inovação nos serviços oferecidos aos seus usuários.

Entre as principais ações, destaca-se a adequação à Resolução Normativa nº 254 da ANS, Lei 9.656/98, tornando o Eletros-Saúde um plano de saúde regulamentado pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS. Esta mudança possibilitou que todos os usuários dos planos de saúde administrados à época pelas patrocinadoras Eletrobras, Cepel e ELETROS migrassem para os cinco novos planos criados pelo Eletros-Saúde.

Entre estes planos, destaca-se o Eletros-Saúde Vinculados, que passou a oferecer a possibilidade de adesão para descendentes até 3º grau e colaterais, tendo como maior atratividade a mensalidade individual, distribuída por 10 faixas etárias.

A adequação garantiu a extinção de coparticipação em tratamentos seriados de quimioterapia, radioterapia e terapia renal substitutiva, como também de materiais especiais, órteses e próteses ligados ao ato cirúrgico. Esta e toda a ampliação de cobertura realizada pelo Eletros-Saúde foi assegurada por um percentual de reajuste inferior ao autorizado pela ANS.

Ações como estas representam o compromisso do Eletros-Saúde em buscar o equilíbrio entre os aspectos financeiro, técnico e operacional do plano, investindo continuamente no sistema de gestão e em profissionais especializados no segmento de saúde suplementar. O resultado desse trabalho, somado a outros fatores, mantém o Eletros-Saúde como uma das melhores operadoras de saúde do País, o que pode ser comprovado com a boa avaliação (0,7789) no Índice de Desempenho das Operadoras (IDSS).

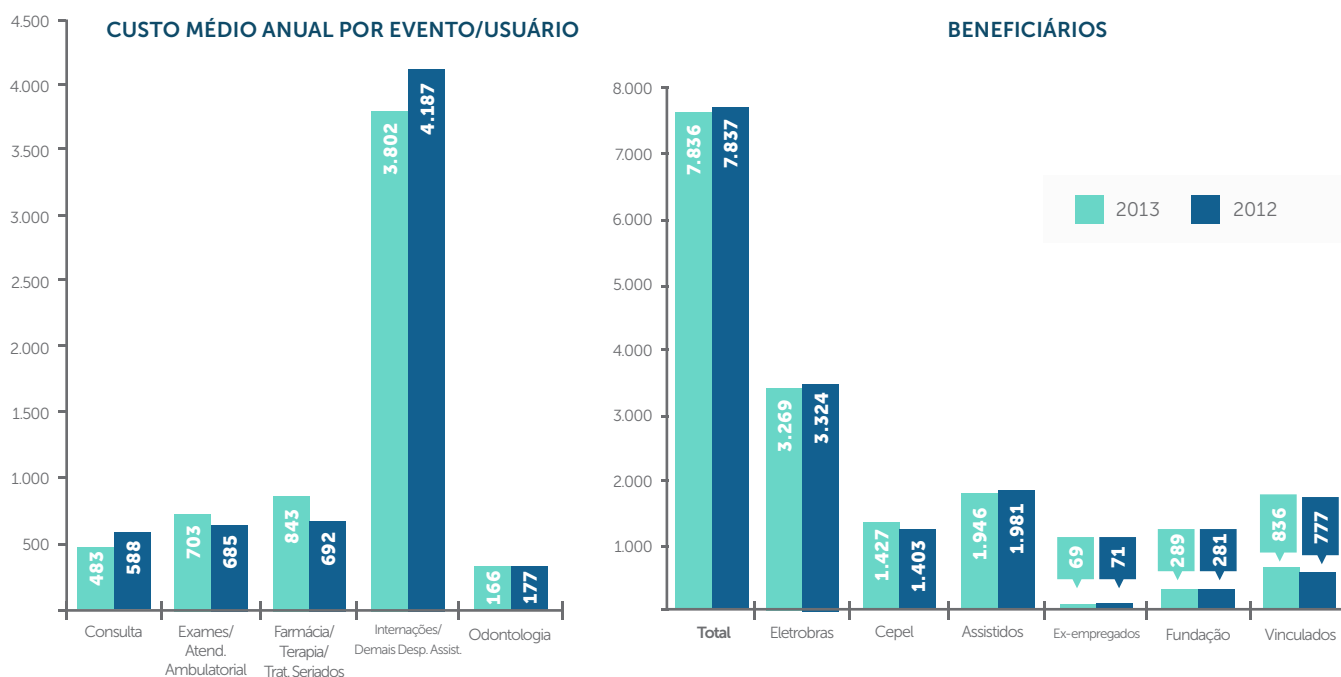
Outro ponto fundamental para o Eletros-Saúde é a transparência na gestão de seus processos, por isso a comunicação com os usuários e credenciados foi ampliada permitindo o acesso, através do site [www.eletrossaude.com.br](http://www.eletrossaude.com.br), aos demonstrativos financeiros, informes institucionais, consulta à rede credenciada e à tabela de procedimentos e honorários, entre outras funcionalidades. E ainda aderiu às redes sociais, passando a integrar as páginas do Facebook e do Twitter para interagir de forma mais direta e eficaz com os seus usuários.

Para 2014, o Eletros-Saúde dedicará esforços visando criar uma nova realidade empresarial que possibilitará o crescimento e a ampliação do número de vidas sob sua administração.

Rogério Braz

**Superintendente do Eletros-Saúde**

## ► Eletros-Saúde em números



## 8.1. Relatórios dos auditores independentes sobre as Demonstrações Contábeis

Aos Participantes, Patrocinadoras, Conselheiros e Diretores da  
**FUNDAÇÃO ELETROBRÁS DE SEGURIDADE SOCIAL - ELETROS**  
Rio de Janeiro - RJ

Examinamos as demonstrações contábeis do “Plano de Assistência à Saúde – PAS” (“Plano”) da Fundação Eletrobrás de Seguridade Social - ELETROS (“Entidade”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio social e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

### ► Responsabilidade da Administração sobre as Demonstrações Contábeis

A Administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, e pelos controles internos que ela determinou como necessários, para evitar que as mesmas contenham distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

### ► Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as citadas demonstrações estejam livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nessas demonstrações. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis do Plano para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos do Plano. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação dessas demonstrações tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## ► Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do “Plano de Assistência à Saúde – PAS” da Fundação Eletrobrás de Seguridade Social - ELETROS em 31 de dezembro de 2013 e o desempenho de suas operações para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS.

## ► Outros assuntos

### Base de elaboração das demonstrações contábeis

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 2, que descreve sua base de elaboração. As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas em atendimento às práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS. O “Plano de Assistência à Saúde – PAS”, para fins societários, é parte integrante das demonstrações contábeis da Fundação, preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades reguladas pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC.

Rio de Janeiro, 26 de fevereiro de 2014.

**FERNANDO MOTTA & ASSOCIADOS**

Auditores Independentes  
CRCMG - 757/O – F – RJ



**Luiz Alberto Rodrigues Mourão**  
Contador – CRCRJ – 046.114/O

## ► Balanço Patrimonial **Ativo**

(Em milhares de Reais)

GESTÃO ASSISTENCIAL		EXERCÍCIO FINDO EM	
ATIVO	NOTA	31.12.13	31.12.12
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>		<b>15.074</b>	<b>13.895</b>
Disponível	<b>8.2.4</b>	<b>243</b>	<b>141</b>
Numerários em Trânsito		18	24
Banco conta Depósitos		225	117
<b>Realizável</b>		<b>14.831</b>	<b>13.754</b>
Aplicações Financeiras		11.836	12.165
Aplicações Vinculadas a Provisões Técnicas	8.2.5.1	4.184	3.882
Aplicações Não Vinculadas	8.2.5.2	7.652	8.283
Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde	8.2.6	2.044	809
Contraprestação Pecuniária/Prêmio a Receber		1.643	-
Participação dos Beneficiários em Eventos/Sinistros Indenizados		401	809
Créditos de Operações de Assistência à Saúde não Relacionados	8.2.7	399	170
Bens e Títulos a Receber	8.2.8	552	610
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>1.949</b>	<b>1.337</b>
<b>Realizável a longo prazo</b>			
Depósitos Judiciais e Fiscais	8.2.9	1.949	1.337
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>17.023</b>	<b>15.232</b>

As notas explicativas integram as Demonstrações Contábeis.

## ► Balanço Patrimonial **Passivo**

(Em milhares de Reais)

GESTÃO ASSISTENCIAL		EXERCÍCIO FINDO EM	
PASSIVO	NOTA	31.12.13	31.12.12
<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>		<b>10.984</b>	<b>9.115</b>
Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde	8.2.10	5.161	4.609
Provisão de Eventos/Sinistros a Liquidar para SUS		176	13
Provisões de Eventos/Sinistros a Liquidar para Outros Prestadores de Serviços Assistenciais		3.087	2.295
Provisão de Eventos/Sinistros Ocorridos e Não Avisados (PEONA)		1.898	2.301
Débitos com Operações de Assistência à Saúde	8.2.11	1.906	1.634
Receita Antecipada de Contraprestações/Prêmios		1.906	1.634



Débitos com Operações de Assistência à Saúde Não Relacionadas com Planos de Saúde da Operadora	8.2.12	846	848
Provisões		2.538	1.615
Provisões para Ações Judiciais	8.2.15	2.538	1.615
Tributos e Encargos Sociais a Recolher	8.2.13	85	90
Empréstimos e Financiamentos a Pagar	8.2.14	357	317
Débitos diversos		91	2
<b>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>3.612</b>	<b>3.762</b>
Empréstimos e Financiamentos a Pagar	8.2.14	3.612	3.762
<b>PATRIMÔNIO SOCIAL</b>	<b>8.2.16</b>	<b>2.427</b>	<b>2.355</b>
Patrimônio Social		1.849	2.237
Reservas		2.388	2.127
Reservas de Lucros		2.388	2.127
Superávit/Déficit Acumulado		(1.810)	(2.009)
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>		<b>17.023</b>	<b>15.232</b>

As notas explicativas integram as Demonstrações Contábeis.

## ► Demonstração do Resultado

(Em milhares de Reais)

GESTÃO ASSISTENCIAL	EXERCÍCIO FINDO EM	
	31.12.13	31.12.12
Contraprestações Efetivas/Prêmios Ganhos de Planos Assistência à Saúde	<b>38.488</b>	<b>19.003</b>
Receitas com Operações de Assistência à Saúde	<b>38.628</b>	<b>19.114</b>
Contraprestações Líquidas	38.628	19.114
Tributos Diretos de Operações de Assistência à Saúde da Operadora	<b>(140)</b>	<b>(111)</b>
Eventos Indenizáveis Líquidos/Sinistros Retidos	<b>(35.343)</b>	<b>(19.572)</b>
Eventos/Sinistros Conhecidos ou Avisados	<b>(35.746)</b>	<b>(18.918)</b>
Eventos/Sinistros Conhecidos ou Avisados de Assistência a Saúde Médico-Hospitalar	(33.583)	(18.319)
Eventos/Sinistros de Assistência Odontológica	(2.163)	(599)
Varição da Provisão de Eventos/Sinistros Ocorridos e Não Avisados	<b>403</b>	<b>(654)</b>
<b>RESULTADOS DAS OPERAÇÕES COM PLANOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE</b>	<b>3.145</b>	<b>(569)</b>
Outras Receitas Operacionais de Planos de Assistência à Saúde	<b>4.898</b>	<b>5.504</b>
Receitas de Assistência à Saúde Não Relacionadas com Planos de Saúde da Operadora	<b>533</b>	<b>343</b>
Receitas com Administração de Intercâmbio Eventual - Assistência Médico Hospitalar	296	343
Outras Receitas Operacionais	237	-

Outras Despesas Operacionais de Plano de Assistência à Saúde	(80)	(8)
Outras Despesas Operacionais de Plano de Assistência à Saúde	(5)	(22)
Provisão para Perdas Sobre Créditos	(75)	14
Outras Despesas Oper. de Assist. à Saúde Não Relac. com Planos de Saúde da Operadora	<b>(1.767)</b>	<b>(1.635)</b>
<b>RESULTADO BRUTO</b>	<b>6.729</b>	<b>3.635</b>
Despesas Administrativas	<b>(7.109)</b>	<b>(6.309)</b>
Resultado Financeiro Líquido	<b>579</b>	<b>601</b>
Receitas Financeiras	1.035	1.094
Despesa Financeiras	(456)	(493)
<b>RESULTADO LÍQUIDO</b>	<b>199</b>	<b>(2.073)</b>

As notas explicativas integram as Demonstrações Contábeis.

## ► Demonstração das Mutações do Patrimônio Social dos Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2012 e 2013

(Em milhares de Reais)

GESTÃO ASSISTENCIAL				
	Patrimônio Social	Reservas de Superávit	Superávit/Déficit Acumulados	TOTAL
Saldos em 31 de dezembro de 2011	<b>2.045</b>	<b>1.838</b>	<b>64</b>	<b>3.947</b>
Aumento do Patrimônio Social	192		(192)	-
Déficit Líquido do Exercício			(1.592)	(1.592)
Proposta da destinação:				
Constituições de Fundos de Reservas		289	(289)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2012	<b>2.237</b>	<b>2.127</b>	<b>(2.009)</b>	<b>2.355</b>
Aumento do Patrimônio Social	(388)			(388)
Superávit Líquido do Exercício			460	460
Proposta da destinação:				
Constituições de Fundos de Reservas		261	(261)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2013	<b>1.849</b>	<b>2.388</b>	<b>(1.810)</b>	<b>2.427</b>

As notas explicativas integram as Demonstrações Contábeis.

► Demonstração dos Fluxos de Caixa - **Método Direto**  
(Em milhares de Reais)

GESTÃO ASSISTENCIAL	EXERCÍCIO FINDO EM	
	31.12.13	31.12.12
<b>ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>		
Recebimento de Planos de Saúde	40.679	20.822
Resgate de Aplicações Financeiras	51.488	45.741
Outros Recebimentos Operacionais	20.194	35.777
Pagamento a Fornecedores/Prestadores de Serviços de Saúde	(48.781)	(45.117)
Pagamento de Pessoal	(4.244)	(3.606)
Pagamento de Serviços de Terceiros	(848)	(823)
Pagamento de Tributos	(2.489)	(2.267)
Pagamento de Contingências (Cíveis/Trabalhistas/Tributárias)	(645)	(640)
Pagamento de Aluguel	(132)	(152)
Aplicações Financeiras	(50.252)	(46.361)
Outros Pagamentos Operacionais	(4.305)	(2.756)
<b>Caixa líquido das Atividades Operacionais</b>	<b>665</b>	<b>618</b>
<b>Atividades de Financiamento</b>		
Pagamento de Juros - Empréstimos/Financiamentos	(236)	(241)
Pagamento de Amortização - Empréstimos/Financiamentos	(321)	(286)
<b>Caixa líquido das Atividades de Financiamento</b>	<b>(557)</b>	<b>(527)</b>
<b>Variação Líquida do Caixa</b>	<b>108</b>	<b>91</b>
Saldo Inicial	117	26
Saldo Final	225	117
Ativos Livres no Início do Período	8.400	6.979
Ativos Livres no Final do Período	7.877	8.400
<b>Aumento/(Diminuição) nas Aplicações Financeiras - Recursos Livres</b>	<b>(523)</b>	<b>1.421</b>

As notas explicativas integram as Demonstrações Contábeis.

## 8.2. Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de Dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de reais)

### 8.2.1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Fundação Eletrobrás de Seguridade Social - ELETROS é uma Entidade Fechada de Previdência Complementar e operadora de plano privado de assistência à saúde, sem fins lucrativos, registrada na Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS sob o nº 31390-4, classificada como autogestão. A ELETROS oferta e gerencia o programa de assistência à saúde e que tem por objeto a prestação continuada de serviços médico-hospitalares e odontológicos, destinados aos seus usuários.

Com o registro de cinco novos produtos na ANS, que passaram a vigor a partir de 01/01/2013, a ELETROS também operacionaliza a assistência médico-hospitalar e odontológica dos empregados das Patrocinadoras Eletrobras e Cepel, na modalidade de preço pós-estabelecido.

São usuários do Plano Eletros-Saúde na modalidade de preço pré-estabelecido:

- a.** Os assistidos e pensionistas da ELETROS e seus dependentes diretos até o 1º grau, cônjuges ou companheiros (as);
- b.** Os funcionários da própria ELETROS e seus dependentes descendentes diretos até o 1º grau, cônjuges ou companheiros (as);
- c.** Ex-funcionários das Patrocinadoras, desde que participantes previdenciários;
- d.** Descendentes até 3º Grau dos titulares e cônjuges dos planos Eletros-Saúde Assistidos, Fundação, Eletrobras e Cepel.

Os Planos Eletros-Saúde Assistidos e Eletros-Saúde Vinculados serão custeados exclusivamente pelos seus usuários, através de contribuições mensais, pelos resultados dos investimentos de suas aplicações financeiras, por eventuais doações, subvenções, legados e rendas extraordinárias. O Plano Eletros-Saúde Fundação será custeado por contribuições mensais em virtude da inscrição dos titulares e seus dependentes, repassadas integralmente pela ELETROS.

Em 31 de dezembro de 2013, o Plano Eletros-Saúde contava com 5.821 participantes ativos (1.062 em dezembro de 2012) e 2.015 assistidos (2.054 em dezembro de 2012).

### 8.2.2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013 foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações - Lei nº 6.404/76 alterada pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, nas normas estabelecidas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, em especial as Resoluções Normativas nº 290/12, 322/13 e 344/13 nos pronunciamentos, nas orientações e nas interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC").

## a. Bases de Mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- ▶ A provisão de eventos a liquidar é reconhecida com base nos avisos informados pelos prestadores de serviços de assistência à saúde;
- ▶ A provisão para eventos ocorridos e não avisados é calculada baseada na metodologia estabelecida pelo órgão regulador.

## b. Moeda de Apresentação

Essas demonstrações contábeis são apresentadas na moeda Real, que é a moeda funcional da Fundação. Todas as informações financeiras são apresentadas em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

## c. Uso de Estimativas e Julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

A Administração utiliza estimativas para mensuração de passivos cujos valores são baseados em premissas e hipóteses condizentes com as transações ou eventos incorridos ou a incorrer. As provisões técnicas são constituídas mediante cálculo definido pelo órgão regulador. As contingências passivas são mensuráveis de acordo com a classificação de probabilidade de perdas e critérios definidos para mensuração financeira

### 8.2.3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

#### ▶ 8.2.3.1. Apuração do resultado

##### a. Receita

As contraprestações efetivas/prêmios ganhos devem ser apropriadas à receita no último dia do mês considerando-se o período de cobertura do risco, quando se tratarem de contratos com preços pré-estabelecidos. Quando ocorrer o recebimento de mensalidades, em antecipação ao período de cobertura do risco, esses valores devem ser registrados no Passivo Circulante em uma conta específica denominada Receita Antecipada de Contraprestações/Prêmios.

Nos contratos com preços pós-estabelecidos, a apropriação da receita deve ser registrada da data em que se fizerem presentes os fatos geradores da receita, de acordo com as disposições contratuais, ou seja, a data em que ocorrer o efetivo direito ao valor a ser faturado.

## b. Custo

Os eventos indenizáveis são constituídos com base no valor das faturas apresentadas pela rede credenciada. Como parte dessas faturas não são apresentadas dentro do período da sua competência, os eventos ocorridos e não avisados são registrados mediante constituição de provisão.

### ► 8.2.3.2. Instrumentos Financeiros não derivativos

Os ativos financeiros são classificados segundo a intenção da Administração nas seguintes categorias: empréstimos e recebíveis, ativos financeiros registrados a valor de mercado ou mantidos até o vencimento, quando exista.

A Fundação reconhece os empréstimos a pagar, recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Fundação se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

As aplicações financeiras são classificadas como destinadas à negociação e como mantidos até o vencimento, os empréstimos a pagar e recebíveis. Os destinados à negociação são avaliados a valor justo, com seus efeitos reconhecidos no resultado. Os empréstimos a pagar são mensurados pelo valor de custo amortizado. Os ativos financeiros não derivativos da Fundação compreendem: Disponível (Nota nº 4), Aplicações financeiras (Nota nº 5), Créditos recebíveis e empréstimos a pagar (Nota nº 14).

Os instrumentos financeiros são melhores detalhados na Nota nº 20 – Instrumentos financeiros e gestão de riscos.

### ► 8.2.3.3. Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros sejam gerados em favor da entidade e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido quando a empresa possui uma obrigação legal ou é constituído como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando é provável que sua realização ou liquidação ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

### ► 8.2.3.4. Provisões técnicas

São calculadas com base em metodologia estabelecida pela Resolução Normativa ANS nº 209/09, excetuando-se a provisão de eventos a liquidar, que é calculada com base nas faturas de prestadores de serviços de assistência à saúde, efetivamente recebidas pelas operadoras, conforme estabelecido pela ANS (Nota Explicativa nº 10).

### ► 8.2.3.5. Provisões e Passivos contingentes

São provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como perdas possíveis são apenas divulgadas em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como perdas remotas não são provisionados e nem divulgados.

## 8.2.4. DISPONÍVEL

Os saldos disponíveis abrangem saldos financeiros com realização em até três meses ou menos a partir da data da contratação ou aquisição. Tais saldos são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor e são utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo.

O saldo desta rubrica em 31 de dezembro de 2013 e 2012 está representado por numerário mantido em conta corrente para pagamento de serviços de assistência à saúde e pelos valores para pagamento de despesas provisionadas, conforme demonstrado abaixo:

	EXERCÍCIO FINDO EM	
	31.12.13	31.12.12
Banco Eletrônico	18	24
Banco	225	117
<b>TOTAL (R\$ mil)</b>	<b>243</b>	<b>141</b>

## 8.2.5. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, o montante de R\$ 11.836 mil (R\$ 12.165mil), as aplicações financeiras apresentavam a seguinte composição:

### ► 8.2.5.1. Aplicações Vinculadas a Provisões Técnicas

DESCRIÇÃO	EXERCÍCIO FINDO EM	
	31.12.13	31.12.12
Cotas de Fundo de Investimento (a)	<b>4.184</b>	<b>3.882</b>
<b>TOTAL</b> (R\$ mil)	<b>4.184</b>	<b>3.882</b>

(a) Aplicação em fundos de investimentos de Renda Fixa dedicado ao setor de saúde suplementar - ANS, junto ao Banco Bradesco S.A. A rentabilidade auferida pelo fundo em 2013 foi de 7,79% (8,22% em 2012).

A ELETROS constituiu ativos garantidores com aplicações financeiras que lastreiam provisões técnicas (Nota Explicativa nº 10), cuja movimentação segue regras estabelecidas pela ANS.

### ► 8.2.5.2. Aplicações Não Vinculadas

DESCRIÇÃO	EXERCÍCIO FINDO EM	
	31.12.13	31.12.12
Cotas de Fundo de Investimento (a)	<b>6.923</b>	<b>7.156</b>
Caderneta de Poupança	<b>729</b>	<b>1.127</b>
<b>TOTAL</b> (R\$ mil)	<b>7.652</b>	<b>8.283</b>

(a) Aplicação em fundos de investimentos Multimercado Crédito Privado, junto ao Banco Alfa, adquirido com o propósito de ser ativa e frequentemente negociado tendo o fundo obtido uma rentabilidade de 8,28% (8,70% em 2012).

## 8.2.6. CRÉDITOS DE OPERAÇÕES COM PLANOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE

O saldo da rubrica Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde é composto como segue:

DESCRIÇÃO	EXERCÍCIO FINDO EM	
	31.12.13	31.12.12
Contraprestação Pecuniária/Prêmio a receber	<b>1.643</b>	-
Participação dos beneficiários em Eventos / Sinistros Indenizados	<b>401</b>	<b>809</b>
<b>TOTAL</b> (R\$ mil)	<b>2.044</b>	<b>809</b>



### ► 8.2.6.1. Contraprestação Pecuniária / Prêmio a Receber

Representam os recursos financeiros a receber pela contraprestação de serviços de assistência médico-hospitalar e odontológico com plano de assistência à saúde pós-estabelecido da Eletrobras e Cepel.

### ► 8.2.6.2. Participação dos beneficiários em eventos indenizáveis

Refere-se ao valor proveniente da coparticipação dos usuários em exames médicos ou odontológicos, tratamento seriados e próteses/órteses, de acordo com os percentuais estabelecidos na tabela geral de cobertura do Plano Eletros-Saúde. Parte significativa dos valores é descontada em folha de pagamento dos beneficiários o que reduz significativamente o risco de não realização.

## 8.2.7. CRÉDITOS DE OPERAÇÕES DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE NÃO RELACIONADOS

DESCRIÇÃO	31.12.13	31.12.12
Taxa de Administração	47	-
Ressarcimento de Convênio de Reciprocidade	352	170
<b>TOTAL (R\$ mil)</b>	<b>399</b>	<b>170</b>

### ► 8.2.7.1. Operadoras de Planos de Assistência à Saúde não Relacionados

Refere-se ao Convênio de Reciprocidade firmado entre o Plano Eletros-Saúde com outras fundações e empresas do setor elétrico, com o objetivo de atender a seus usuários dando assistência médico-hospitalar. Os valores são faturados através de boletos enviados às empresas conveniadas, acrescidos da taxa de administração, que realizam o pagamento até a data de vencimento informada. A Fundação não possui histórico de perdas nessa operação.

## 8.2.8. BENS E TÍTULOS A RECEBER

O saldo desta rubrica refere-se basicamente ao valor de repasse das mensalidades dos assistidos e do valor do ressarcimento de despesas administrativas dos convênios firmados com a Eletrobras e Cepel:

	EXERCÍCIO FINDO EM	
	31.12.13	31.12.12
Ressarcimento de despesas administrativas	271	515
Fundo Rotativo Cepel (a)	179	-
Outros valores a receber	102	95
<b>TOTAL (R\$ mil)</b>	<b>552</b>	<b>610</b>

(a) O Fundo Rotativo Cepel refere-se aos montantes a serem ressarcidos pelo Cepel em função da liquidação das despesas médico-hospitalares dos participantes do plano de saúde do Cepel.

## 8.2.9. DEPÓSITOS JUDICIAIS E FISCAIS

Registra os valores correspondentes aos depósitos judiciais com contingências tributárias, trabalhistas e cíveis. Demonstramos a seguir a sua composição:

	EXERCÍCIO FINDO EM	
	31.12.13	31.12.12
Tributários	1.872	1.264
PIS	262	177
COFINS	1.610	1.087
Trabalhistas	29	27
Cíveis	48	46
<b>TOTAL (R\$ mil)</b>	<b>1.949</b>	<b>1.337</b>

## 8.2.10. PROVISÕES TÉCNICAS DE OPERAÇÕES DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE

	EXERCÍCIO FINDO EM	
	31.12.13	31.12.12
<b>Provisão de Eventos a Liquidar (a)</b>	<b>3.263</b>	<b>2.308</b>
SUS	176	13
Médico Hospitalares	3.022	2.261
Odontológicas	65	34
<b>Provisão para Eventos Ocorridos e Não Avisados (b)</b>	<b>1.898</b>	<b>2.301</b>
<b>TOTAL (R\$ mil)</b>	<b>5.161</b>	<b>4.609</b>

(a) Provisão para garantia de eventos já ocorridos, registrados contabilmente e ainda não pagos.

(b) Provisão para fazer frente aos pagamentos dos eventos que já tenham ocorrido e que não tenham sido avisados, constituída com base em cálculo definido pela Resolução Normativa ANS nº 209/09, a qual está registrada integralmente de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC nº 25/09 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

As provisões técnicas exigem a constituição de garantias financeiras, ativos garantidores, a serem mantidas de acordo com as regras estabelecidas pela Resolução Normativa ANS nº 159/07. A entidade possui lastro suficiente para garantir todas as provisões técnicas constituídas em 31 de dezembro de 2013 e 2012 em decorrência das provisões realizadas para atendimento ao CPC nº 25.

## 8.2.11. DÉBITOS COM OPERAÇÕES DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE

Refere-se a mensalidades dos assistidos descontadas antecipadamente, na folha de pagamento dos planos previdenciários, antes do início do período de cobertura do risco, no montante de R\$ 1.906 mil (R\$ 1.634 mil 2012).

No mês da cobertura do risco efetua-se a baixa do montante e apropria-se a receita no resultado do período, atentando para o princípio da competência.

## 8.2.12. DÉBITOS COM OPERAÇÕES DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE NÃO RELACIONADAS COM PLANOS DE SAÚDE DA OPERADORA

	EXERCÍCIO FINDO EM	
	31.12.13	31.12.12
Débitos a Prestadores de Assistência à Saúde (a)	244	-
Outros Débitos Não Relacionados com Planos de Saúde	602	848
Fundo Rotativo Eletrobras (b)	549	361
Valores a Serem Repassados à ELETROS (c)	53	436
Outros Valores a Pagar	-	51
<b>TOTAL (R\$ mil)</b>	<b>846</b>	<b>848</b>

(a) Refere-se à prestação de serviços médico-hospitalar/odontológico utilizados pelos usuários relacionados ao convênio de reciprocidade firmado entre o Plano Eletros-Saúde com outras fundações e empresas do setor elétrico.

(b) O Fundo Rotativo Eletrobras representa os recursos disponibilizados pela Eletrobras para fazer face aos pagamentos de despesas médico-hospitalares dos participantes do plano de saúde da Eletrobras.

(c) Refere-se aos valores das despesas administrativas a serem ressarcidas à ELETROS.

## 8.2.13. TRIBUTOS E ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, os tributos e contribuições a recolher apresentava a seguinte composição:

	EXERCÍCIO FINDO EM	
	31.12.13	31.12.12
INSS	23	27
Imposto de Renda Retido na Fonte	18	20
Imposto Sobre Serviços (ISS)	30	22
Outros	14	21
<b>TOTAL (R\$ mil)</b>	<b>85</b>	<b>90</b>

## 8.2.14. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A PAGAR

Refere-se a valores a pagar para a Fundação FABES, oriundos do saldo remanescente no Fundo Transitório, transferido em sua totalidade à FABES, conforme decisão tomada na 164ª. Reunião do Conselho Deliberativo da ELETROS, em 18 de dezembro de 2009, e o disposto no Termo de Acordo para Transferência de Créditos em favor da Fundação FABES (IPA-019-09), datado de 30 de dezembro de 2009.

A amortização do empréstimo com a FABES iniciou-se em janeiro de 2010, em continuação ao plano de amortização estabelecido anteriormente, com as seguintes condições:

**Prazo de amortização:** 15 anos

**Reajuste:** INPC

**Taxa de juros:** 0,5% a.m.

**Periodicidade do reajuste:** anual

O saldo desta rubrica em 31 de dezembro de 2013 e 2012 está composto da seguinte forma:

	EXERCÍCIO FINDO EM	
	31.12.13	31.12.12
Circulante	357	317
Não Circulante	3.612	3.762
<b>TOTAL (R\$ mil)</b>	<b>3.969</b>	<b>4.079</b>

## 8.2.15. PROVISÕES PARA AÇÕES JUDICIAIS

A ELETROS constitui provisão para contingências com base na opinião de seus advogados. Com isso, a entidade provisiona a totalidade dos processos classificados com risco de perda provável, a qual considera suficiente para cobrir eventuais perdas processuais. Os saldos provisionados estão demonstrados a seguir:

	EXERCÍCIO FINDO EM	
	31.12.13	31.12.12
Tributárias	1.869	1.309
PIS	261	183
COFINS	1.608	1.126
Trabalhistas	29	77
Cíveis	640	229
<b>TOTAL (R\$ mil)</b>	<b>2.538</b>	<b>1.615</b>

A ELETROS possui depósitos judiciais, quando requeridos, registrados em seu ativo referentes aos processos em andamento (Nota Explicativa nº 9).

## 8.2.16. PATRIMÔNIO SOCIAL

	EXERCÍCIO FINDO EM	
	31.12.13	31.12.12
Patrimônio Social	<b>1.849</b>	<b>2.237</b>
Patrimônio Social	<b>1.295</b>	<b>1.295</b>
Patrimônio Mínimo Ajustado	<b>554</b>	<b>942</b>
Reservas	<b>2.388</b>	<b>2.127</b>
Fundo de Reserva	<b>2.388</b>	<b>2.127</b>
Fundo Garantidor	<b>1.411</b>	<b>1.316</b>
Fundo Parceria Banco Santander	<b>977</b>	<b>811</b>
Déficit/Superávit Acumulados	<b>(1.810)</b>	<b>(2.009)</b>
<b>TOTAL</b> (R\$ mil)	<b>2.427</b>	<b>2.355</b>

### ► 8.2.16.1. Patrimônio **Mínimo Ajustado**

Em atendimento à Resolução Normativa RN ANS nº 209, de 22 de dezembro de 2009, foram constituídos a partir de janeiro de 2008, os fundos Patrimônio Mínimo Ajustado – PMA e Provisão para Eventos Ocorridos e Não Avisados – PEONA, que incorporam a finalidade do Fundo Garantidor constituído até dezembro de 2007.

No período foi revertido do PMA o montante de R\$ 388 mil, para nivelar a base de cálculo do Patrimônio Mínimo Ajustado.

### ► 8.2.16.2. Reservas

#### ► **Fundo Garantidor do Eletros-Saúde**

Foi constituído no exercício de 2006 e 2007 e tinha por finalidade a redução de déficit futuros.

A contribuição para o fundo garantidor foi calculada com base no percentual de 5% sobre as contribuições vertidas para o plano. A partir de julho de 2006, parte desses recursos foi utilizada para redução de mensalidades do Plano Eletros-Saúde na categoria de assistidos e pensionistas, no período de janeiro de 2008 a setembro de 2011. Além disso, é rentabilizado mensalmente.

#### ► **Fundo Parceria Banco Santander**

Constituído em outubro de 2011, com a transferência do saldo do extinto Fundo Assistencial, tendo como fonte de recursos a remuneração recebida mensalmente do Banco Santander, de acordo com contrato de parceria de serviços.

Os recursos oriundos do convênio com o Banco Santander, tem como contrapartida a centralização, naquele banco, dos pagamentos de benefícios dos assistidos e de salários dos empregados da ELETROS.

Conforme deliberação do Conselho Deliberativo da ELETROS, em sua 240ª reunião em 8 de novembro de 2013, foi determinado, a exemplo dos anos anteriores, que parte das mensalidades do Plano Eletros-Saúde da categoria de assistidos e pensionistas fosse custeada pelo Fundo Parceria Banco Santander, a partir de dezembro de 2013. O valor unitário mensal de cobertura foi estipulado em R\$ 107,71 (2013), e vigorará até o próximo reajuste anual de mensalidade do Plano Eletros-Saúde.

## 8.2.17. DISTRIBUIÇÃO DOS SALDOS DE EVENTOS MÉDICOS HOSPITALARES E ASSISTÊNCIA MÉDICO HOSPITALAR

Em consonância com o subitem 6.2.1., Capítulo I, Normas Básicas, da Resolução Normativa nº 344, de 20 de dezembro de 2013. Contemplamos, a seguir, os quadros da distribuição dos saldos de eventos médicos hospitalares, assistência médico hospitalar e outros.

### ► 8.2.17.1. Médico Hospitalares

#### COBERTURA ASSISTENCIAL COM PREÇO PRÉ ESTABELECIDO

CARTEIRA DE PLANOS COLETIVOS EMPRESARIAIS ANTES DA LEI 9.656/1998

	CONSULTA MÉDICA	EXAMES	TERAPIAS	INTERNAÇÕES	OUTROS ATENDIMENTOS	DEMAIS DESPESAS	TOTAL
Rede Própria	-	-	-	-	-	-	-
Rede Contratada	49	461	122	840	24	378	1.874
Reembolso	30	2	6	164	-	42	244
<b>TOTAL (R\$ mil)</b>	<b>79</b>	<b>463</b>	<b>128</b>	<b>1.004</b>	<b>24</b>	<b>420</b>	<b>2.118</b>

#### COBERTURA ASSISTENCIAL COM PREÇO PRÉ ESTABELECIDO

CARTEIRA DE PLANOS COLETIVOS EMPRESARIAIS DEPOIS DA LEI 9.656/1998

	CONSULTA MÉDICA	EXAMES	TERAPIAS	INTERNAÇÕES	OUTROS ATENDIMENTOS	DEMAIS DESPESAS	TOTAL
Rede Própria	-	-	-	-	-	-	-
Rede Contratada	588	1.863	1.402	7.783	257	2.787	14.679
Reembolso	503	26	153	531	17	638	1.867
<b>TOTAL (R\$ mil)</b>	<b>1.091</b>	<b>1.888</b>	<b>1.555</b>	<b>8.313</b>	<b>274</b>	<b>3.425</b>	<b>16.547</b>

#### COBERTURA ASSISTENCIAL COM PREÇO PÓS ESTABELECIDO

CARTEIRA DE PLANOS COLETIVOS EMPRESARIAIS DEPOIS DA LEI 9.656/1998

	CONSULTA MÉDICA	EXAMES	TERAPIAS	INTERNAÇÕES	OUTROS ATENDIMENTOS	DEMAIS DESPESAS	TOTAL
Rede Própria	-	-	-	-	-	-	-
Rede Contratada	833	1.856	1.066	7.371	291	2.036	13.453
Reembolso	215	10	409	228	7	426	1.295
<b>TOTAL (R\$ mil)</b>	<b>1.047</b>	<b>1.866</b>	<b>1.475</b>	<b>7.599</b>	<b>298</b>	<b>2.462</b>	<b>14.747</b>

## ► 8.2.17.2. Procedimentos Odontológicos

### Cobertura Assistencial com Preço Pré Estabelecido

Carteira de Planos Coletivos Empresariais antes da Lei 9.656/1998

	CONSULTA MÉDICA	TOTAL
Rede Própria	-	-
Rede Contratada	84	84
Reembolso	5	5
<b>TOTAL</b> (R\$ mil)	<b>89</b>	<b>89</b>

### Cobertura Assistencial com Preço Pré Estabelecido

Carteira de Planos Coletivos Empresariais depois da Lei 9.656/1998

	CONSULTA MÉDICA	TOTAL
Rede Própria	-	-
Rede Contratada	453	453
Reembolso	67	67
<b>TOTAL</b> (R\$ mil)	<b>520</b>	<b>520</b>

### Cobertura Assistencial com Preço Pós Estabelecido

Carteira de Planos Coletivos Empresariais depois da Lei 9.656/1998

	CONSULTA MÉDICA	TOTAL
Rede Própria	-	-
Rede Contratada	1.377	1.377
Reembolso	177	177
<b>TOTAL</b> (R\$ mil)	<b>1.554</b>	<b>1.554</b>



## 8.2.18. DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	EXERCÍCIO FINDO EM	
	31.12.13	31.12.12
Pessoal	4.177	3.721
Serviços de terceiros (a)	702	712
Localização e funcionamento (b)	528	601
Tributos (c)	580	485
Despesas administrativas indiretas (d)	966	624
Outras	156	166
<b>TOTAL (R\$ mil)</b>	<b>7.109</b>	<b>6.309</b>

(a) Serviços advocatícios e de consultoria, entre outros;

(b) Utilização e manutenção das instalações da entidade, como luz, água, serviços de manutenção, etc.;

(c) Impostos e contribuições (IPTU, PIS, COFINS e taxa de saúde suplementar); e

(d) Este valor refere-se à parcela atribuída ao Plano Eletros-Saúde de acordo como o critério de rateio das despesas administrativas comuns da ELETROS.

## 8.2.19. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

Refere-se basicamente ao repasse do subsídio aos assistidos do convênio com o Banco Santander e as constituições e remunerações dos fundos de reserva.

	EXERCÍCIO FINDO EM	
	31.12.13	31.12.12
Provisão para Perdas sobre Créditos	-	(14)
Outras	1.767	1.657
<b>TOTAL (R\$ mil)</b>	<b>1.767</b>	<b>1.643</b>

## 8.2.20. RESULTADO FINANCEIRO

	EXERCÍCIO FINDO EM	
	31.12.13	31.12.12
<b>RECEITAS FINANCEIRAS</b>		
Aplicações financeiras (a)	874	989
Outras	161	105
<b>TOTAL (R\$ MIL)</b>	<b>1.035</b>	<b>1.094</b>
<b>DESPESAS FINANCEIRAS</b>		
Empréstimos e financiamentos (b)	446	469
Outras	10	24
<b>TOTAL (R\$ MIL)</b>	<b>456</b>	<b>493</b>
<b>RESULTADO LÍQUIDO FINANCEIRO</b>	<b>579</b>	<b>601</b>

(a) Refere-se ao rendimento das aplicações financeiras em fundos de investimentos de Renda Fixa.

(b) Refere-se aos encargos financeiros sobre valores a pagar para a Fundação FABES.

## 8.2.21. EXPOSIÇÃO E GESTÃO DE RISCOS

A Fundação apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros mencionados na Nota nº 3.2:

- ▶ Risco de crédito;
- ▶ Risco de liquidez;
- ▶ Risco de mercado.

As informações abaixo apresentam informações sobre a exposição da Fundação a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos da entidade, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco e o gerenciamento de capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas demonstrações contábeis.

### Estrutura do gerenciamento de risco

As políticas de gerenciamento de risco da Fundação são estabelecidas pelo Comitê de Gestão de Riscos e Auditoria, que realiza a identificação e análise dos riscos enfrentados, define limites e controles de riscos apropriados e monitora riscos e aderência aos limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Fundação. O Comitê reporta ao Conselho Deliberativo da ELETROS os riscos identificados e controles para mitigar tais riscos.

### Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Fundação caso um projeto ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis da Fundação. Os critérios para a escolha dos emissores de ativos, além de passarem por uma avaliação interna, tem seus *ratings* de crédito avaliados por agências nacionais como a Fitch Ratings Brasil e em indicadores de liquidez, solvência e outros.

### Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco da Fundação encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Fundação na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Fundação.

### Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de juros, impactariam os ganhos e perdas da Fundação. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo aperfeiçoar o retorno. A Fundação dilui os riscos de mercado através de investimentos em seu fundo exclusivo, reduzindo significativamente os riscos, em função da autogestão desse fundo.

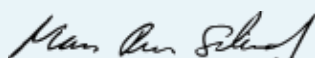
### Mensuração dos instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros passivos da Fundação estão mensurados ao custo amortizado. Os valores justos dos instrumentos financeiros da Fundação são equivalentes aos seus valores contábeis.

#### DIRETORIA EXECUTIVA



Afrânio Barreira de Alencar Matos Filho  
Presidente



Marcio Peres Silvado  
Diretor de Benefícios Previdenciários



Luiz Guilherme de França Nobre Pinto Filho  
Diretor Financeiro

#### CONTADOR RESPONSÁVEL



Cleber Leal  
Contador – CRCRJ – 62.288/O



[ CAPÍTULO 9 ]

# ADMINISTRAÇÃO

**Relatório Anual de Informações**

Fundação Eletrobrás de Seguridade Social - ELETROS

Nesta seção do relatório, apresentamos a composição dos Órgãos Estatutários da ELETROS, compostos pela Diretoria Executiva da ELETROS (DEE), Conselho Deliberativo da ELETROS (CDE) e Conselho Fiscal da ELETROS (CFE), responsáveis pela administração e fiscalização da entidade.

## 9.1. Composição da Diretoria Executiva e dos Conselhos Deliberativo e Fiscal em 31.12.2013

### ► Diretoria Executiva da ELETROS - DEE

MEMBROS	CARGO	PERÍODO DE GESTÃO
Afrânio Barreira de Alencar Matos Filho	Presidente	23.09.2013 / 22.09.2016
Marcio Peres Silvado	Diretor de Benefícios Previdenciários	23.09.2013 / 22.09.2016
Jack Nottingham Steiner (*)	Diretor Financeiro	05.01.2011 / 04.01.2014

EVENTO SUBSEQUENTE:

(\*) Conforme resultado do processo eleitoral, o novo Diretor Financeiro, Luiz Guilherme de França Nobre Pinto, tomou posse em 06/01/2014 para cumprir um mandato com término em 05/01/2017.

### ► Conselho Deliberativo da ELETROS - CDE

MEMBRO (EFETIVO)	MEMBRO SUPLENTE	PERÍODO DE GESTÃO	FORMA DE PARTICIPAÇÃO
Alecir Angelo Gomes Coelho - Presidente	Rodrigo Madeira Henrique de Araujo	23.09.2013 / 30.06.2015	Indicação Eletrobras
Cleber José de Souza Villa Verde	Quirino Ponton Swensson	01.07.2011 / 30.06.2015	Eleito Assistidos
Sergio Bondarovsky	Paulo Renato Portugal Gomes	19.11.2012 / 18/11/2016	Eleito Ativo/Assistidos
Haroldo Ferreira Leite	Homero Gonçalves de Andrade	19.11.2012 / 18/11/2016	Indicação Cepel
Pedro Paulo da Cunha	Péricles Caria Coutinho	01.07.2011 / 30.06.2015	Eleitos Ativos
Gilson Mussi Machado	José dos Santos Maia*	23.09.2013(*) / 18/11/2016	Indicação ONS

(\*) Data de início de mandato do suplente José dos Santos Maia: 08/11/2013.

### ► Conselho Fiscal da ELETROS - CFE

MEMBROS	SUPLENTES	PERÍODO DE GESTÃO	FORMA DE PARTICIPAÇÃO
Orsino Borges de Oliveira Filho Presidente	Alessandra Lemos de Souza	01.07.2011 / 30.06.2015	Eleitos Ativos
Paulo Sergio Petis Fernandes	Marcelo Marrocos de Araújo	01.07.2011 / 30.06.2015	Indicação Eletrobras
Paulo Roberto dos Santos Silveira	Eleilson Santos Costa	19.11.2012 / 18.11.2016	Eleitos Assistidos
Marcio Kennedy de Almeida	Fernanda Baptista de Oliveira	19.11.2012 / 18.11.2016	Indicação ONS

De acordo com o princípio da paridade preconizada pela legislação e disposição estatutária, os Conselheiros Fiscais eleitos escolhem, dentre eles, o Presidente do Conselho Fiscal da ELETROS.

Juntamente com a composição do CDE, CFE e DEE, ilustramos abaixo as principais realizações do ano de 2013, de acordo com a esfera de competência de cada órgão estatutário.

## 9.2. Conselho Deliberativo da ELETROS (CDE)

Composto por seis membros e respectivos suplentes, é o órgão de orientação superior da Entidade. O período de mandato dos membros do CDE é de quatro anos, permitida uma recondução ou reeleição. Os artigos 32 e 33 do Estatuto da ELETROS dispõem sobre as competências do CDE.

Destacamos abaixo as principais realizações do CDE em 2013.

- ▶ Aprovação da Revisão do Planejamento Estratégico da ELETROS e do Eletros-Saúde;
- ▶ Aprovação das demonstrações contábeis consolidadas individuais por Plano de Benefícios, do exercício de 2012 e do Plano de assistência à saúde (Eletros-Saúde) amparadas em pareceres da auditoria independente e do Conselho Fiscal da ELETROS, e das demonstrações atuariais dos Planos de Benefícios do exercício de 2012, amparadas nos respectivos pareceres atuariais;
- ▶ Inclusão do assunto Dívidas das Patrocinadoras, como item permanente na pauta das reuniões ordinárias;
- ▶ Aprovação dos critérios de Remuneração Variável com a Gestão Integrada de Riscos e Planejamento Estratégico da ELETROS e do Eletros-Saúde;
- ▶ Aprovação da Revisão do Código de Conduta Ética;
- ▶ Aprovação do Critério para Aplicações e Resgates na Gestão de Investimentos ajustadas às recomendações do CDE que norteia a distribuição dos recursos financeiros alocados na Renda Variável e Investimentos Estruturados;
- ▶ Aprovação da Política Institucional de Prevenção a Fraudes;
- ▶ Aprovação da Revisão da Política Institucional Geral, que trata de orçamento, contingências, procurações, obrigações legais, gestão de documentos e alçadas de aprovação na ELETROS;
- ▶ Aprovação das Providências relativas ao processo de alienação do Edifício Mario Bhering e acompanhamento do assunto junto à DEE, face à desocupação do imóvel;
- ▶ Nomeação dos novos membros da DEE e CDE;
- ▶ Trabalho de Revisão dos Riscos Estratégicos em conjunto com a DEE e com o CFE;
- ▶ Ciência dos Relatórios de Manifestação semestrais emitidos pelo Conselho Fiscal da ELETROS, conforme Resolução CGPC 13/2004;
- ▶ Aprovação da Taxa Real Anual de Juros dos Planos CD e CV em linha com o novo cenário preconizado pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC;
- ▶ Aprovação do orçamento da ELETROS para 2014;
- ▶ Aprovação do orçamento do Plano Eletros-Saúde para 2014;
- ▶ Aprovação da taxa para cobertura das despesas administrativas, de acordo com o art. 6º da Resolução CGPC 29/2009;

- ▶ Aprovação da Política de Investimento para 2014 de cada plano de benefícios previdenciários e do Plano de Gestão Administrativa (PGA);
- ▶ Aprovação das taxas dos empréstimos financeiros e fundos prestamistas para 2014, de acordo com as normas vigentes;
- ▶ Definição da premissa de Taxa Real Anual de Juros dos planos BD Eletrobrás, CD Eletrobrás, CD ONS, CD CERON, CV EPE para 5,5% ao ano, líquidas das taxas de administração.

### 9.3. Conselho Fiscal da ELETROS (CFE)

Composto por quatro membros e respectivos suplentes, é o órgão de apoio ao controle interno e de fiscalização das atividades econômico-financeiras da ELETROS. O período de mandato dos membros do CFE é de quatro anos, vedada a recondução. O artigo 46 do Estatuto da ELETROS dispõe sobre as competências do CFE, reproduzido a seguir.

- ▶ Examinar e emitir parecer sobre os balancetes trimestrais;
- ▶ Examinar e emitir parecer sobre as atividades econômico-financeiras, tomando por base o relatório de atividades e as demonstrações financeiras anuais;
- ▶ Emitir, com apoio das áreas, relatório de controles internos, pelo menos semestralmente, que contemple, no mínimo:
  - a) as conclusões dos exames efetuados, inclusive sobre a aderência da gestão dos recursos garantidores dos planos de benefícios às normas em vigor e à Política de Investimento, a aderência das premissas e hipóteses atuariais e a execução orçamentária;
  - b) as recomendações a respeito de eventuais deficiências, com o estabelecimento de cronograma de saneamento das mesmas, quando for o caso;
  - c) análise de manifestação dos responsáveis pelas correspondentes áreas, a respeito das deficiências encontradas em verificações anteriores, bem como análise das medidas efetivamente adotadas para saná-las.

Essas conclusões, recomendações, análises e manifestações devem ser levadas, em tempo hábil, ao conhecimento do Conselho Deliberativo da ELETROS (CDE), a quem cabe decidir sobre as providências que eventualmente devam ser adotadas.

Além de cumprir o que lhe compete conforme disposto no art. 46 do Estatuto da Fundação, as seguintes ações do CFE podem ser destacadas no exercício de 2013:

- ▶ apreciou os balancetes mensais;
- ▶ apreciou o acompanhamento orçamentário mensal e as justificativas trimestrais;
- ▶ emitiu parecer sobre as Demonstrações Financeiras auditadas e Atuariais do exercício de 2012, tomando por base os pareceres atuariais;
- ▶ emitiu os Relatórios de Manifestação semestrais do Conselho Fiscal da ELETROS, conforme Resolução CGPC 13/2004;
- ▶ monitorou o assunto equacionamento do déficit técnico do Plano BD Eletrobrás;
- ▶ recomendou aperfeiçoamentos nos documentos sob sua análise;
- ▶ acompanhou os trabalhos e monitorou as recomendações sobre Controles Internos;

- ▶ acompanhou a posição dos processos de cobrança em andamento com as patrocinadoras Eletrobras e Cepel;
- ▶ participou do trabalho de revisão dos riscos estratégicos em conjunto com o CDE e DEE;
- ▶ aprimoramento contínuo da atuação do CFE, tendo por referência os Guias e orientações da Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC;
- ▶ acompanhou o reporte das ações para implantação do Plano Diretor de Tecnologia da Informação – PDTI (Projeto SOMAR);
- ▶ acompanhou o reporte do assunto referente ao processo de venda do Edifício Mario Bhering.

## 9.4. Diretoria Executiva da ELETROS (DEE)

Composta por três membros, que possuem mandato de três anos, permitida uma recondução ou reeleição. Além de submeter ao CDE as propostas de matérias para deliberações e dar o suporte técnico necessário ao CFE, cabe ressaltar que em 2013 a DEE supervisionou as ações do planejamento estratégico, projetos e metas, exercendo suas atividades de acordo com as diretrizes traçadas pelo CDE. As principais competências da DEE encontram-se estabelecidas no art. 37 do Estatuto.

Dentre as realizações de 2013, destacamos:

- ▶ Planejamento de ações para o equacionamento do déficit técnico do Plano BD Eletrobrás;
- ▶ Aperfeiçoamento dos processos de cobrança com as patrocinadoras Eletrobras e Cepel;
- ▶ Continuidade da atualização da regulamentação dos processos de gestão dos investimentos;
- ▶ Aperfeiçoamento do Critério de Rateio das Despesas Administrativas;
- ▶ Condução do processo de negociação para venda do Edifício Mario Bhering, face à desocupação do imóvel;
- ▶ Atuação nos trabalhos do Comitê Executivo de Riscos de apoio ao Comitê de Gestão de Riscos e Auditoria - CGRA;
- ▶ Apoio ao CDE no andamento das propostas das Políticas Institucionais da ELETROS;
- ▶ Acompanhamento e supervisão dos trabalhos do Plano Diretor de Tecnologia da Informação – PDTI (Projeto SOMAR);
- ▶ Supervisão do atendimento aos Ofícios da Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC;
- ▶ Aprovação do Regimento do Comitê de Gestão Previdenciária;
- ▶ Supervisão de estudos para a redução das despesas administrativas;
- ▶ Aprovação do processo de cadastramento de participantes e assistidos.

Levantamento realizado por Malba Patricia H. da Cunha Teixeira – Assessoria aos Órgãos Estatutários. Em 02/04/2014.



# CONTATOS

## RELACIONAMENTO

### COM O PARTICIPANTE

Atendimento saúde, previdência e empréstimo financeiro

**Telefone:** (21) 2138-6000

**Horário de atendimento presencial:** de segunda a sexta, de 9h às 16h30

**Horário de atendimento telefônico:** de segunda a sexta, de 8h às 17h

Rua Uruguaiana, 174 – 5º andar – Centro – Rio de Janeiro

## ELETROS-SAÚDE

**Disque Saúde:** (21) 2138-6000

**Autorização Médica:** (21) 2179-4979 | Fax: (21) 2179-4919 / 2263-6172

**Horário de atendimento telefônico:** de segunda a sexta, de 8h às 17h

**Fax:** (21) 2509-2897

## FABES

Rua Uruguaiana, 174, 5º andar – PARTE – Centro • RJ – CEP: 20050-092

**Telefone:** (21) 2179-4949

# EXPEDIENTE

O Relatório Anual de Informações é uma publicação da Fundação Eletrobrás de Seguridade Social - ELETROS exclusiva para seus participantes e assistidos.

**Editoria:** Coordenação de Comunicação e Marketing

**Projeto gráfico e editorial:** Infobase Interativa - [www.iinterativa.com.br](http://www.iinterativa.com.br)

**[www.eletros.com.br](http://www.eletros.com.br)**

*Conforme Ofício nº 793/2013/CGAC/DIACE/PREVIC, de 25/02/2014, a ELETROS ficou dispensada do envio do relatório anual impresso, por ter comprovado a realização de um Programa de Educação Financeira e Previdenciária junto a seus participantes.*

